

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

Bernardo Furlaneto Bragato Oakes de Oliveira

**Por trás dos portos há a Barra: Repercussões da Atividade Portuária na
região de Barra do Riacho em Aracruz-ES.**

VITÓRIA
2022

Bernardo Furlaneto Bragato Oakes de Oliveir

**Por trás dos portos há a Barra: Repercussões da Atividade Portuária na
região de Barra do Riacho em Aracruz-ES.**

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Política
Social da Universidade Federal do Espírito
Santo, como requisito parcial para obtenção
de título de Mestre em Política Social.
Orientadora: Dra. Livia de Cássia Godoi
Moraes

VITÓRIA/ES

2022

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

F985t Furlaneto Bragato Oakes de Oliveira, Bernardo, 1996-
Por trás dos portos há a Barra : Repercussões da Atividade
Portuária na região de Barra do Riacho em Aracruz-ES. /
Bernardo Furlaneto Bragato Oakes de Oliveira. - 2022.
123 f. : il.

Orientadora: Livia de Cássia Godoi Moraes.
Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas.

1. Expropriação. 2. Pesca Artesanal. 3. Atividade Portuária.
4. Ecossocialismo. I. Godoi Moraes, Livia de Cássia. II.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências
Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 32

BERNARDO FURLANETO BRAGATO OAKES DE OLIVEIRA

**POR TRÁS DO PORTO HÁ A BARRA: REPERCUSSÕES DA
ATIVIDADE PORTUÁRIA NA REGIÃO DE BARRA DO RIACHO
EM ARACRUZ-ES**

*Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do
Programa de Pós-Graduação em Política Social da
Universidade Federal do Espírito Santo como requisito
parcial para obtenção do Grau de Mestre em Política
Social.*

Aprovada em 19 de dezembro de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA



Professora Doutora Livia de Cássia Godoi Moraes
Orientadora/Universidade Federal do Espírito Santo



Professor Doutor Daniel Pereira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo



Professor Doutor Murillo Augusto de Souza van der Laan
Universidade Estadual de Campinas

A Flávia Amboss Merçon Leonardo.

Que sua vida e sua luta sejam

inspiração para a construção

de um mundo bonito e revolucionário.

AGRADECIMENTOS

A realização dessa dissertação de mestrado foi até o presente momento a maior conquista que eu galguei até o momento em minha trajetória acadêmica, esse processo, no entanto, de maneira alguma foi um processo individual e sim fruto de muitas discussões, formais e informais, e de referências que me tocaram de forma singular.

Portanto, agradeço primeiramente a minha orientadora Livia de Cassia Godoi Moraes que topou orientar um projeto que não era exatamente de seu domínio. Agradeço a todo corpo docente e administrativo do programa de mestrado em Política Social da UFES que me acolheu e me acompanhou tão bem nesse processo.

Não poderia de deixar de agradecer ao curso de graduação de Ciências Sociais que lançou as bases sobre as quais eu me apoio hoje. Nesse curso foi onde pude ter o primeiro contato com a Sociologia Ambiental através do Grupo de Estudos e Pesquisas em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no ES (GEPPEDS). Agradeço principalmente às professoras Aline Trigueiro e Eliana Creado, orientadoras do projeto de extensão; Clara Crizio e Bianca de Jesús, amigas queridas que me ensinaram muito durante esse período e a memória de Flávia Amboss, amiga com quem trabalhei proximamente desvendando as burocracias institucionais da UFES entre um trabalho de campo e outro.

Agradeço enormemente aos meus amigos conhecidos através da UFES que estiveram ao meu lado de alguma forma durante esse processo. Agradeço especialmente ao meu querido amigo Arnon Manhães que me ajudou desde a entrada na Política Social até as dicas para escrever as considerações finais. Agradeço também mais detidamente a meus companheiros Guilherme Cogo, Arthur Almeida, Leonardo Mendonça, Igor Horta, William Acosta, Douglas de Andrade e à Prof. Dra. Priscilla que em discussões informais e através de um grupo de estudos sobre a obra de Marx me auxiliaram grandemente na iniciação a essa filosofia. Agradeço também ao Grupo Trabalho e Praxis por ter sido tão importante também em minha constituição teórica

Faço questão de citar também cada de um de meus amigos para a vida que levo no coração e, que sem eles, não teria a mesma alegria de viver, portanto agradeço pelos momentos de compreensão, de descontração e de companheirismo que tanto compartilhamos. Meu mais sincero obrigado a Nadia Tristão, Andre Araujo, Pedro Mozzer, Guilherme Dutra, Lucas Bresciane, Nicollas Fassarela e Paulo Mazoni.

À minha amada Mariana Pimenta, minha companheira de alma e vida, que nos dias mais difíceis sempre esteve ao meu lado para oferecer a palavra gentil de quem ama e ao Janelinha, nosso amado gatinho que tanto conforto me oferece. Aos meus pais, Ronaldo e Dora, que tanto em mim confiam e ofereceram todas as condições materiais e subjetivas para que eu pudesse ensejar uma trajetória acadêmica.

Por fim, agradeço a todos aos membros de minha banca de qualificação e defesa Prof Dr. Murillo Van der Laan, Prof Dr. Daniel Pereira Sampaio, Prof Dr Roberto Vervloet e aos suplentes Prof Dr: Rafael Bellan e Prof Dr. Fagner Firmo. Agradeço imensamente a Universidade Federal do Espírito Santo e a CAPES que me forneceu bolsa de estudos para a realização dessa pesquisa.

Num universo de horrores, tuberculose, câncer, tumores, chagas que a prata não repara
Vidas cujo o respeito, não viram nada
O homem sendo a imagem da besta
Crack é fichinha, estão destruindo o planeta
Em breve nascerão vacas sem tetas
Nos cafezais, milharais, a praga dominando a colheita
A água que é pouca sumirá totalmente
Suas sacolas de dinheiro não comprarão seu copo de aguardente
Porque destruíram a cana, que adoça os doces, que adoça o amargo da vida

(Criolo – Chuva Ácida)

RESUMO

O presente trabalho busca compreender a magnitude dos impactos da ação portuária sobre a comunidade de Barra do Riacho em Aracruz – ES. Tal esforço é empreendido apontando a centralidade do complexo portuário Portocel e da Aracruz Celulose no desenvolvimento da atividade industrial extrativista e portuária na região valendo-se do sequestro de recursos naturais e expropriação da comunidade pesqueira tradicional da Barra do Riacho. Através da apresentação histórica do contexto a partir de criteriosa revisão bibliográfica e documental o trabalho pretendeu confrontar a concretude da situação descrita com a teoria crítica da economia política e da corrente teórica marxista ecossocialista relacionando criticamente nexos e tendências gerais do capitalismo contemporâneo observados em Aracruz.

Palavras-Chave: Expropriação; Pesca Artesanal; Atividade Portuária; Ecossocialismo.

ABSTRACT

This paper seeks to understand the magnitude of the impacts of port action on the community of Barra do Riacho in Aracruz - ES. Such an effort is undertaken by pointing out the centrality of the Portocel port complex and Aracruz Celulose in the development of extractive industrial and port activity in the region, making use of the sequestration of natural resources and expropriation of the traditional fishing community of Barra do Riacho. Through the historical presentation of the context based on a careful bibliographical and documental review, the work intends to confront the concreteness of the situation described with the critical theory of political economy and the Marxist, ecosocialist theoretical current, critically relating nexuses and general tendencies of contemporary capitalism observed in Aracruz.

Key-words: Expropriation; Artisanal Fisheries; Port Activity; Ecosocialism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Região do Complexo Portuário em Aracruz _____	41
Figura 2 – Mapa da zona de hinterlândia do Porto da Barra do Riacho _____	57

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1 – Atuais terminais portuário do complexo. _____	39
Tabela 1 – Infograma dos principais produtos importados e exportados pelo complexo _____	40
Quadro 2 – Lista de estruturas portuárias do Portocel _____	54
Quadro 3 – Fechamento da Linha de Ferro em Aracruz pelas comunidades tradicionais desde o rompimento da barragem de Fundão _____	103
Quadro 4 – Diversificação de atividades do Portocel desde 2018 após fusão Suzano-Fibria _____	105

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Movimentação de mercadorias em toneladas nos últimos 12 anos no Portocel _____	56
Gráfico 2 – Movimentação de mercadorias no Portocel(T) - 1º Semestre de 2022 _____	57

LISTA DE SIGLAS

APA – ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

ASPEBR - ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES ARTESANAIS DA BARRA DO RIACHO

CODESA – COMPANHIA DE DOCAS DO ESPÍRITO SANTO

COP – CONFERÊNCIA DAS PARTES

GEE – GASES DO EFEITO ESTUFA

EIA – ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

EJA – ESTALEIRO JURONG ARACRUZ

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

ICMbio – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

IEMA – INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

LABTRANS – LABORATORIO DE TRANSPORTES E LOGISITICAS

MAB – MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

ONG – ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

REVIS – REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE

RIMA – RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL

TABR – TERMINAL AQUAVIÁRIO DA BARRA DO RIACHO

TUP – TERMINAL DE USO PRIVADO

TUD – TAXA DE UTILIZAÇÃO DECRESCENTE

UC – UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

WWF – WORLD WILDLIFE FUND

WWI – WORLDWATCH INSTITUTE

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
Capítulo 2. A BARRA DO RIACHO E O PORTO	30
2.1 A formação da Barra do Riacho	30
2.2 O desenvolvimento da Atividade Portuária em Aracruz	35
2.3 Detalhamento histórico da implantação e operação do Portocel	47
Capítulo 3. TENDÊNCIAS ACERCA DA GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS	63
3.1 Situação do debate político-econômico acerca da Natureza	63
3.2 O papel e o problema da Ciência	71
3.3 Dos portos às expropriações: fenômenos interligados	80
Capítulo 4. DE VOLTA A BARRA	91
4.1 Levantamento de Impactos	92
4.1.1. O Rio Riacho e o Canal Caboclo Bernardo	92
4.1.2. A cultura do Eucalipto	95
4.1.3. A Praia das Conchinhas	98
4.1.4. As Áreas de exclusão da Pesca	99
4.1.5. O cordão de empresas	103
4.2 Do presente ao futuro da Barra	103
4.2.1 Resistência e Organização Civil	103
4.2.2 Novas tendências desenvolvimentistas	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
ANEXO - Mapa De Aracruz	117
APÊNDICE - Infograma Das Matérias Jornalísticas Utilizadas	118

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surge a partir da percepção da realidade concreta que coloca a necessidade de unir a expressão de um dos grandes dilemas contemporâneo da sociedade capitalista, os problemas ambientais, à resposta mais completa e afrontosa à ordem social-econômica capitalista, a crítica da economia política. Assim, a partir da análise do sistema marítimo portuários de Aracruz-ES, objeto antigo de meu interesse, busco problematizar a noção de desenvolvimento regional e evidenciar o processo corrosivo das relações de trabalho - tanto das já circunscritas no processo capitalista, quanto das marginalmente inseridas na totalidade sistêmica – oriundo da operação de grandes empreendimentos extravistas em regiões ricas em recursos naturais e terra de comunidades tradicionais,

A título de elucidação, consideremos o Sistema Marítimo Portuário de Barra do Riacho como o conjunto de empreendimentos privados formados pelo Terminal Aquaviário da Barra do Riacho, sob operação da Transpetro (braço operacional da Petrobras cujo maior acionista é a União); Terminal Especializado da Barra do Riacho (Portocell I e II), sob operação da Suzano; Estaleiro Jurong, sob operação da Jurong; e o iminente Porto da Imetame (ainda sem nome), sob implantação e futura operação da Imetame Logística Porto. Além desses, a região abriga o Porto da Barra do Riacho de natureza pública e operado pela CODESA – Companhia de Docas do Espírito Santo.

Aracruz¹ é um município da região norte do Estado do Espírito Santo, com área total de quase 1,5 milhões de km² (IBGE, 2020) e população de pouco mais de 100.000 pessoas (IBGE, 2021). Pertencente ao sistema-costeiro marítimo possuindo em grande parte do seu território o bioma da Mata Atlântica, o município possui o oitavo maior PIB geral per capita do estado e o quinto maior PIB do Estado se analisada estritamente a produção industrial (IBGE, 2018). Grande parte dessa potência industrial do município de Aracruz deve-se a Aracruz Celulose, empresa criada na década de 70 com foco na produção de manejo de celulose.

¹ Ver Mapa no Anexo 1

Um empreendimento industrial extrativista exemplar devido à grande riqueza natural para produção de celulosa na região, numa área de fácil cultivo de eucalipto (a principal cultura usada na produção de celulose) e de grandes reservas minerais e hídricas Aracruz Celulose contribuiu e contribui significativamente não apenas para o PIB municipal, mas também para o PIB do Estado do Espírito Santo. A partir da década de 1990, com a definitiva abertura da economia brasileira ao mercado mundial privilegiando setores da indústria de mão obra ostensiva para a produção e exportação de *commodities*, como evidencia Filgueiras (2016), inclusive possibilitando a entrada de ações da empresa em bolsas de valores internacionais levando a uma expressiva valorização da empresa, a Aracruz Celulose foi continuamente transformada por uma série de *rebrandings*, fusões e sistemas de co-operação com empresas multinacionais (como a CENIBRA – CELULOSE NIPO-BRASILEIRA), Em 2020 foi finalmente absorvida numa fusão bilionária com a Suzano (produtora de celulose paulista) resultando no maior empreendimento produtor e exportador de celulose do planeta².

A Aracruz, atual Suzano, possui também na região um complexo portuário composto por dois terminais: Portocel I, planejado no ano de 1973 e efetivamente em operação desde o ano de 1978, representando também o primeiro empreendimento portuário na região; Portocel II, terminal de extensão do Portocel I planejado em 2009 e em operação parcial desde 2018. Considerado o complexo portuário de embarcação e transporte mais rápido de Celulose do planeta. Adjacente ao complexo Suzano-Portocel há uma série de outros empreendimentos dos ramos extrativistas e portuários que formam um verdadeiro núcleo industrial na região. Podemos destacar a Imetame, que opera no ramo de extração de minerais e logística portuária; a Evonik, empresa alemã³ que possui uma unidade na região responsável pela fabricação de substratos químicos; a Canexus, outra empresa do ramo de produção de

²A integração da Fibria à Suzano entrou no hall das grandes negociações entre empresas brasileiras e em números representou um substantivo aumento de valor para o empreendimento produto dessa fusão, mais informações em: <https://www.portaldoagronegocio.com.br/florestal/mercado-florestal/noticias/fibria-e-suzano-formam-maior-companhia-na-producao-de-celulose-no-mundo-192675><último acesso:10/11/2021>

³ A Evonik é também a maior acionista do Borussia Dortmund, um dos clubes mais tradicionais de futebol da Alemanha e, atualmente, um dos times mais ricos do mundo.

substratos químicos voltados para produção de Celulose, sendo essa a principal fornecedora de tais substratos para a Suzano; A Nutripetro, empresa de logística portuária, principalmente do ramo de transporte e manejo de petróleo e gás; o Estaleiro Jurong (EJA), terminal de produção e reparo de plataformas de exploração de petróleo *off shore* e de grandes navios cujo maior acionista é um *holding* de Singapura. Aqui é importante ressaltar a centralidade da Aracruz Celulose e do Portocel no desenvolvimento das atividades industriais e portuárias na região, tais empreendimentos não só atuaram como a linha de frente desbravadora que transformou esse município do norte capixaba em um polo industrial como também ocupa até hoje destacada posição de liderança entre as empresas capixabas.

Do panorama industrial da região podemos observar como planejamento produtivo é voltado para a produção de uma *commodite* principal, a celulose, cujo destino prioritário é a exportação pela via portuária da região. Além disso, a região também funciona como um pólo de operação⁴ e transporte de petróleo e gás natural uma vez que, com as descobertas de reservas petrolíferas, através da exploração do Pré Sal na costa do ES, houve a necessidade de ampliação desse tipo de atividade no estado. É notável também, a partir da análise de Vervloet (2020), o aumento exponencial da atividade portuária na região desde o início dos anos 2000. Esse marco temporal representa uma confluência de fatores a serem abordados nesse trabalho, desde o grande aumento na exportação de celulose a partir da ampliação e desenvolvimento de técnicas mais eficientes de embarque pelo complexo Suzano-Portocel, como também a entrada significativa na atividade portuária da região do transporte de petróleo e gás a partir dos anos 2010.

Os terminais sobrecitados e as empresas presentes foram construídos e são operados na região costeira de Aracruz onde está localizada, nas diretas imediações ao norte desse núcleo industrial, a comunidade da Barra do Riacho. A comunidade pesqueira da Barra do Riacho, por sua vez, apresenta um cenário expoente das atividades industriais na região, como por exemplo, o

⁴ Afinal na região há a presença de braços operacionais da Petrobras, além de empresas privadas do setor. Provavelmente o grande expoente dessa atividade é o Estaleiro Jurong (EJA) responsável inclusive pela construção de plataformas de exploração de petróleo como a P-68 (atualmente em operação na Baía de Santos)

forte odor de produtos químicos, não só no ar respirável, como também na água que sai das torneiras⁵. É notória a contradição entre o moderno desenvolvimento regional e o tradicional modo de vida dos pescadores da região. Afinal, a comunidade da Barra sobrevive principalmente da atividade artesanal pesqueira com redes e tarrafas e também com a pesca em pequenos barcos. Na região há cerca de 80 barcos que são usufruídos por 400 pescadores (IEMA, 2017), no entanto a data desses últimos dados divulgados pela colônia de pesca para a confecção de um RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) é de 2008 e dá conta apenas dos pescadores cadastrados na colônia, os dados correntes sobre essa população são escassos evidenciando o abandono pelo Estado dessa comunidade tradicional cercada pelo monstruoso complexo industrial que alavanca a arrecadação do município. A pesca na região está proibida desde 2016 por causa do avanço dos rejeitos tóxicos da barragem de Mariana – MG da empresa Samarco que rompeu em novembro de 2015 e os processos de compensação são escusos e complicados, gerenciado pela Fundação Renova⁶, outro empreendimento atuante na região.

Além da Barra do Riacho, outras comunidades e vilas da região também são afetadas pela presença desses empreendimentos e pela proibição da pesca motivada pelo rompimento da barragem da Samarco em Mariana – MG, uma vez que a região recebeu rejeito através da deságua do Rio Doce. As principais são: Vila do Riacho, vila de pescadores ao norte do sistema marítimo portuário e da Barra do Riacho; Barra do Saí, antiga região de pescadores e local de surf ao sul do sistema marítimo portuário e da Barra do Riacho; Coqueiral, bairro mais desenvolvido com praias famosas ao sul da Barra do Saí; Santa Cruz, antiga vila de pescadores e *point* turístico na região ao sul de

⁵ Essa problemática é antiga na região, os moradores alegam ter procurado não só representantes das empresas como também órgãos públicos para dar queixa dessa situação degradante e bastante evidente, mais informações em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/forte-cheiro-de-enxofre-atormenta-moradores-de-barra-do-riacho><último acesso 10/11/2021>

⁶ A Fundação Renova é uma entidade criada pela Samarco com o intuito de gerenciar a crise causada pelo rompimento da Barragem de Fundão no município de Mariana-MG. A região da Barra do Riacho é diretamente afetada pela chegada dos rejeitos vindos pelo Rio Doce que é ligado ao Rio Riacho, rio da região. Os efeitos desse evento são extremamente complexos e seus desdobramentos percorrem diversos campos do debate civil, traremos essa questão mais detalhadamente no diagnóstico de impactos na região no capítulo III.

Coqueiral. Além dessas vilas tradicionais, há várias terras e aldeias indígenas na região, sendo as principalmente afetadas: Aldeia Córrego de Ouro ao norte da Barra do Riacho e ao sul da Vila do Riacho, a Aldeia Comboios ao norte da Vila do Riacho e a terra Pau Brasil ao leste da Barra do Riacho.

A situação da comunidade da Barra e região em contraste evidente com a polvorosa atividade industrial da região apresenta um caso particular de um fenômeno generalizado em nosso país, afinal no processo de consolidação da indústria extrativista há desdobramentos determinantes para o modo de vida das comunidades que habitam os locais de interesse para esse tipo de indústria, para além do ascético discurso hegemônico do mercado de desenvolvimento econômico e melhoria das condições de vida locais. Pois a chegada de uma empresa ou de um conglomerado em um ambiente usufruído por diferentes grupos humanos, como é o caso de um sistema portuário instalado nas redondezas de uma vila de pescadores transforma a paisagem local, altera o equilíbrio ecológico do local, modifica as relações sociais de produção. Enfim, modifica profundamente a totalidade relações de sociais dos nativos tanto em relação à comunidade quanto em relação à natureza. Por isso, é primordial considerar que grandes empreendimentos afetam significativamente, sobretudo, as relações de trabalho, que medeiam a relação entre humano e natural em qualquer território. Em comunidades tradicionais, em especial, há o esfacelamento das práticas de trabalho ligadas ao ambiente que o empreendimento explora, ao desencadear a expropriação e, subsequente apropriação, do meio de subsistência dessas comunidades. Aqui vale uma colocação, o trabalho, considerado ontologicamente, é o elemento fundante da sociabilidade e define a forma com que os seres sociais se relacionam com a natureza orgânica e inorgânica e a forma com que esses seres se organizarão enquanto sociedade (LUKACS, 2012). É preciso pensar propriamente a comunidade, as vidas humanas e as práticas de trabalho como parte integral da Natureza.

Assim sendo, o breve contexto histórico narrado revela, em Aracruz, uma situação de apropriação dos recursos naturais e do próprio espaço da região pelo poderio privado em detrimento da continuidade do modo de vida tradicional das populações pesqueiras. Contextos como esses há muito

tem sido objeto de análise ao que se convencionou chamar de Ecologia Política (LATOUR, 2014). Podemos destacar os trabalhos de De La Cadena (2015) acerca do modo de vida das populações andinas, a extensa obra de Enrique Leff (2006) sobre a concepção de uma racionalidade ambiental contrária ao que, desprovido da crítica a economia política, o autor chama de paradigma produtivista, o próprio Bruno Latour (2014) que discorre a respeito da construção de uma nova ecologia política a partir da semiologia política da Democracia.

Apesar de bastante heterogênea, a perspectiva da Ecologia Política visa, através da análise semiológica, a partir das práticas culturais que estão “presas” a esse território, colocar a proteção ao ambiente e às comunidades tradicionais no centro dos debates acerca dos processos decisórios e da construção de políticas sociais. Ainda que análises desse tipo sejam dotadas de um espírito crítico, elas falham em não remeter a questão à totalidade em que as comunidades tradicionais estão inseridas. Concomitantemente, as relações feitas de maneira geral por essa perspectiva implicam em uma análise meramente superficial do esfacelamento das condições objetivas da prevalência do modo de vida e das relações de trabalho da comunidade. Dessa maneira, a materialidade da questão é sublevada.

É bem verdade que as culturalidades específicas dessas comunidades são partes determinantes do modo de vida das comunidades tradicionais, mas tais relações precisam ser tomadas na totalidade em que a comunidade está inserida, isto é, numa disputa de forças desiguais, de um lado um mega complexo desenvolvido economicamente e do outro uma vila tradicional de pescadores cuja prática é a pesca artesanal. Dessa maneira, é necessária a crítica que interpele as questões relativas à economia política, tanto como crítica ao desenvolvimento desmedido quanto como crítica e análise aos sujeitos envolvidos nesse contexto, para tanto a primazia da centralidade do trabalho é a categoria fundamental que medeia as relações sociais.

Assim, é o movimento de análise das práticas de trabalho das comunidades tradicionais como a produção para satisfação das necessidades físicas e sociais para existência desse grupo e de seu modo de vida singular que se defronta para com a produção capitalista da região onde o que impera é o trabalho abstrato. Não cabe a análise das comunidades somente como a

manifestação até certo ponto exótica de práticas únicas, valiosas e virtuosas para a imperiosa curiosidade acadêmica.

Assim sendo, a análise focal cultural das comunidades que, a priori, surge como uma crítica ecológica acaba por mistificar as relações sociais de produção na comunidade e nos empreendimentos ao sublevar o caráter social e historicamente situado do desenvolvimento capitalista. Mistifica também o Estado ao não situá-lo como um elemento fundamental do desenvolvimento da sociedade capitalista, levando a crer que, apesar da “força” que gere o Estado ser afim da esfera do capital, em sua essência esse é um espaço “neutro”. A descon sideração dessa formação histórica e social e das categoriais essenciais como trabalho, capitalismo e Estado leva, muitas vezes, os ecologistas a caírem numa reificação de seu próprio sentido primordial, o de valorizar as relações sociais e para com o ambiente para além da produção capitalista, e passa a propor uma “solução dentro do sistema”. (LOWY, 2000)

Para uma melhor qualificação do argumento voltemos ao princípio do processo de desenvolvimento capitalista, marcado pela apropriação privada dos recursos naturais e de grandes extensões territoriais. A percepção de tal fenômeno, inclusive, foi uma das primeiras inspirações para a concepção da crítica da economia política por Karl Marx ao debater as recém promulgadas leis contra o furto de madeira na Renânia em 1842 (MARX, 2017) e ocupa boa parte do vigésimo quarto capítulo d’O Capital (A Assim Chamada Acumulação Primitiva) (MARX, 2013). Naquele contexto, Marx narra que o costume datado de tempos imemoriais de retirar madeira dos bosques pelas comunidades da região estava para se tornar ilegal como a apropriação privada das terras outrora de uso comum. Nesse sentido, ele nos diz que um direito consuetudinário⁷ seria suprimido por um direito legal, isto é, oriundo da formalidade do Estado burguês.

O panorama observado por Marx, nessa análise, é, portanto, a imbricação entre o Estado, a lógica privatista e a sociedade em uma dinâmica conflitiva. Tal fenômeno, embora recheado pelo contexto particular e determinações concernentes ao devido tempo histórico-social, é uma forte expressão do paradigma capitalista de apropriação. A crítica ainda juvenil

⁷ Costumeyiro, habitual.

elaborada por Marx nesse texto concerne a respeito da imposição do direito legal (formal) sob uma tradição secular. Mais tarde como podemos perceber no capítulo 24 d'O Capital, Marx estabelece uma crítica mais aprofundada em relação à apropriação de terra, onde outrora se realizava o trabalho comunal, como forma de transformar a terra em lucratividade, seja pela posse, seja pela produção. Em ambos os exemplos, três elementos-chaves permanecem: A apropriação privada de terra e recursos naturais como movimento intrínseco do capital; A anuência, regulamentação e legislação feitas pelos Estados como forma de garantir legalidade à apropriação de terra e expulsão dos antigos moradores; A destruição das relações de trabalho comunitárias e a substituição pelo trabalho alienado (MARX, 2013)

A crítica marxiana assim pode então ser aplicada se observarmos o contexto do sistema portuário e marítimo de Aracruz, sob a perspectiva histórica remetendo esse contexto particular à totalidade histórica da dinâmica contraditória do capital. Como diz Lowy (2014) trata-se de propor uma Ecologia Crítica, e, portanto, tratar de estabelecer paralelos entre a produção marxista crítica à economia política e a Ecologia como instrumento de qualificação das questões ambientais, a partir disso é capaz a concepção de uma crítica contumaz. Dado a especificidade do contexto é de grande valia não apenas o debate supracitado de Marx, mas também os estudos relativos ao trabalho como elemento primordialmente ontológico da sociedade (LUKACS, 2012). Os estudos relativos à produção capitalista como uma produção destrutiva, isto é, que mina a existência objetiva da vida humana em prol da produção desenfreada (MESZAROS, 1996) e os estudos sob a perspectiva ecossocialista (LOWY, 2014).

A questão surge então a partir da imbricação entre Estado, capital e comunidade, nesse contexto em que as comunidades do entorno perecem ou usufruem muito pouco do que o empreendimento portuário gigantesco promete. Enquanto isso, o poder público se materializa mais pela ausência e anuência do domínio do poder privado (através de, por exemplo, concessões de licença e operação) do que pela atuação reparatória e integradora das comunidades do entorno que sobrevivem, sobretudo, da pesca artesanal marítima e, portanto, também do mar. Simultaneamente, os trabalhadores do sistema

marítimo portuário continuam subjugados ao domínio do trabalho abstrato para acumulação capitalista.

Observando a constituição histórica desses elementos e o caráter sistêmico que torna indissociável o capital da sociedade, a sociedade do Estado e o Estado do capital a questão a ser desvelada nesse trabalho- “de quais formas o funcionamento do sistema marítimo e portuário a partir do cerramento de áreas naturais impacta diferentes elementos presentes no Município? ” – pressupõe a necessidade de análise das relações de trabalho, isto é das relações entre humano e meio natural, dos principais grupos inseridos no contexto, assim através da análise do próprio trabalho portuário e o trabalho das pessoas que sobrevivem da região onde o porto está instalado pretende-se desvelar o caráter alienante da produção capitalista que, no referido caso, implica em uma dupla perda de natureza tanto na perspectiva física-natural através da apropriação de espaços de uso comum pela esfera privada, quanto nas relações de trabalho mediadas pela imperiosa necessidade da acumulação capitalista, pesando cada vez mais o jugo da exploração do trabalho sobre os trabalhadores da região.

Cabe ao pesquisador interessado na passagem do evento particular que inspira a questão ambiental generalizada estabelecer os vínculos teóricos e metodológicos que, se bem amarrados, conferem tessitura ao trabalho, tornando-o relacionável a imensidão de outros contextos emergentes cuja questão ambiental é determinante. A postulação de uma matriz teórica também aponta a densidade do caminho analítico que se pretende seguir. A título de exemplo, nas discussões da área ambiental a apropriação de uma matriz teórica liberal, como os discursos pela sustentabilidade de Hawken (1993), significa a abordagem contingencial da produção capitalista, enquanto a adoção de uma matriz teórica marxista visa uma abordagem transformadora da mesma questão.

Preocupado com essas questões, o norte deste trabalho, busca, a partir da análise de um sistema portuário, unificar duas importantes matrizes teóricas para a compressão das relações sociais de produção, e consequentemente, para a compreensão das relações entre o gênero humano

e o meio natural. Assim, nesse momento inicial, estabeleceremos a matriz teórica que nos permitirá perquirir as questões oriundas do objeto apontando para a crítica da economia política como norte.

Não é possível pensar a sociedade moderna sem considerar a categoria trabalho como um dos elementos principais do processo de formação da sociedade capitalista. Na concepção Marxista o trabalho é a ação humana, mediada pela consciência, produtora de sua subsistência, através do emprego da sua força de produção (MARX, 2013), no entanto, como Marx analisa em “O Capital”, o modo de produção capitalista afeta determinantemente o sentido do trabalho no seio social.

Assim, a produção capitalista, que é essencialmente produção de mais-valor, sucção de mais-trabalho, produz, com o prolongamento da jornada de trabalho, não apenas a debilitação da força humana de trabalho, que se vê roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atuação. Ela produz o esgotamento e a morte prematuros da própria força de trabalho (MARX, 2013, p. 428).

A citação de Marx fornece um panorama sobre a alteração primordial causada pela adoção do modo de produção capitalista impulsionada pela revolução industrial ao passo que os trabalhadores se veem obrigados pelas circunstâncias a voltar sua força de trabalho inteiramente para o sistema econômico burguês e, principalmente, têm a autonomia sobre a prática e trabalho e a autonomia sobre a produção retirada de si. Assim, a coisa – o objeto da produção – passa a ser o objetivo em si mesmo, o trabalhador que antes produzia para sua própria subsistência, isto é, trabalhava para ser, passa a trabalhar para ter, passa a estar incessantemente vinculado à mercadoria não como seu produtor, mas como o seu sujeito, ao ponto de ter a própria força de trabalho transformada em mercadoria (MARX, 2013)

Em um trabalho anterior ao O Capital, nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, Marx (2017) prenuncia o conceito de trabalho estranhado, ou seja, a forma de trabalho no sistema capitalista em que o trabalhador, ao não possuir os meios de produção, é alienado de sua produção. Marx escreve:

[...] o trabalho é exterior ao trabalhador, isto é, ele não pertence à sua essência; que, por isso, ele não afirma em seu trabalho, mas nega-se nele; nele não se sente bem, mas infeliz; não desenvolve nenhuma energia física

e mental livre, mas mortifica seu físico (Physis) e arruína o seu espírito (MARX,2017,p. 196).

Marx demonstra como essa forma de trabalho nega o próprio trabalho enquanto atividade humana de autorreprodução, de satisfação de suas necessidades, inserindo nessa nova forma um elemento exterior, no caso, a produção de valor. Efetivamente, retira-se do trabalhador sua própria Natureza ao retirar dele o produto de seu trabalho.

Além disso, Marx (2011) desenvolve um argumento prematuramente apresentado em seu texto para a Gazeta Renana acerca das leis de furto de madeira (publicado no Brasil sobre o nome “Despossuídos”) no capítulo XXIV d’O Capital (“A Assim Chamada Acumulação Primitiva”). Marx nota que é justamente através do exproprio das terras comunais e da criminalização da livre utilização de recursos naturais em terras privadamente apropriadas, que o povo, outrora camponês subsistido, se torna o proletário urbano e miserável das primeiras indústrias. Assim, é a partir da coerção (física ou não) calcada legalidade do estado burguês que o povo estará submetido à ordem social capitalista, está que passa a ser apresentada como ordem natural e não mais sociohistoricamente constituída

Tal fenômeno merece ser apreciado valendo-se novamente do conceito de “Expropriação” dinâmica fundamental de reprodução do sistema capitalista. Virgínia Fontes (2010) contribui:

A proporção entre populações urbanas e rurais nos indica quantidades, mas nem de longe expressam as modificações qualitativas que essa expansão da população disponibilizada pode provocar. A expropriação, ora sob aspecto unicamente econômico, ora demográfico, abrange praticamente todas as dimensões da vida. Incide sobre direitos tradicionais, como uso de terras comunais, direitos consuetudinários, relação familiar mais extensa e entreajuda local, conhecimento sobre plantas e ervas locais, dentre outros aspectos. (FONTES, 2010, p 51).

Se a forma do trabalho estranhado implica na perda do sentido do trabalho para o trabalhador, isto é, a perda de sua Natureza imanente. Os processos de expropriação e apropriação da esfera privada significam a perda da natureza exterior do trabalhador, significa a alienação de seu direito humano de sobreviver, tendo esse direito natural negado pela ordem social que

determina a primazia do caráter privado da terra e seus recursos naturais em detrimento do uso comunal desses elementos.

Pensando nosso caso particular entre o Sistema Portuário Marítimo de Aracruz e a Comunidade da Barra do Riacho, o resultado disso é uma dinâmica complexa e oscilante entre empreendimento e comunidade em que a presença de um grande negócio efetivamente regula a reprodução econômica da região, simultaneamente fomenta e cerceia o crescimento econômico local, cria uma situação de dependência dos pequenos negócios da região e leva muitos nativos ao abandono da pesca artesanal. Com dificuldades de se manter somente com a pesca, os nativos enxergam a priori o empreendimento como reduto empregatício. No entanto, a empresa preza pela força de trabalho qualificada, muitas vezes exógena do local, deixando a comunidade com recursos esgotados e sem perspectiva de emprego, obrigando-os a se lançar ao já exaurido mercado de trabalho da mão de obra desqualificada ou semi qualificada e dele depender como única alternativa, Fontes (2010) nos cabe novamente:

Uma vez incorporado ao mercado – expropriado, disponibilizado ao mercado – a reprodução da própria vida passa a dele depender, ainda que em graus diferenciados, desiguais. Empurrada ainda mais pela dinâmica capitalista ao puro mercado, esses expropriados precisam, rapidamente, a ele se adequar e sobreviver sob suas imposições (FONTES, 2010, p. 51).

Tais observações da autora ressonam as observações de Marx, tanto a respeito do estranhamento do trabalho quanto a respeito da dinâmica expropriadora do capitalismo, de fato tais fenômenos são persistentes e elementos centrais para a reprodução desse modo de produção, embora a forma particular com que ocorram atualmente seja diferente. A Barra acaba sendo um grande exemplo disso, não propriamente porque os pescadores são impelidos ao chão da fábrica como foi nas leis de cercamento na Inglaterra, mas sim porque os recursos naturais da região são monopolizados e exauridos para a plantação de eucalipto, produção de celulose, atividade portuária e demais atividades industriais. Tal perspectiva merece ser também analisada sob o conceito de “Produção Destrutiva” (MESZAROS, 1996) uma vez que,

objetivamente, a extração e a produção ocorridas na Barra têm efeito prático de destruição do ambiente e esfacelamento das relações de trabalho artesanal. É verdadeiramente a destruição natural e social pela produção capitalista, uma dupla perda da Natureza.

Por fim, vale o comentário a respeito da tese de Lukacs (2012) da centralidade ontológica do trabalho corroborando esse importante trabalho com a problematização teórica proposta. A análise a partir desse aporte teórico visa reenaltercer o trabalho como elemento central, tanto na produção de valor, necessário para a subsistência dos povos, quanto na esfera sociocultural que em si alude ao modo de vida das comunidades. Nesse ponto, faz-se necessário considerar o esforço do Lowy (2014) na proposição de uma Ecologia Crítica, isto é, uma posição prática-epistemológica que visa uma síntese entre o pensamento ecológico conservacionista e os referidos elementos da teoria crítica, de maneira que na Barra urge pensar tanto as transformações danosas à biodiversidade local quanto à comunidade tradicional.

Nessa profusão de elementos, podemos chamar esse contexto de “conflito ambiental?” Grande nome dos estudos ambientais no Brasil, Henri Acserald (2004) aponta que não há um consenso de fato no que é considerado um conflito ambiental, mas define tipos que tendem a enfatizar somente aspectos de um contexto conflitivo, causando dessa forma um reducionismo. Acserald defende que o conflito ambiental seja discriminado através de uma análise ampliada a respeito das contestações materiais e simbólicas em questão no espaço determinado, observando dois critérios: a durabilidade do contexto conflitivo e a interatividade entre as diferentes partes. Em linhas gerais, a análise sob a perspectiva de conflito ambiental tenta englobar essas partes distintas e antagônicas como componentes de um mesmo “ambiente” em que o conflito é inerente, pois estas representam forças distintas, possuem interesses distintos e utilizam os recursos naturais de formas distintas, mas estão dispostas no mesmo tempo e espaço (HANNIGAN, 2009). Apesar das considerações candentes de Acserald, e Hannigan é através do interacionismo entre a crítica da economia política e a Ecologia Crítica (LOWY, 2014) que creio como tal questão ambiental deva ser tratada, por isso, através desse intróito procurei clarear o caminho necessário. É pela via das expropriações, do

estranhamento do trabalho, da produção destrutiva e do consequente esgotamento de recursos naturais que os ditos conflitos ambientais podem ser pensados materialmente a sua primazia, isto é, como conflito de classes particularizado sob uma Questão Ambiental.

Assim, permanece a hipótese de que, primeiramente, a lógica imperativa do capital, regente da atividade portuária, transforma significativamente o conjunto das relações sociais das distintas comunidades e grupos internos e ao redor da zona portuária. Segundo, o processo contínuo de expansão da atividade marítima e portuária na região implica não apenas numa perda do meio natural, mas também acelera o processo de desintegração das práticas de trabalho artesanal ligadas à pesca na região.

Dessa forma, o objetivo geral desse trabalho é analisar a centralidade do complexo Portocel no sistema marítimo e portuário em Aracruz – Es, no que diz respeito às relações capital x trabalho x natureza dos 2000 a 2022, período em que a atividade portuária na região foi e continua sendo intensificada, inclusive com a construção de novos terminais. Os objetivos específicos pretendem: 1) Compreender os nexos e relações intrínsecas entre Estado e Capital no que diz respeito ao desenvolvimento da atividade portuária no município. 2) Avaliar os principais impactos ambientais causados pela construção e funcionalidade dos empreendimentos ligados à atividade portuária. 3) Perquirir o *modus operandi* da atividade portuária da região no manejo de recursos humanos e ambientais em Aracruz.

A relevância social deste trabalho justifica-se pela necessidade do contraponto à hegemonia vigente do desenvolvimento econômico que suplanta qualquer resistência e se apodera de qualquer território visando à maximização da produção capitalista. Nesse contexto, a natureza e a sociedade estão à mercê do ímpeto desenvolvimentista que predomina sobre a saudabilidade das relações sociais e para com a natureza. O momento atual demonstra uma intensificação do esgotamento de recursos naturais e uma maior constrição de grupamentos humanos que têm suas existências cada vez mais ameaçadas e subjugadas à totalidade sistêmica da economia capitalista. Assim, através desse trabalho, busco não apenas estruturar o diagnóstico da relação entre

desenvolvimento regional, modernização e comunidades tradicionais, como também oferecer possibilidades frente ao aviltamento do meio natural.

Já a importância acadêmica do trabalho se dá pela tentativa de se afastar do catastrofismo vigente nas Ciências Sociais com relação às análises dos problemas ambientais que pululam pelo globo dado à aceleração do paradigma de reprodução capitalista. Afastar-se do catastrofismo, isto é a crença de que a catástrofe é inexorável (ou até mesmo que já vivemos em um mundo pós-catástrofe⁸) é essencial para a transformação efetivamente ativa da realidade. Primeiro, porque a mera aceitação da catástrofe implica numa posição acrítica para com o modo de produção capitalista. Segundo porque não além à própria plasticidade e propriedades de recuperação natural da natureza que ainda sobrevive para isso, cabe aos teóricos críticos de nosso tempo pensar a questão ambiental centralmente. Epistemologicamente trabalho visou acompanhar a retomada dos estudos que aproximam a Ecologia, proeminente no tocante ambiental, da crítica da economia política e do pensamento marxista em geral, proeminentes na crítica ao modo de produção capitalista. Assim, a empreitada a que me proponho visa estender a análise sobre a região e as relações de trabalho englobando as sobrecitadas perspectivas teóricas se conectando a trabalhos, como a dissertação de Izoton (2016) “Pesca artesanal e industrialização na Barra do Riacho, Aracruz-ES”; o trabalho monográfico de Vieira (2018) ““Zonas de sacrifício”: Impactos socioambientais e a pesca artesanal em Barra do Riacho, Aracruz/ES” e a tese de Dieguez (2014) “Trabalho à deriva: contradições e ambiguidades nas lutas e percepções dos estivadores de Santos (1993-2013)”.

Metodologicamente pretendo seguir o trabalho em três etapas de análise dos materiais de pesquisa. O primeiro momento consiste na revisão bibliográfica do objeto concreto, isto é, os materiais acadêmicos produzidos relativos à operação portuária na região e à comunidade de Barra do Riacho;

⁸ Essa é uma premissa bastante contundente do pensamento pós estruturalista que afirma o tempo histórico presente como o “momento irreversível” da humanidade em que os efeitos destrutivos causados pela civilização humana (o termo modo de produção capitalista é raramente integrado a essas análises) alcançaram um patamar de insuperável mudança, restando a nós existir no mundo pós catástrofe. É uma espécie de fim da história menos glorioso. Para maiores aprofundamentos ver *Staying With the Trouble* (HARAWAY, 2016); *A Sociedade de Consumo* (BAUDRILLARD, 2006).

Segundo, a realização de coleta e interpretação de dados como componente quali-quantitativo da pesquisa. Serão utilizados os dados atualizados relativos à população do município de Aracruz, ao desenvolvimento econômico da região e à extensão territorial do município (produzido por Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE); Relatórios técnicos a respeito da população pesqueira do mesmo município (produzidos por Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA); Relatórios de Impacto Ambiental – RIMA e Estudo de Impacto Ambiental - EIA, relatórios de atividades anuais e outros documentos oficiais (atas de reuniões, diários de pesquisa) produzidos por esses órgãos; Relatórios Anuais e documentos oficiais da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ; Relatórios Anuais e documentos oficiais produzidos pela Companhia de Docas do Espírito Santo – CODESA e demais órgãos públicos estaduais; Balanço Anual dos Portos e Empresas da região e demais eventuais documentos que possam ser elucidativos acerca do contexto. A análise documental e estatística certamente possui um viés desde sua elaboração, é importante para o andamento do trabalho não apenas a aceitação dos dados apresentados em documentos oficiais, mas considerações e interpretações acerca da natureza de tais documentos (MAY, 2004); Por fim, o último momento da pesquisa consistirá no confronto entre os dados colhidos e tratados e o referencial teórico crítico empregado como forma de elucidação do contexto concreto analisado. Sobre a elaboração de uma pesquisa de paradigma crítico vejamos a contribuição de Alves-Mazzotti e Gewandszajder (1998):

Neste paradigma, a palavra "crítica" assume pelo menos dois sentidos distintos. O primeiro se refere à crítica interna, isto é, à análise rigorosa da argumentação e do método. Focaliza-se aí o raciocínio teórico e os procedimentos de seleção, coleta e avaliação dos dados, buscando a consistência lógica [...] O segundo e mais importante sentido da palavra crítica diz respeito à ênfase na análise das condições de regulação social, desigualdade e poder (ALVES-MAZZOTTI, GEWANDSZNAJDER, 1999, p 139).

Para a realização da tão importante revisão bibliográfica que servirá de base para a pesquisa serão utilizadas as seguintes produções acadêmicas

realizadas na região da Barra do Riacho que dão embasamento para a discussão das temáticas propostas nessa problematização como as extensas pesquisas a respeito dos conflitos socioambientais na barra envolvendo a pesca artesanal (IZOTON, 2016), a análise da atividade empresarial na região em contato com a comunidade pesqueira (VIEIRA, 2016), (VIEIRA, 2018), o estudo a respeito do esforço da Aracruz Celulose (na época Fibria) na tomada de recursos naturais da região para fins industriais (GOMES, OVERBEEK, 2011), (LOUREIRO, 2006), (MEDEIROS, 2013) e a observação da complexa dinâmica da pesca artesanal em contextos conflitivos com empreendimentos (KNOX, TRIGUEIRO, 2015). Além dos trabalhos sobre a atividade portuária como a análise detalhada dos sistemas portuários do estado do Espírito Santo (VERVLOET, 2017).

Por fim, o trabalho conforma-se na divisão em três capítulos. O primeiro capítulo trata a respeito das condições sóciohistóricas da Barra do Riacho, bem como a centralidade do complexo Suzano-Portocel na atividade industrial em Aracruz; O segundo capítulo tem como foco as tendências mundiais que sustentam a exploração massiva da natureza e a expropriação das comunidades ao redor do planeta; O terceiro capítulo fecha o trabalho objetivando a crítica ao desenvolvimento capitalista através do diagnóstico dos impactos causados na região e da propensão de novos empreendimentos.

Capítulo 2.A BARRA DO RIACHO E O PORTO.

Compreender as relações intrínsecas a determinado objeto implica em antes compreender os elementos constituintes do objeto. Nesse sentido, o primeiro capítulo desse trabalho busca descrever as origens da Barra do Riacho e elucidar sua situação geral atual. A realização de tal tarefa visa explicitar o porquê da escolha dessa região para a análise da contraditória dinâmica capitalista, materializada especificamente nesse contexto pela atividade industrial e portuária na região que hoje mina o as práticas artesanais da Pesca e, portanto, influência no esfacelamento do modo de vida tradicional dos pescadores artesanais

2.1 A formação da Barra do Riacho

Na própria origem do município de Aracruz estão incrustadas as primeiras formas de alienação⁹ do modo de vida singular de comunidades tradicionais, afinal a região onde hoje é Aracruz era há séculos ocupada por sociedades indígenas. No entanto, durante a incursão colonial, surgiu prontamente na região um Aldeamento Missionário (Aldeamento de Santa Cruz), capitaneado pela ordem jesuíta que buscava evangelizar os nativos e estabelecer as primeiras fundações para a devassa colonial.

A obra organizada por Merlo (2014) “Aracruz: trajetória histórica” demonstra bem esse contexto. Ressalta a grande variedade de sociedades indígenas que habitavam a região, dando ênfase aos grupos pertencentes ao tronco lingüístico Tupi e ao tronco Jê. Hoje a região é ainda habitada por indígenas remanescentes do Tronco Tupi (Guaranis e Tupinikins), embora a maioria esmagadora dos povos tenha sido aniquilada.

⁹ Em sociedades tradicionais cujo modo de vida é determinantemente dependente das práticas de trabalho artesanal está forma primeva de estranhamento já é referente a relação estranhada do próprio trabalho. Tal qual na antiga Renânia impedir a coleta de madeira nos bosques comuns, uma prática de trabalho, arruinava o modo de vida dos antigos povos germânicos que lá habitavam.

A relação inaugural de violência do período colonial dos colonizadores para com os colonizados é de forma alguma um fenômeno específico de Aracruz, no entanto, numa região tal qual esta, rica em recursos naturais e altamente povoada, a denotação do processo violento de extirpação das terras, do modo de vida e, até mesmo, da condição humana dos povos originários torna-se muito evidente. Assim sendo, vejamos novamente em Merlo (2014):

O cotidiano nas missões impunha nova ordem social aos indígenas, muito diferente daquela com que esses povos estavam acostumados. Para conseguir essa mudança na dinâmica da vida dos indígenas, os jesuítas acabaram alterando os costumes e valores desses povos. Além da utilização do indígena como mão de obra e da imposição da cultura do colonizador, outros foram os prejuízos causados pelo contato com a cultura europeia. Assim, à medida que os nativos reagiam com violência para defenderem bravamente o território que ocupavam, passaram a ser vistos como selvagens bárbaros e incivilizados (MERLO, 2014, p. 10).

A citação nos revela não apenas a violência costumeira do processo colonial, mas também atenta para a noção do conflito, da resistência e da luta contra a perda da essência social pelos indígenas. Tal reação fora obviamente instrumentalizada com o sentido de taxativamente imprimir ao nativo um rótulo de selvagem desalmado, carente de ser salvo espiritualmente e socialmente. Está justificada a assimilação forçada desses grupos ao desenho da sociedade colonial brasileira.

Embora o estado do Espírito Santo tenha boa parte da sua importância econômica no período colonial resumida a sua posição estratégica para o escoamento de mercadorias, como demonstra Vervloet (2020), a abundância de recursos naturais vem a ser um fator contributivo para o estabelecimento do Aldeamento na região, assim como fora determinante para a sobrevivência das sociedades indígenas durante séculos.

Assim, segundo o estudo de Diagnóstico Habitacional (ARACRUZ, 2019), o município de Aracruz é caracterizado pelo relevo predominantemente plano na costa, enquanto os territórios mais interioranos possuem maior declividade. Os principais biomas encontrados em Aracruz são os biomas da Mata Atlântica e de Restinga. Hidrograficamente, a região de Aracruz possui

um número significativo de rios e lagoas que formam sub-bacias. O clima característico da região é o Tropical Úmido, o volume de chuva da região é em média 1200 milímetros por ano e a temperatura possui pouca variação permanecendo, em média, na casa dos 20 a 30 graus.

Portanto, a região de clima ameno com reservas hidrográficas interessantes e tendo em seu território biomas ricos em biodiversidade cedo ou tarde inspiraria o interesse de se consolidar o processo de dominação das sociedades indígenas e estabelecimento mais aprofundado da povoação colonial. É no início do século XIX que tal feito é levado a cabo na região de Aracruz com a necessidade da objetiva consolidação da monarquia portuguesa (que acabara de se mudar para o Brasil fugindo da invasão napoleônica), curiosamente é a partir da campanha militar contra os indígenas que guerreavam contra as forças coloniais que surgirá a localidade da Barra do Riacho. Merlo (2014) diz:

Para vencer os botocudos e conter seus ataques, que impediam o avanço da ocupação – uma importante questão para a consolidação do poder monárquico - foram fundadas duas importantes edificações militares para a segurança da região ou quartéis, como eram chamados. O primeiro, estabelecido no governo de Francisco Alberto Rubim(1812-1819) entre a região de Santa Cruz e o rio Doce, foi denominado Quartel do Riacho e, mais tarde, deu ensejo à criação de Barra do Riacho. O outro se localizava as margens do rio Comboios e foi fundado pelo então governador da Capitania do Espírito Santo, Antonio Pires da Silva Pontes (1800- 18004), tendo sido de fato construído também no governo de Rubim (MERLO, 2014, p. 20).

O breve panorama histórico inicial da formação do município de Aracruz e de suas condições naturais originárias dá tessitura ao contexto narrado. Desde sua fundação a dinâmica social está imersa no paradigma de expropriação e apropriação. A denotação dessa constante é um imperativo para o desenrolar do processo mais detidamente sobre a formação da Barra do Riacho e da comunidade pesqueira que a habita.

Chegamos à Barra. O historiador José Maria Coutinho, nativo da região, (2006) em sua obra “Uma história do povo de Aracruz” conta um pouco da formação da Barra do Riacho. Segundo o autor o povoado da Barra do

Riacho surge a partir do loteamento em fazendas das áreas previamente ocupadas pelos indígenas expulsos pela campanha militar. As grandes fazendas da região atraíram famílias em busca de trabalho nas terras recém apossadas e assim o número de residentes foi gradualmente aumentando até o ponto em que as terras passaram ao pertencimento público e assim nasceu a Barra do Riacho.

Os moradores da região desempenhavam atividades agrícolas em geral, mas dada a proximidade com o mar e abundância de pescados na época, a atividade de subsistência primordial da Barra se tornou a pesca artesanal. Esse módulo de pesca é caracterizado pelo uso de ferramentas e embarcações pensadas e construídas pela própria comunidade, englobando diversas tarefas e habilidades diferentes. Izoton (2016) descreve as principais formas empregadas pelos pescadores da Barra do Riacho:

O dia a dia da pesca familiar na Barra do Riacho ocorre de maneira muito parecida com outras vilas de pescadores. Uma comunidade composta de aproximadamente 700 trabalhadores diretos, que estão sempre atentos às marés, ao vento e ao regime de chuvas – fatores que condicionam a pesca na Barra do Riacho e em todos os outros lugares onde ela se desenvolve. Existem aproximadamente 150 barcos na Barra do Riacho. Contando com uma frota expressiva dedicada à pesca do camarão, que ocorre da Barra do Riacho (antes da construção do EJA, desde o sul da mesma) até quase a divisa de Linhares com São Mateus, já ao norte do Rio Doce. É a pesca mais rentável, embora seja também expressiva a pesca de espinhel, no qual uma linha com diversos anzóis é jogada e recolhida periodicamente durante o embarque. Essa pesca é mais seletiva que a primeira, embora menos rentável. Também depende menos de embarcações voltadas para o fim específico, como é o caso dos barcos baloeiros, de pesca de camarão. Também é expressiva na região a pesca por rede de espera – uma das que mais sofre devido ao trânsito intenso de barcas e navios na região. As duas últimas modalidades de pesca, assim como as de linha de mão e rede de fundo, também praticadas na região podem ser exercidas em barcos menores, que são a maioria na Barra do Riacho. Uma desvantagem é a baixa autonomia, condicionando a atividade à proximidade com a costa e, por conseguinte, implicando em maiores atritos com as estruturas existentes na costa, como os portos (IZOTON, 2016, p. 62-63).

A descrição de Izoton nos revela o caráter fundamental da Pesca Artesanal, uma atividade exercida a partir do núcleo familiar em contato com a comunidade e com a natureza de uma forma singular em que a preservação do ambiente e a permanência das ótimas condições biológicas, geológicas e

hidrológicas significam a continuidade dessa atividade. É um tipo de trabalho que não consegue existir em um ambiente degradado.

A partir da década de 1960, a Barra do Riacho entra em uma nova etapa de sua história. É nessa época em que surge a Aracruz Celulose. Loureiro (2006) realiza um interessante trabalho a respeito da instalação dessa empresa, a autora denota como o processo de concepção e implantação da Aracruz Celulose foi baseado em estudos do mercado mundial que demonstravam uma carência na produção e comércio de celulose seguido por estudos na região de Aracruz que encontraram clima e terreno propício para a cultura do Eucalipto. Assim, a empresa surge planejada em se consolidar mundialmente na produção e exportação de celulose e para tanto, como Loureiro (2006) demonstra, se valeu de uma série de artifícios jurídicos para expulsar principalmente as comunidades indígenas que habitavam às áreas de interesse para produção de eucalipto.

A Aracruz Celulose junto com a Vale do Rio Doce se tornam os carros chefes da economia capixaba e assim se projetam também para o mundo. Nessa epopéia voltamos a perceber a constante da expropriação dos recursos de uso público. Santana (2018) realiza uma análise da captação dos recursos hídricos da região para a produção de celulose de eucalipto, um tipo de produção que demanda muita água tanto no processo industrial de lavagem da celulose quanto na cultura do eucalipto. A autora observa que a demanda crescente por água fez com que a empresa criasse um canal de dragagem entre o Rio Doce em Linhares e o Rio Riacho que corta a região, a criação do canal, chamado de Caboclo Bernardo¹⁰, tinha supostamente o objetivo de facilitar o acesso à água doce para as comunidades e, em segunda instância, aumentar a captação de recursos hídricos para produção de celulose. Na prática, a criação do canal Caboclo Bernardo significou um mísero afago à comunidade enquanto a empresa se apropriou de enormes áreas de margens e da foz do Rio Riacho, foram instalados manilhas e portões de controle que

¹⁰ Caboclo Bernardo é um personagem notável da história capixaba responsável por um ato heróico que salvou a vida de centenas de pessoas. Bernardo se dispôs a carregar a nado um cabo capaz de atravessar pessoas da praia até um navio que naufragara na costa de regência. Irônico se pensarmos que o canal que leva o seu nome deveria fazer representar o mesmo "heroísmo" de Bernardo ao levar recurso à comunidade carecida, na prática foi o inverso.

reduzem ou aumentam a vazão do rio de acordo com a demanda da empresa, prejudicando seriamente a navegabilidade dos pescadores da região, uma vez que quando a boca da barra, nome dado aos portões de controle, está fechada os pescadores perdem o contato com mar, pois o canal se torna raso.

Esse é apenas um dos exemplos das várias carestias a qual a comunidade da Barra do Riacho é acometida por conta da atividade industrial da região. A dinâmica destrutiva da produção industrial espraia-se para além de seus efeitos imediatos e atinge, de modo sistemático, diversas questões relativas ao bem estar da comunidade. Creado e Trigueiro (2018) elencam algumas em sua análise a respeito da chegada dos rejeitos da Samarco na região vindos do Rio Doce:

Encontramos em Barra do Riacho uma situação de muitos e pronunciados conflitos internos, mesmo entre os pescadores, que foram agravados pela questão da lama. A localidade vive (e vivia) muitos problemas também associados ao impensamento pelos empreendimentos industriais e pela ocupação portuária, à migração pendular de trabalhadores e ao desemprego. Eram muitas as queixas sobre prostituição, presença de tráfico e alto consumo de álcool e entorpecentes, bem como relatos de suicídios. (CREADO, TRIGUEIRO, 2018, pag 38)

Fica clara a sintomática situação da comunidade da Barra. Um local outrora rico em recursos ambientais que sustentou uma comunidade tradicional de tendo suas riquezas continuamente depletadas ao passo que a comunidade também vai sendo debilitada.

2.2 O desenvolvimento da Atividade Portuária em Aracruz

O processo de constituição da Barra do Riacho narrada no tópico anterior nos revela essa contradição entre o desenvolvimento econômico capitalista e desigualdade social latente. Nessa toada, o Brasil é um terreno farto para a análise da dinâmica contraditória do desenvolvimento capitalista, desde sua primeira experiência de contato com a Europa ocidental, no dito descobrimento e no subsequente processo de colonização as relações foram marcadas pela violência, pela dominação europeia sob outros povos e pela

apropriação de terras para produção de riquezas para a metrópole (PRADO JR, 2000).

O país é marcado por um processo de desenvolvimento econômico tortuoso, por ser um país rico em recursos naturais e de clima tropical, a base econômica brasileira fora desde o princípio composta majoritariamente por atividades do setor agrícola e do setor extrativista (PRADO JR, 1981), além disso, esse processo é marcado pela instabilidade de sua sustentação em ciclos expansivos e regressivos que fragmentam o desenvolvimento econômico em períodos distintos de exploração da abundância natural, solidificando a base da econômica brasileira na produção e exportação de produtos valorizados para o mercado mundial. Prado Jr considera:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. (PRADO JR, 1981, pag 12)

A citação de Prado Jr atenta para a condição de país tropical do Brasil, isso reflete em um país imensamente rico em diversidade biológica, tendo em seu território uma grande variedade de biomas, desde o mais áridos como a Caatinga aos mais úmidos como a Floresta Amazônica. Segundo dados oficiais, o país é lar de aproximadamente 120.000 animais invertebrados e quase 9.000 vertebrados (IBGE, 2018), também é lar de 46.000 espécies vegetais (IBGE, 2018). Tal magnitude faz o país ser reconhecido como um dos territórios com maior biodiversidade do Planeta. Além disso, o Brasil é casa de uma extensa gama de povos originários e comunidades tradicionais, protegidos por lei pelo decreto nº6. 040 de Fevereiro de 2007.

Análogo ao processo de desenvolvimento econômico baseado na exploração natural e na emissão desses recursos para o continente europeu está o próprio processo de modernização do Brasil, determinantemente afetado

pela condição de subalternidade econômica, a intentona modernizadora pretensamente busca alçar o país a um patamar dissonante das condições concretas e históricas que erigiram o país, tal movimento resulta num processo de desenvolvimento desigual que acirra as contradições sociais e econômicas. Via de regra, um país hoje periférico no capitalismo mundial representa um processo de amalgamação social violento e cujo principal demarcador é o extermínio das populações e classes sociais subalternas a partir da acentuação das desigualdades socioeconômicas provocadas pela apropriação privada dos recursos de uso comum. Faoro (1992) é preciso ao argumentar que a modernização brasileira é um processo descontinuado de muitas frentes (social, econômica, cultural, racial¹¹) que, na tentativa de se aproximar das sociedades européias, desconsidera as especificidades de um país periférico e colonizado e, se embebendo do proselitismo positivista, culmina numa eterna “síndrome modernizadora” no país.

Portanto, com suas bases fincadas, na exploração da terra e das pessoas o percurso do capitalismo industrial no Brasil não haveria de ser diferente, o desenvolvimento atividade industrial extrativista solapa o uso comum da terra e seus recursos e substitui pela tácita apropriação tanto da terra quanto do trabalho, para a produção capitalista (FONTES, 2010). Ou seja, as questões de ordem ambiental oriundas da ação de gigantes do setor extrativista manifestadas na atualidade histórica ressonam no passado as fundações econômicas pautadas pela violenta exploração das abundantes riquezas naturais e pela penúria das classes subalternas. Nessa esteira, Coutinho (2001) elabora uma interessante revisão literária acerca da nação de desenvolvimento econômico no Brasil, o autor estabelece o diálogo entre diferentes autores marxistas que analisam o processo de industrialização brasileiro calcado no desenvolvimento desigual das forças produtivas a partir das forças produtivas “pré-modernas” estabelecidas no Brasil pelo processo colonizador. A partir da análise proposta por Coutinho (2001) podemos perceber o papel determinante da produção e exportação cafeeira em São Paulo no primevo processo de industrialização do Brasil. Impossível não voltarmos a Prado Jr (1981):

¹¹Através da tentativa de embranquecimento do povo brasileiro.

Esta concentração da indústria em São Paulo se explica pelo número de circunstâncias favoráveis que aí se reuniam. A principal delas é o progresso geral do Estado, graças ao desenvolvimento sem paralelo de sua lavoura cafeeira, o que lhe trouxera riqueza e população. A imigração concorrerá com a habilitação técnica do trabalhador europeu, muito superior ao nacional recém-egresso da escravidão ou estados similares (PRADO JR, 1981, p. 195-196).

Apesar do olhar enviesado de Caio Prado marcado por sua época e pelas reflexões tipicamente racistas que julgavam o trabalhador imigrante europeu superior aos trabalhadores negros ‘recém-libertos’ esse retrato da industrialização inicial do Brasil é fiel no sentido de expor o desenvolvimento desigual que acompanha o processo modernizador, primeiro pelo desenvolvimento concentrado em regiões específicas, segundo o trabalho repartido de acordo com a qualificação técnica sustentada por argumentos de base racial, efetivamente relegando o trabalhador outrora cativo à margem mais aguda da sociedade. Aliado a isso, já na concorrência capitalista, a condição de subalternidade do Brasil colonial se espalha sobre a economiabrasileira que pode apenas se sustentar através da produção de mercadorias valiosas para o comércio exterior resultando numa indústria nacional fragilizada ou “rotineira e de baixo nível qualitativo” (PRADO JR, 1981, p. 197).

Contemporaneamente o Brasil continua tendo sua economia pautada pela produção de mercadoria, hoje sob forma de *commodities* (como a soja, o petróleo, a celulose, entre outros), em detrimento do mercado e da indústria nacional. Cabe compreender que o período neoliberal, como demonstra Fillgueiras (2006), representa mais uma expressão do conturbado processo econômico do Brasil, sendo responsável pela expansão de determinado setores indústrias em detrimento de outros. Via de regra, esse é o período do desmonte de direitos trabalhistas conquistados a duras penas e apenas parcialmente, da determinante simbiose entre mercado financeiro e setor produtivo e a abertura irrefreada da economia para setores internacionais, possibilitando a estabelecimento de multinacionais que vão fortalecer o setor da indústria extrativista no Brasil, intensificando também a exploração do meio ambiente. Além disso, do ponto de vista financeiro o Estado brasileiro é

gerenciado internacionalmente através do tripé macroeconômico¹² e das obrigações contraídas através de acordos econômicos com setores internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, esse gerenciamento na prática intensifica a transferência de capital dos países periféricos para os países centrais no capitalismo mundial mantendo assim o *establishment* econômico.

A digressão a respeito do processo de industrialização do Brasil, e seu retrato contemporâneo, importam para a compreensão do papel que a atividade portuária desempenhará. Economicamente a realização da atividade portuária no Brasil se constitui desde os primórdios do processo de colonização como a principal via de escoamento de produtos oriundos do Brasil. Darcy Ribeiro (2006) é certo ao concluir a importância central dos portos devido a essa característica imperativa de “fuga produtiva” do país, sendo esse tipo de instalação muito importante para a economia brasileira. Mais ainda, tal setor constituiu também a principal via de abastecimento e transporte humano de outras regiões para cá. Efetivamente, a presença maciça da atividade portuária desde o estabelecimento do Brasil Colônia é um elemento marcante do processo de desenvolvimento econômico e formação nacional do país, sobretudo ao considerarmos a centralidade dessa atividade no transporte de escravizados africanos do século XIV ao século XIX e, posteriormente, no transporte de imigrantes europeus e asiáticos durante o século XIX em diante. Dois processos distintos que representam os maiores influxos migratórios¹³, mas significativamente marcantes para a constituição da sociedade brasileira,

¹²O Tripé Macroeconômico foi criado no Brasil no final da década de 90 como um conjunto de medidas econômicas com o objetivo de equilibrar as contas públicas e submeter o regime cambial brasileiro à flutuação internacional do Dólar. O Tripe é composto por Metas Fiscais, que limitam o gasto público com políticas sociais; Taxa de Câmbio Flutuante, respeitando o regime volátil do mercado internacional que opera pelo dólar, em detrimento da valorização do próprio real; Metas Inflacionárias, que estabelecem um patamar provável da inflação que as forças políticas e econômicas devem se orientar a fim de garantir confiabilidade na economia brasileira. A adoção dessas medidas foi fortemente influenciada por setores internacionais que visavam a abertura do Brasil, rico em commodities do setor extrativista, para o mercado internacional e para tanto necessitavam de uma guinada liberal na gestão econômica brasileira.

¹³Há de se ressaltar que a Escravidão foi um processo de efetiva violência e expropriação da vida de pessoas e povos inteiros forçados ao trabalho em um local completamente exógeno e distante de suas terras originais. Após seu fim, as vítimas do processo de escravidão não receberam qualquer reparação e foram corporificadas como o substrato da sociedade brasileira, relegadas a um status de não-cidadão.

tanto pela qualidade de mão obra efetivamente construidora desse país, quanto pelo legado cultural dos diferentes grupos componentes desses processos.

No tocante ao Estado do Espírito Santo, Vervloet (2020) observa à condição de ponto de dispersão de mercadorias que é imposta a região que hoje se configura no estado do ES desde os tempos da colonização: “O espaço geográfico costeiro do Espírito Santo é historicamente pensado como plataforma de escoamento de mercadorias desde o início do processo de colonização do Brasil” (VERVLOET, 2020, p. 40). Dessa maneira, o desenvolvimento da atividade portuária na região desempenha um importante papel na dinâmica econômica do estado, embora Vervloet pondere que é a partir dos anos de 1950 que ocorre a expansão significativa desse setor capitaneada por diversos empreendimentos industriais.

No caso do município de Aracruz a inauguração das atividades portuárias na região ocorre algumas décadas mais tarde, mais precisamente no ano de 1978, data em que teve início as operações do Portocel, porto de embarque de celulose erigido pela, na época, Aracruz Celulose que iniciava seu processo de consolidação como uma das maiores produtoras de celulose de eucalipto do mundo e umas das mais importantes empresas do Estado do Espírito Santo

A primeira operação na região no fim da década de 70 que a atividade portuária na região tem início e assume um dos carros chefes da Economia do estado do Espírito Santo O Plano Diretor do Porto da Barra do Riacho de 2015¹⁴ (LABTRANS/UFSC, 2015) traz um breve retrospecto histórico da atividade portuária na região e elucida como desse importante negócio portuário, surgido a partir da parceria público-privada entre os entes públicos Empresa de Portos do Brasil– Portobras, Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES e os entes privados Aracruz Celulose e Companhia Vale do Rio Doce, é criada a CODESA – Companhia Docas do Espírito Santo com a

¹⁴Para a confecção da análise dos terminais portuários da região foram utilizados os Planos Mestres de 2015 e 2019, importante notar que o Plano de 2019 engloba também o Porto de Vitória como parte do Complexo Portuário capixaba operado pela CODESA, de qualquer maneira, os dados utilizados do plano de 2019 foram filtrados para se ater ao município de Aracruz, embora alguns diagnósticos presentes no Plano sejam comuns ao Porto da Barra do Riacho e também ao Porto de Vitória.

missão de operar não só o Portocel, como dois outros importantes e antigos portos do Estado: O Porto de Vitória em Vitória e o Porto de Capuaba em Vila Velha. É esse terminal que concentra o principal foco de nossa análise, pois compreendemos que esse terminal desempenha papel fundamental na consolidação do complexo portuário na região e ocupa posição central não só na operação deste porto organizado, mas também na economia exportadora capixaba. No final desse capítulo há um histórico e análise mais detalhada desse terminal, por enquanto nos deteremos a essa introdução. Por agora continuaremos a discussão fazendo uma breve retrospectiva dos Terminais de Uso Privado (TUP) e Terminais públicos presentes no Porto da Barra do Riacho.

Quadro 1 – Atuais terminais portuário do complexo.

<u>INSTALAÇÃO</u> <u>PORTUÁRIA</u>	<u>TIPO</u>	<u>SITUAÇÃO</u>
Porto da Barra do Riacho	Público	Em Operação
Estaleiro Jurong	TUP	Em Operação
Portocel	TUP	Em Operação
TABR	TUP	Em Operação
Imetame Logística	TUP	Em Projeto

. Fonte: Labtrans/UFSC (2018). Elaboração do autor

O Terminal Aquaviário da Barra do Riacho - TABR teve seu planejamento desenhando no ano de 2009, concomitante à intensificação da exploração de petróleo e gás natural no Espírito Santo por conta da descoberta da zona do Pré-Sal. A função do TABR é, sobretudo, escoar e armazenar GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) da Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas – UTGC em Linhares-ES. Esse terminal teve o início de suas operações no ano de 2013 e, junto com terminais similares em Vitória e em Presidente Kenedy (ainda em construção), representam o investimento nesse modal de exploração e exportação que se apruma como um dos pilares importantes da economia Capixaba.

**Tabela 1 – Infograma dos principais produtos importados e exportados pelo complexo.Participação Dos Principais Grupos De Produtos
Complexo Barra Do Riacho – IMPT/EXP 2010 a 2019**

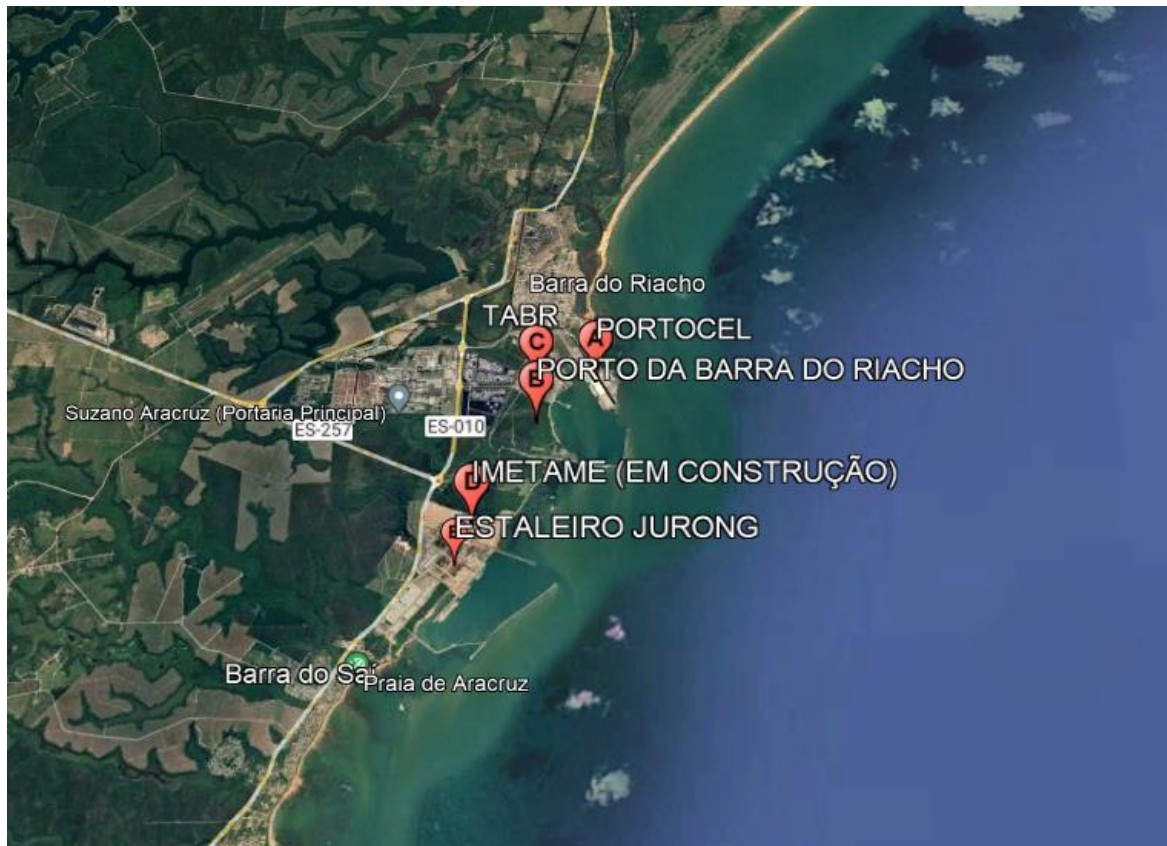
<u>PRODUTO</u>	<u>PORCENTAGEM</u>
Celulose	67,6%
Madeiras e Moveis	20,4%
Petróleo	8,0%
Derivados de Petróleo	1,6%
Sal	1,2%
Demais grupos de Produtos	1,2%

Fonte: ANTAQ (2019). Elaboração do autor.

Os Tup's da Portocel (I e II) e TABR formam a principal fonte de movimentação de mercadorias do sistema marítimo portuário da região e também ocupam toda parte da zona do Porto Organizado, como Plano Mestre demonstra, apesar da CODESA possuir área verde no Porto não há movimentação portuária nas instalações públicas (LABTRANS/UFSC, 2015, Pag 21). Com a operação consolidada há mais tempo e de grande significância para o desenvolvimento econômico do Estado, tais terminais são principalmente fonte de graneis sólidos como a Celulose, a Madeira e o Sal, enquanto Petróleo e Gás (graneis líquidos) assumem um papel secundário, embora a tendência desse modal seja de crescimento.

Do ponto de vista espacial, como demonstra o Plano Mestre do Porto da Barra do Riacho (LABTRANS/UFSC, 2019), o porto encontra-se nas condições ideais de implantação de um sistema marítimo portuário. Uma zona costeirada relevo pouco acidentado e acesso terrestre amplo e de fácil realização através do uso de malha ferroviária e malha viária. Ainda segundo o Plano Mestre (LABTRANS/UFSC, 2019) o principal canal de acesso aquaviário do Porto da Barra do Riacho é compartilhado entre as TUP's e Porto Público, é relativamente pequeno com cerca de 1 km de extensão e encontra-se em posição frontal para o oceano ladeado pelos molhes (quebra-mar) sul e norte.

Figura 1 – Região do Complexo Portuário em Aracruz.



Fonte: Google Earth (2021)

Fonte: Google Earth. Elaboração do autor

O Porto da Imetame Logística Porto ainda se encontra em fase de construção, dessa maneira não há ainda vias de acesso bem definidas para o porto, embora a proximidade da localização do Porto às rodovias Es-010 e Es-257 não devem apresentar nenhum entrave logístico. Do mesmo modo, a nova instalação ainda não possui canal de acesso aquaviário. Podemos reparar que o novo porto operará entre os molhes sul do Porto da Barra do Riacho e norte do Estaleiro Jurong Aracruz.

Já o Estaleiro Jurong Aracruz – EJA está localizado a sul da Barra do Riacho, próximo à Barra do Saí. É interessante notar como o Plano Mestre do Porto da Barra do Riacho carece de informações a respeito desse empreendimento, por se tratar de uma TUP sem diligência direta de nenhum ente público que realiza uma atividade substancialmente diferente da atividade

portuária comum. O EJA realiza a construção e manutenção de embarcações e plataformas petroleiras, operando simultaneamente com uma base *in shore* (na praia) e outra *off shore* (plataforma marítima). O Estudo de Impacto Ambiental – EIA do empreendimento demonstra que o EJA ocupa uma área de aproximadamente 850 mil metros quadrados a 1,1km do Porto da Barra do Riacho. A localização do Estaleiro é considerada estratégica tanto pela amplitude do local de praia o que possibilita a alocação simultânea de diversas operações de construção e reparação de embarcações, quanto pela proximidade à malha viária utilizada também pelo Porto da Barra do Riacho.

Por sinal, as áreas que constituem a totalidade de um sistema portuário e estão para além da zona portuária imediata, isto é, para além do espaço de instalação do complexo, são chamadas de zonas de hinterlândia (VERVLOET, 2020). A hinterlândia de um Porto é o conjunto de vias de transportes, terrenos e reservas necessárias para a realização da atividade portuária e escoamento de mercadorias, e das zonas de dispersão dos efeitos colaterais da atividade portuária, é um fator determinante para o sucesso de um sistema marítimo portuário.

No Porto da Barra do Riacho, como demonstra Vervloet (2020) a dispersão da hinterlândia é bem realizada através da malha rodoviária da região, bem como o principal produto de exportação (celulose e derivados) tem sua principal unidade produtiva no entorno do porto, tornando a embarcação dessa mercadoria bastante eficiente. A dispersão da hinterlândia é um fator muito contributivo para o sucesso da região portuária, pois a maior agilidade e maior facilidade de transporte das mercadorias a serem embarcadas no porto ou dispersadas a partir dele significam o fator de eficiência, tão caro ao sistema capitalista. Por outro lado, a zona de hinterlândia não são apenas áreas inteiramente dobradas para eficiência portuária, mas também são zonas habitadas onde diferentes grupos sociais desenvolvem diferentes atividades laborais e, portanto, estão diretamente impactadas pela primazia da atividade portuária que se espraia através da hinterlândia. Muitas vezes a área da hinterlândia é tão grande que perde-se a zona portuária de vista, embora seus efeitos permaneçam. A zona de hinterlândia do Porto da Barra do Riacho, por exemplo, atinge regiões dos estados vizinhos de Minas Gerais e Bahia através

da difusão de malha viária e ferroviária que serve como via de abastecimento e escoamento das cargas sólidas embarcadas e desembarcadas no Complexo Portuário da Barra do Riacho, bem como Gasodutos que transportam gás natural para dentro e fora do Complexo (VERVLOET, 2020).

Outros dados interessantes que o Plano Mestre traz são as análises estratégicas concernentes aos pontos fortes e fracos em relação à atividade portuária na região. No que concerne ao trabalho aqui proposto, podemos destacar a administração por parte das TUP's, considerada exemplar pelo Plano Mestre. Dessa forma, questões como a manutenção dos licenciamentos necessários, planejamento estratégico e gestão de desempenho formam a medula burocrática do empreendimento portuário, o que acelera as operações propriamente de embarque e desembarque e fortalece o Porto politicamente aumentando sua influência e poder de barganha junto ao Estado.

Outros pontos levantados como positivos contrastam diretamente com a descrição da situação atual na região que demonstra a grande defasagem de recursos e áreas naturais para a comunidade da Barra do Riacho. O Plano Mestre indica a supra capacidade dos canais aquaviário de acesso do Porto, bem como das estradas e rodovias da zona de hinterlândia, demonstrando a capacidade de até aumentar a navegabilidade, o transporte e, conseqüentemente, a atividade portuária da região. Além disso, é reforçada a existência de áreas de expansão do Porto na região:

Disponibilidade de áreas para arrendamento nos Portos Organizados de Vitória e Barra do Riacho: o Porto de Vitória possui sete áreas disponíveis para arrendamento, como o Terminal Granéis Sólidos de Paul (Berço 905) e a Retroárea do Cais de Capuaba. Já o Porto de Barra do Riacho dispõe de uma área arrendável, localizada em região nobre. A exploração dessas áreas permitirá a ampliação das receitas da Autoridade Portuária e poderá resultar em um aumento na movimentação de cargas nos Portos (LABTRANS/UFSC, 2019, p.170)

Já os pontos fracos levantados pelo Plano Mestre tratam principalmente de entraves operacionais que estão reduzindo a operação atual do Porto ou representam uma ameaça futura ao aumento da atividade portuária da região. Outra faceta das fraquezas concerne diretamente à atividade

desempenhada pela CODESA, apresentando uma série de defasagens logísticas e financeiras dessa companhia pública, basicamente identificando o órgão como uma amálgama burocrática que gasta mais do que arrecada. Tal diagnóstico vem de encontro com o processo de desestatização da CODESA que corre nos órgãos superiores.¹⁵

Em suma, a atividade já executada na região representa um importante pilar da economia capixaba. É interessante notar como imperativamente a logística da atividade na região é completamente operacionalizada pelas TUP's enquanto os órgãos estatais aparecem muito mais como entes fiscalizadores e apoio logístico. Muito notável o processo de desestatização da CODESA nesse sentido, uma vez que o órgão público que diariamente acompanha a atividade é tido como datado, burocrático e um entrave geral à expansão da atividade portuária da região, cuja tendência de crescimento se afirma através do diagnóstico do Plano Mestre. Por fim, finalizemos esse ponto com esse interessantíssimo ponto fraco levantado no plano mestre:

Dificuldades de gerência e integração dos entes relativos à relação porto-cidade do Complexo Portuário de Vitória e Barra do Riacho: o território do Complexo Portuário de Vitória e Barra do Riacho engloba seis municípios, além de cidades próximas atingidas pelos acessos e atividades de apoio à atividade portuária. Essa condição ocasiona maior dificuldade na gerência e planejamento da relação entre o Porto e a cidade referente às questões como os instrumentos de gestão urbana estaduais (como o ZEE), o planejamento de obras viárias e a política habitacional estadual diante dos diferentes contextos municipais a serem considerados. O posicionamento da administração das instalações portuárias em relação à administração pública é relevante, a fim de estabelecer um melhor alinhamento dos interesses portuários no estado do Espírito Santo e mitigar os impactos da interação da atividade portuária nas diferentes cidades que a abrigam (LABTRANS/UFSC, 2018, p. 172).

Assim está tangibilizada a questão dos impactos sociais causados pela atividade portuária nas cidades que abrigam os portos, o diagnóstico extremamente técnico ao enxergar o estreitamento entre a administração portuária e administração pública como chave na mitigação dos impactos dessa atividade altamente intensiva ao meio ambiente. O contraste é extremo

¹⁵ <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/processos-em-andamento/desestatizacao-da-companhia-docas-do-espírito-santo-codesa> <Acesso em: 19/02/2023>

com todas as questões concretas levantadas pelas análises apresentadas no tópico anterior sobre os impactos causados pela atividade industriais da região, entre elas a atividade portuária.

2.3 Detalhamento histórico da implantação e operação do Portocel

No norte capixaba falar da diminuição das áreas de pesca artesanal e da constrição das comunidades tradicionais significa falar do desenvolvimento exponencial de Grandes Projetos de complexos agroindustriais exportadores que marcam o surgimento de verdadeiros oligopólios produtivos.

O foco da nossa discussão é justamente um desses grandes projetos, mais especificamente o Portocel, Terminal de Uso Privado de exportação de celulose componente do Porto da Barra do Riacho e ramificado da planta produtiva da hoje chamada Suzano Papel e Celulose, antiga Aracruz Celulose. Como vimos anteriormente, o Porto da Barra do Riacho está desde sua origem ligado ao desenvolvimento econômico oriundo da implantação desse mega empreendimento consolidado com forte influência estatal. Assim sendo, esmiuçar a origem e as operações do Portocel é discutir sobre as relações entre Estado, comunidade e empreendimento na região.

Para tanto, nesse momento do texto detalharemos a implantação e operação do Portocel na região. Essa história é iniciada pela criação da Aracruz Celulose em 1967. A região em questão, rica em território fértil e próxima a costa pouco acidentada do litoral norte capixaba criavam as condições naturais perfeitas para um empreendimento do tipo, concomitante a isso o processo de planejamento, instalação e operação da empresa fora grandemente suportada pelo Estado fazendo parte de um momento crítico da industrialização brasileira.

Nesse sentido, Medeiros (2013) considera:

Essa nova fase econômica foi resultado de fortes articulações de atores locais — políticos, pessoais e empresariais — representantes dos interesses de uma minoria, a elite capixaba, apoiada pelo poder público. Papel de

protagonista exerceu nesse período o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que viabilizou – e viabiliza – os projetos poluidores instalados no Espírito Santo. (MEDEIROS, 2013, pag 40)

O ampliado processo de industrialização dos territórios capixaba precisou de sólidas bases jurídicas e financeiras que prenunciavam a terrível condição expropriatória aos quais as comunidades tradicionais seriam acometidas. Medeiros já nos revela um fato interessante acerca dos grupos que galgavam o andamento acelerado desse processo, eram componentes de uma elite econômica capixaba. Loureiro (2006) posiciona:

A partir de 1967, por meio da Aracruz Florestal S/A e da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que se aproveitaram do incentivo fiscal baseado no Imposto de Renda – Lei n.º 5.106/66 –, tivemos o início do plantio de eucalipto no município de Aracruz. A introdução dessa monocultura consolidou a grande propriedade na região norte do Estado, com tendência à concentração fundiária desde o início de sua exploração.

A empreitada da criação de Grande Projetos, pauta máxima da economia da ditadura militar e como foi categoricamente planejada a Aracruz Celulose, portanto, apresentava duas tendências, primeiramente, um forte aparato estatal capaz de garantir a viabilidade de projetos de custo e tamanho inimagináveis até então, em segundo lugar apontava o aceleração da apropriação, através de políticas da União, de terras e recursos naturais outrora bem comum das comunidades locais para a mão das elite socioeconômicas. Assim sendo, por exemplo, um destacado movimento de ordem política que viabilizou a concretização da Aracruz Celulose, como demonstra Gomes (2011), foi à inclusão do projeto no segundo Plano Nacional de Desenvolvimento datado de 1974 sob o destaque “I Programa Nacional de Papel e Celulose”.

Demoraremos um pouco mais no trabalho de Gomes, em sua análise faz uma historiografia a respeito da atuação do Estado desde o planejamento até a concretização da instalação da Aracruz Celulose. A premissa de Gomes é justamente a presteza com que o Estado brasileiro a nível federal, estadual e

municipal cedeu para esse projeto áreas inteiras e recursos naturais responsáveis pela manutenção de uma enorme biodiversidade da região e de comunidades tradicionais e urbanas. Delinear essa relação próxima entre a esfera pública e a iniciativa privada é fundamental, pois como vimos na discussão teórica do capítulo anterior o Estado possui uma natureza privada e tende a promover a concentração maior de renda (em suas mais diversas formas como dinheiro, terra, poder) na mão de uma elite socioeconômica. Assim sendo, vejamos essa primeira citação de Gomes (2011):

Não é de espantar que empresários ligados a produção de celulose procurem negar todo o processo de articulação política que resultou nos programas de incentivos fiscais e nos arrajos para a definição da localização industrial das plantas planejadas. [...] Mas, de fato, muitas negociações foram realizadas até a formulação dos esquemas de viabilidade da produção de celulose de eucalipto para exportação a partir dos portos capixabas. [...] Relações empresariais, políticas e até pessoais formavam um conjunto de articulações envolvendo personalidades locais e internacionais. Um estudo divulgado pela FAO [...], em meados dos anos de 1960, apontava para o crescimento da demanda por celulose em nível mundial bem acima da capacidade instalada, especialmente no que se refere à oferta de madeira pelos países tradicionalmente produtores. De posse desse documento, várias articulações empresariais e iniciativas governamentais se combinavam na busca de novas oportunidades para a celulose de mercado no Brasil e, com isso, o Espírito Santo acabou ficando no centro das prioridades para a expansão da oferta de madeira, a partir dos estudos encomendados pela Cia. Vale do Rio Doce[...] (GOMES, 2011, p. 137-138)

É interessante destacar dessa passagem a presença de um ente muito importante da história da economia capixaba. É significativo o fato dos primeiros estudos de viabilidade de produção de celulose no Estado ter sido executado a mando da Companhia Vale do Rio Doce, pois denota como, no Capitalismo, a casta político-empresarial formada por nomes oriundos dos oligopólios regionais estão sempre vigilantes em busca de novos mercados e novos nichos produtivos em que a produção e maximização de lucros possa ser empregada. Assim, de certa maneira, se tornou uma questão de quando a produção de celulose seria implantada no estado do Espírito Santo a dispor de qualquer barreira geográfica, ambiental ou política.

Gomes segue sua análise contando a respeito do processo de implementação desse empreendimento de grande magnitude. É interessante atentarmos para o fato de como o Estado desempenha o papel de agente fomentador das empreitadas que os empresários interessados na produção de celulose precisavam empenhar para a realização completa desse projeto. Nesse sentido, Gomes (2011) e outros/as autores/as como Souza e Overbeek (2008), Loureiro (2006) e Medeiros (2013) colocam a atuação estatal como ferramenta determinante para a apropriação de terras e recursos comuns para implemento e operação da empresa Aracruz Celulose.

Souza e Overbeek (2008) realizam um extenso debate a respeito da cultura de celulose no sul da Bahia através da empresa Veracruz criada pela gigante mundial do setor produtivo de papel e celulose Stora Enso e mais tarde compartilhada com a Aracruz celulose em uma *joint venture*¹⁶. A necessidade de escoamento da celulose produzida no sul da Bahia, mais especificamente no município de Eunapolis levou ao estabelecimento primário da zona de hinterlândia do Portocel. Assim, ao longo de boa parte do estado do Espírito Santo até o sul da Bahia a cultura de celulose se tornou comum, bem como os projetos de duplicação e modernização das rodovias que ligam o porto ao norte capixaba. Novamente a ação conjunta do Estado mais empresariado fora determinante para esse processo, discutiremos mais profundamente sobre a zona de hinterlândia do Portocel e seus desdobramentos ao longo desse capítulo.

Loureiro (2006) e Medeiros (2013) discutem mais propriamente sobre a situação em Aracruz. Loureiro analisa de maneira primordial a invasão de terras indígenas pelo empreendimento, a autora demonstra como a Aracruz celulose usou de métodos espúrios para fazer uma verdadeira pilhagem ambiental na região, depletando recursos hídricos e cercando terras indígenas para serem utilizadas para produção de celulose. A análise da autora parte de um evento particular que já identificamos, a partir dos estudos encomendados

¹⁶Joint venture é um modelo de consórcio empresarial que visa a máxima sinergia e compartilhamento operacional entre duas empresas diferentes sem que haja de fato uma fusão empresarial.

pela Companhia Vale do Rio Doce sobre o prospecto do potencial produtivo de celulose em Aracruz:

A produção de celulose no Estado teve início com as iniciativas empresariais da Economia e Engenharia Industrial (Ecotec), que, desde os anos de 1950, já realizava estudos técnicos para o Governo Estadual e para a CVRD. Em 1966, a Ecotec encarregou um de seus técnicos, Leopoldo Garcia Brandão, de realizar pesquisas sobre o mercado de celulose a fim de estruturar uma empresa no ramo. Como resultado dos trabalhos desenvolvidos, a Ecotec identificou um quadro de estagnação na produção mundial de celulose, gerado pela incapacidade de a oferta de madeira acompanhar o crescimento da demanda da indústria de celulose por esse insumo, ou seja, verificou-se o crescimento do mercado mundial de celulose a um ritmo mais acelerado que as expectativas de expansão da produção nos países tradicionais produtores. Os resultados foram apresentados a um grupo de empresários nacionais, que assinaram contrato com a Ecotec para a continuidade dos trabalhos. Firmado o contrato, algumas questões vieram à tona: se a celulose seria produzida a partir de pinus ou de eucalipto, e qual seria a localização da planta industrial. Verificada a viabilidade de utilização do eucalipto, restava o problema da localização. Para resolver essa questão, uma equipe de especialistas foi designada para viajar por vários estados. A conclusão do trabalho recomendou a localização no Espírito Santo, particularmente no município de Aracruz, uma região habitada por uma população “invisível” aos olhos do Estado. (LOUREIRO, 2006, pag 9-10)

Assim, os resultados oriundos dos estudos realizados pela Ecotec apresentaram um grande potencial para a cultura de celulose por conta da abundância de recursos naturais na região bem como a facilidade de acesso do local por diversos ramais viários, além da proximidade com Vitória e a presença de costa de relevo plano, muito pouco acidentada que permitiria a rápida construção de portos na região.

Foi na esteira desses acontecimentos que, em 25 de janeiro de 1967, foi fundada a Aracruz Florestal S/A por um grupo de empresários interessados nas vantagens fiscais da já criada Lei n.º 5.106/66.3 A Aracruz Florestal S/A recebeu do Governo Estadual, representado pelo governador Christiano Dias Lopes, os dez mil hectares anteriormente explorados pela Cofavi, onde iniciou o plantio de eucalipto. A partir dessa concessão, a empresa Aracruz Celulose S/A não cessou de estender seus domínios, incorporando de forma ilícita em seu território áreas de índios, de quilombolas, de posseiros, de pequenos lavradores. (LOUREIRO, 2006, p. 11)

O fim da década de 60 marca, portanto, o início da operação da Aracruz Celulose. Já na década seguinte é marcante o quão acelerado é o processo de consolidação desse empreendimento no norte capixaba. Medeiros (2013) relata como a facilitação de crédito empresarial durante a ditadura militar impulsionou o crescimento do ramo de produção de celulose no Brasil, entre esse empreendimento a Aracruz Celulose que rapidamente se tornou um pilar importante da economia nacional e absolutamente essencial para a economia capixaba.

Já no mandato do governador Arthur Carlos Gerhardt Santos, em 1972, foi criada a Aracruz Celulose S. A. (Arcel), com a Arflo passando à condição de subsidiária da nova empresa. O financiamento ao projeto da empresa se viabilizaria em 1975 pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, na época BNDE (sem o social), constituindo-se no maior financiamento concedido até então a uma empresa privada. Antes disso, a Aracruz havia buscado financiamento com a International Finance Corporation (IFC), ligada ao Banco Mundial, que não considerou o projeto viável. Orçado inicialmente em US\$ 460 milhões, mas depois corrigido para US\$ 536 milhões, coube ao banco a maior parte dos recursos, US\$ 337 milhões. O restante, 36%, foi de capital próprio, e 19% de financiamentos externos. (MEDEIROS, 2013, p. 43-44)

Outra vez, desde os estudos de viabilidade do projeto até o financiamento e execução do empreendimento a parceria entre Estado e iniciativa privada se efetiva, de maneira que, na prática, a existência da empresa só é possível através das intensas mediações e injeções financeiras que os projetos. Interessante é notar como as relações entre esses poderes aparecem em nossa retrospectiva histórica, a iniciativa aparece como essa figura desbravadora que identifica, sistematiza e executa a produção e transformação de uma commodity em alta no mercado mundial, mas só é capaz de fazer esse processo porque há um aparato estatal inteiro de muita boa vontade em despejar seus esforços jurídicos e econômicos para viabilizar o potente ímpeto empresarial.

Sobre as décadas iniciais de operação da Aracruz Celulose, Gomes (2011) conclui:

A consolidação dos projetos do Grupo Aracruz no Espírito Santo e os primeiros resultados operacionais contribuíram significativamente para o desempenho das exportações de celulose pelo Brasil. Quase toda a população da Aracruz Celulose esteve voltada para a exportação. Com isso, a empresa chega a participar com 50,29% das exportações brasileiras de

pasta de eucalipto, em 1979, e em 1987 alcança aproximadamente 60% do total da celulose exportada pelo País. (GOMES, 2011, p. 144)

Desse modo fora pavimentada a via de dominação da Aracruz Celulose sobre o ramo de exportação de celulose no Brasil, como já vimos tal proeza só foi possível através de uma estreita relação entre a máquina pública em suas diversas instâncias e o séquito empresarial-capitalista capixaba.

Concomitante a esse processo desenrolado nas arenas jurídicas, mercadológicas e burocráticas, o processo físico de expropriação mediante seqüestro de terras e recursos naturais lançou contingentes populacionais inteiros a penúria. Loureiro (2006), por exemplo, estuda o processo de ocupação das terras indígenas pela Aracruz celulose, processo esse intensamente intercedido pelo governo militar e que se notabilizou por um discurso corporativista de modernização que afirmava “não haver mais índios na região”, como Loureiro (2006) descreve: “Utilizando-se de todo tipo de argumentações e coações, a fim de expulsar as populações indígenas e os posseiros, a Aracruz Celulose apossou-se de forma ilícita e com todo o aparato burocrático-militar a seu favor” (LOUREIRO, 2006, p. 22).

Até aqui a organização desse trabalho pretendeu dimensionar a instalação e o operação de um mega empreendimento do setor extrativista em uma área populada por comunidades tradicionais indígenas, quilombolas e pescadoras. Se na instalação das primeiras plantas produtivas da Aracruz celulose reside o prelúdio do seqüestro de terras de uso comum para fins industriais, na instalação do primeiro empreendimento portuário reside a efetivação plena desse processo.

É no início da década de 70, poucos anos após o começo das operações da Aracruz Celulose que tem inícios os estudos a respeito da viabilidade da construção de um terminal portuário especializado no embarque de celulose. Como já foi adiantado previamente neste capítulo, o TUP Portocel é o grande responsável pela existência de um porto organizado da Barra do Riacho e sua própria origem, enquanto terminal privado se confunde com a origem do porto público.

O histórico do Porto de Barra do Riacho se confunde com o histórico dos terminais privados localizados dentro da área do porto. As ideias preliminares para a criação de um terminal especializado para o embarque de celulose no município de Aracruz datam de 1973, de autoria da empresa Aracruz Celulose S.A. Os estudos prévios mostraram que a Praia das Conchas, próxima à Barra do Riacho, possuía as “melhores condições” físico-geográficas para construção do terminal, por estar na região de ocorrência de relevos em tabuleiros costeiros, com topos de superfícies planas, em solos que possibilitavam vastas plantações de eucalipto e longe da futura região metropolitana concentrada da Grande Vitória (VERVLOET, 2020, p. 28)

Vervloet recupera um importante argumento que confere centralidade ao Portocel na região, sua posição privilegiada em relação aos interesses do complexo Aracruz. Desse modo, a viabilização do processo seria uma questão de tempo, pois a efetivação do mesmo traria uma enorme facilidade logística para o negócio. Vervloet segue:

No mesmo ano iniciaram-se os estudos de viabilidade técnica e econômica do terminal. Em 1974, o projeto, incluindo a concepção básica do terminal, constituída por dois molhes a serem construídos e um berço de atracação, foi submetido ao então Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis – DNPVN. Com base nesses estudos, o extinto DNPVN concedeu, em 3 de maio de 1974, através da Resolução Nº 1.107/74, uma autorização para a Aracruz Celulose S.A. construir e utilizar um terminal portuário de uso privativo, destinado ao embarque de celulose e descarga de insumos necessários à sua fabricação, bem como outros produtos, sendo que a mudança de conceito de terminal privativo para um porto de múltipla utilização, surgiu durante as negociações para obtenção de recursos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Em 1976 foi firmado um termo de acordo entre a Empresa de Portos do Brasil S.A. – Portobras – antigo DNPVN – o BNDES, a Companhia Vale do Rio Doce e a Aracruz Celulose S.A., que regulamentou as responsabilidades de cada uma das partes envolvidas. Nesse mesmo ano foi realizada a Assembleia Geral que constituiu a empresa Portocel – Terminal Especializado de Barra do Riacho S.A., com o objetivo de conduzir a implantação da construção do referido terminal, a qual teve início pelos molhes de abrigo e pela estrada de acesso à fábrica de celulose. (VERVLOET, 2020, p. 28)

É em 1985 que o Portocel é finalmente privatizado, separando efetivamente o Porto da Barra do Riacho, operado ainda pela CODESA, do Terminal de Uso Privado (TUP) Portocel, operado na época pela Aracruz Celulose em parceria com a CENIBRA – Celulose Nipo-Brasileira. Desde esse ponto, ano a ano o embarque de celulose é exponencialmente aumentado, mas é a partir dos anos 2000, com novas logísticas operacionais e tecnologias que aumentaram a eficiência e agilidade tanto do transporte quanto do embarque de celulose, que o Portocel se consolida como o mais ágil porto de embarque

de celulose do planeta. Para se ter idéia, desde o início de sua operação até os anos 2000 o Portocel havia atingido a marca de 20 milhões de toneladas de celulose embarcada, após esse ano a empresa só precisou de sete anos para dobrar essa quantidade e atingir a marca de 40 milhões de toneladas embarcadas¹⁷.

Em 2005 o Portocel passa a contar com volume de exportação de mais uma fábrica de celulose, dessa vez através da cooperação entre Aracruz e Veracel no estabelecimento de uma planta industrial no sul da Bahia. Vervloet (2020) observa em sua análise que essa época de meados dos anos 2000 é a época de maior crescimento exponencial do volume de movimentação de mercadorias no Portocel.

Devido ao aumento da demanda exportadora, o Portocel está em fase de expansão. Um projeto que iniciou o processo em licenciamento em 2008 e que prevê três fases de obra (IEMA, 2008). O projeto, intitulado Portocel II, foi licenciado em 2016 e iniciou as obras de fato em 2017 e gradualmente vem cumprindo o objetivo de expandir a capacidade de armazenagem e exportação de celulose. É interessante notar que desde o anúncio da expansão, a Aracruz, empresa responsável pelo TUP Portocel, passou por duas incorporações. A primeira em 2009 ao se fundir com a Votorantim Celulose e Papel surgindo assim a Fibria. A Fibria por sua vez, após acumular alguns fracassos corporativos, em 2019 foi incorporada pela Suzano formando então a maior produtora e exportadora de celulose de eucalipto do mundo¹⁸.

No infográfico abaixo está descrita a organização básica do TUP Portocel em suas dimensões atuais.

¹⁷<http://www.portocel.com.br/linha-do-tempo/>

¹⁸<https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/compra-da-aracruz-celulose-fibria-pela-suzano-e-aprovada-pela-antag>

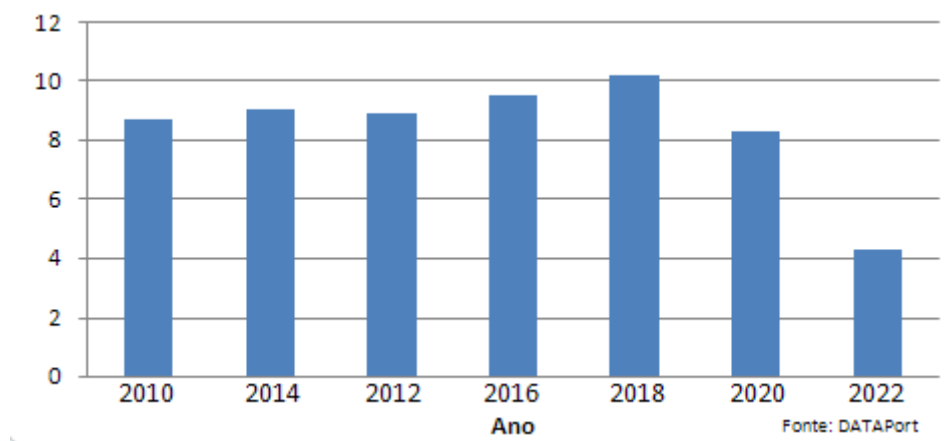
Quadro 2 – Lista de estruturas portuárias do Portocel.

<u>ESTRUTURA PORTUÁRIA</u>	<u>DESCRIÇÃO</u>
TERMINAL DE NAVIOS	Possui três berços ao longo do Cais de 700 m de corrido. Suporta o comprimento máximo de navios de 230 m cujo porte bruto máximo dessas embarcações seja 70.000 toneladas métricas.
TERMINAL DE BARCAÇAS	Possui três berços de ancoragem, sendo dois para o transporte de celulose e um para transporte de madeiras.
ESTRUTURAS MARITIMAS	Possui seis bóias náuticas de sinalização do canal de acesso único de 1001 metros. Faróletes em cada berço de ancoragem. Possui um dolfim.
ESTRUTURAS TERRESTRES	Além da sede administrativa, possui quatro armazéns com capacidade total de armazenagem de 223.552 toneladas. Possui duas gruas e dois guindastes elétricos auxiliares para o transporte de madeira próximo ao terminal de barcas.

Fonte:DATAport, CODESA

Dados atualizados da Antaq relativos ao primeiro semestre de 2022 mostram que em suas atuais configurações a movimentação do Portocel continua quase que exclusivamente voltada para a exportação de graneis sólidos, em especial a Celulose de eucalipto. Na tabela abaixo podemos ver a movimentação total do Portocel desde 2010

Gráfico 1 – Movimentação de mercadorias em toneladas nos últimos 12 anos no Portocel.

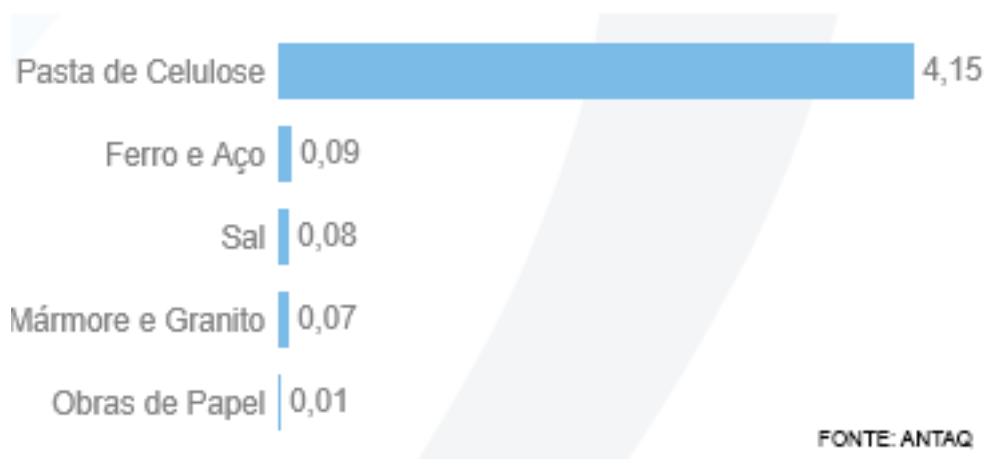


No gráfico podemos observar que há um crescimento gradual do volume de movimentação de mercadorias, até que em 2020 a pandemia de covid-19 freia esse crescimento apresentando queda drástica em relação à série bianual anterior. Apesar disso a eficiência portuária parece ter aumentado em relação à série passada. Vervloet (2020) observa que em 2019 o tempo mediu de atracagem era de 33,4 horas, no primeiro semestre de 2022 esse tempo mediu caiu para 30 horas.

Outro fator digno de nota no movimento recente do Portocel tem sido a iniciativa ainda tímida de diversificação de cargas. Isso se dá por novas diretrizes da empresa Suzano que buscar diversificar a operação portuária na região e transformar o Portocel num terminal verdadeiramente multimodal¹⁹. Ainda assim, em números absolutos a diversificação de cargas é irrelevante, no primeiro semestre de 2022 dos 4,3 milhões de toneladas movimentadas no Portocel 4,15 milhões correspondiam a Pasta de Celulose, como podemos ver no gráfico a seguir.

¹⁹ <https://www.agazeta.com.br/conteudo-de-marca/porto-em-aracruz-inova-diversifica-cargas-e-movimenta-economia-do-es-0722>

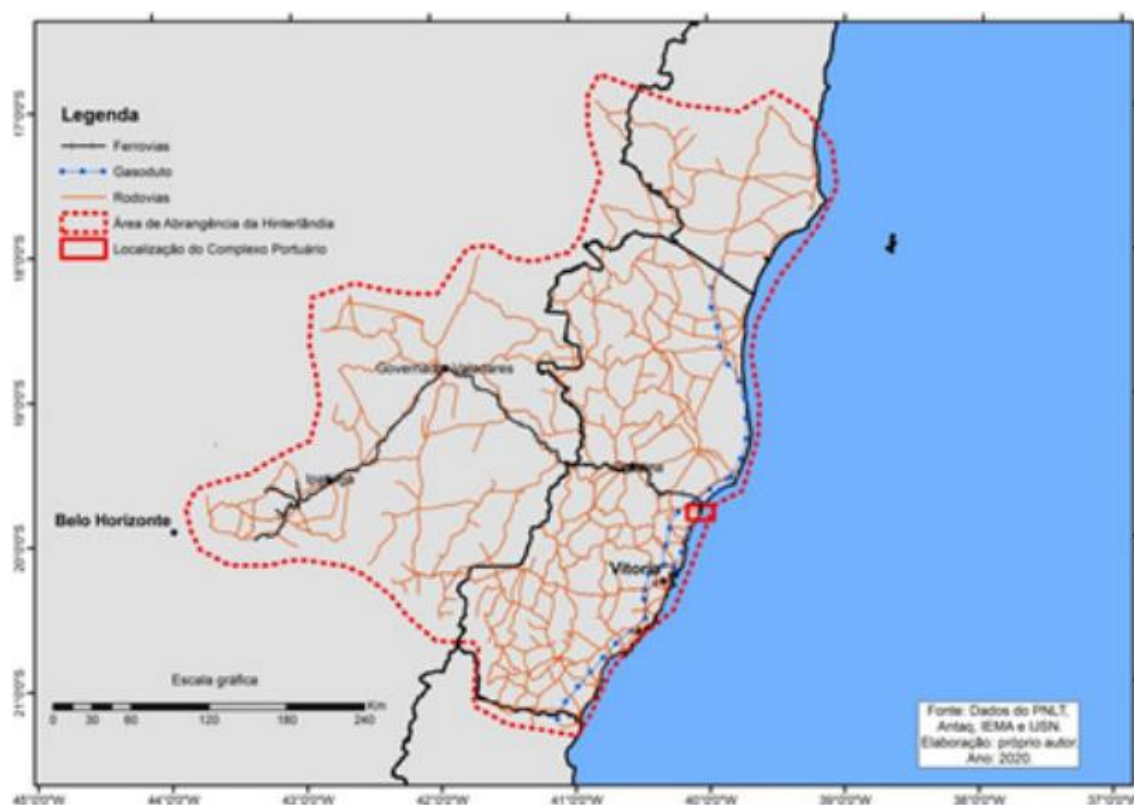
Gráfico 2 – Movimentação de mercadorias no Portocel(T) - 1º Semestre de 2022.



A operação de embarque e desembarque das mercadorias circuladas no Portocel é feita de maneira automatizada, utilizando duas guias que suspendem as cargas de dentro para fora dos navios e barcaças. A utilização desse recurso altamente mecanizado é a etapa final de um processo pensando para ser o mais veloz possível. Por isso, a circulação interna do Portocel é organizada de maneira que o cais de embarque fique bem em frente ao portão principal de acesso da rodovia para que os caminhões carregados de celulose oriundos das plantas fabris da Suzano estacionem bem próximos das guias que farão todo embarque da mercadoria.

Por fim, a hinterlândia do porto é constituída principalmente pela malha rodoviária que abrange os estados do Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais. Locais onde atualmente esta concentrada a cultura do eucalipto que é usado pela Suzano para produção de celulose. A dispersão da hinterlândia do Portocel, como descreve Vervloet (2020) faz valer de sua posição estratégica no norte capixaba recebendo e dispersando cargas de maneira rápida pelas rodovias federais e estaduais como a ECO-101, principal via de acesso do Portocel ao extremo norte capixaba e ao estado da Bahia. Souza e Overbeek (2008) descrevem o efeito devastador que a Veracel causou na região de Eunapolis na Bahia através da cultura desenfreada do eucalipto, conhecida por depletar rapidamente o solo fértil. A celulose produzida nessa região fora quase que totalmente exportada pelo Portocel e a partir de meados dos anos 2000 essa parte da hinterlândia do porto representará a maior concentração de movimentações em terra realizada pela Aracruz Celulose

Figura 2 – Mapa da zona de hinterlândia do Porto da Barra do Riacho.



Fonte: Vervloet (2020)

O contraste entre a comunidade da Barra do riacho e a síntese dos elementos que estão envolvidos na operação portuária em Aracruz, especialmente por esse papel central realizado pela Aracruz Celulose e Portocel, nos demonstra esse processo desigual de desenvolvimento na região. Apesar de representar um importante pólo econômico capixaba seu entorno tem os meios de sustentação da comunidade pesqueira, os habitantes mais antigos da região, continuamente extenuados.

A distinção entre desenvolvimento capitalista e a situação cada vez mais miserável da população trabalhadora é de certo uma contradição inerente do modo de produção, mas há expoentes desse tipo de processo que necessitam de análises dedicadas justamente pela riqueza de elementos do processo concreto de expropriação e pauperização da população da totalidade do sistema capitalista atuando sob determinados contextos também dotados de conjunturas únicas.

Por isso, após a realização dessa pequena historiografia do Portocel e da descrição de suas dimensões e capacidades atuais discutiremos a seguir alguns fatores determinantes para os inícios da discussão entre a relativa diferença do modo de vida das comunidades e a sobrepujança desse empreendimento extrativista e exportador.

O primeiro fator digno de nota é a já supracitada relação intrincada entre poder público e esfera privada. Sobre essa questão é necessário que aprofundemos um pouco mais, pois muito além de uma aparente “parceria público-privada” o exemplo da instalação da Aracruz Celulose através da expropriação local denota a relação dialética entre o poder público e o “poder” privado, na medida em que é através do poder sublimado da sociedade que o Estado exerce os interesses privados ou nas palavras de Pashukanis “a função de coerção não pode atuar como função social sem ser abstrata e impessoal” (Pashukanis, 2017). Nesse sentido, a intensa relação que observamos, in loco, no processo de consolidação da Aracruz Celulose é evidência da totalidade sistêmica do desenvolvimento capitalista, uma evidência bastante concreta de um processo bastante concreto. Há ainda outras forças impulsionadoras do totalizante processo de desenvolvimento capitalista na região, como um fenômeno analisado por mim anteriormente em artigo a respeito da atuação corporativista da mídia no processo de noticiar a expansão do Portocel (BRAGATO, 2016). Fato é que esses elementos consonantes que habilitam o rompante desenvolvimento capitalista na região estão bem-dispostos e funcionais.

O segundo fator é a facilitação logística para o rápido embarque da celulose produzida na fábrica dado à proximidade da mesma ao terminal portuário de uso privado. Tal fator é ainda amplificado pela proximidade das matas de eucalipto plantadas no município de Aracruz que criam um triângulo perfeito de cultura(extração) – produção – exportação. Esse circuito facilitado reflete objetivamente na eficiência das atividades portuária, de modo que Vervloet (2020) considera:

Por ser um sistema portuário com retroárea industrial acoplada e especializado na movimentação de graneis sólidos, as operações marítimas com navios são mais rápidas comparadas a outros complexos. Observa-se pelo tempo médio de estadia (43,4) ou tempo médio atracado (33,3) que

não há formação de grande fila de espera de navios para serem atracados, em função do baixo tempo médio de estadia que os navios apresentam. Ademais, há melhor sincronia entre a produção das mercadorias e eficiência da retroárea industrial com as operações de embarcação dos navios. Essas operações de atracação e desatracação também são rápidas, em função das características geográficas do complexo, situado em baía aberta como dito anteriormente. Fato que permite a existência de canal de acesso com rápida saída e melhor manobrabilidade das embarcações. (VERVLOET, 2020, pag 29).

O terceiro fator e o que mais confere legitimidade a posição central do Portocel entre os empreendimentos portuários da região é o fato de que a consolidação desse terminal como dos postos mais eficientes do Brasil a implementação de outros empreendimentos do setor portuário na região aumentando a ocupação de área disponível para uso comum na região e causando uma intensificação da navegação na região. Como já vimos anteriormente nesse capítulo, o surgimento do Portocel é precedente para o estabelecimento de uma série de empreendimentos marítimos na região como a Transpetro, o Estaleiro Jurong e recém licenciado porto da Imetame.

O quarto e último fator de destaque é o fato de que a atividade portuária, cujo volume histórico na região é majoritariamente por conta da Portocel, interfere diretamente na prática de pesca artesanal, principal meio de sobrevivência das comunidades tradicionais locais. Sobre essa questão Vieira (2016) considera:

Com a construção do Portocel na década de 1980, os pescadores sofreram outras baixas em seu território da pesca. Próximo do mar de Barra do Riacho, a cerca de 500 metros, existia uma área que era conhecida como Tabuleiros de Mariscos, que possuía aproximadamente 1 km de extensão, bastante usada pelos pescadores. Todavia, para dar espaço ao fluxo das grandes embarcações de celulose, essa região de corais e de exuberante diversidade marinha foi destruída e bombardeada, para então ser coberta com vários grandes blocos de granito e cimentado, fazendo com que os pescadores perdessem uma de suas fontes de alimentos como, por exemplo, moluscos encontrados nos búzios, polvos, lagostas, ouriços, entre outras. Além do prejuízo em mar aberto, a população local acabou por perder o direito de acesso a duas praias que se tornaram privadas, e em seu lugar foi construído o ancoradouro dos navios que se preparam para o embarque dos fardos de celulose e de barcas que trazem toras de eucalipto do sul da Bahia. Essa era a chamada praia da Saudade que, por ironia, caiu na saudade dos antigos moradores. A segunda praia era conhecida como Conchinha e seu acesso tornou-se inviável devido ao descarte de rejeitos da fábrica e também pelo descarte de esgoto doméstico da própria comunidade. (VIEIRA, 2012, Pag 78-79)

Essas questões levantadas preliminarmente nos ajudarão a aprofundar acerca das tendências em curso na região da Barra do Riacho e conectá-las a totalidade sistêmica do modo de produção capitalista. Por hora, a discussão proposta até aqui nos revela que a Aracruz Celulose e Portocel não apenas possuem um status central no desenvolvimento da economia capixaba e nacional como também ditam os processos futuros de contínua dominação e exploração na região.

Capítulo 3.TENDÊNCIAS ACERCA DA GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS

A situação narrada no capítulo anterior nos introduz a um determinado território cuja dominância de um empreendimento do setor extrativista sobrepuja a condições de existência plena de comunidades tradicionais e do próprio meio ambiente da região. O contexto em si apresenta uma série de particularidades que culminam na solidificação da situação, comentamos as mais determinantes no capítulo anterior.

Agora trataremos de abordar como esse contexto particular se conecta as tendências da sociedade capitalista, esse movimento situará a situação da Barra do Riacho no amplo espectro da tomada de decisões globais a respeito da gestão dos recursos naturais. Identificar essas tendências em curso num território específico trata de reconhecer que esse território está compreendido numa totalidade de relações sociais complexas e impositivas que se desenrolam em âmbito mundial até serem executadas como prática capitalista.

A discussão proposta nesse capítulo trata não só de relacionar o contexto narrado a um contexto macroeconômico global, mas também busca compreender a demasiada abstralização da Natureza pelo mercado e pela ciência, processo que gera uma verdadeira devassa dos recursos naturais. Nas palavras de Milton Santos “Hoje, a natureza é histórica... inclusive o chamado “meio ambiente”. Seu valor “local” é relativo, ou, em todo caso, relativizado.” (SANTOS, 2005, pag 255)

3.1 Situação do debate político-econômico acerca da Natureza

O período histórico compreendido após as grandes turbulências do início e meio do século XX postava-se como um momento convulso de intensa movimentação internacional e preocupações, revolucionárias ou não, com o futuro sombrio que se desenhava. É nessa toada que os movimentos ambientalistas ganharam relevância. Inicialmente muito concentrados nos

Estados Unidos, os movimentos ambientais continha a carga militante dos anos 70 que impregnava o *american way of life* com posturas abertamente liberais e anti *establishment*. Dessa maneira, ocuparam-se das discussões iniciais aqueles teóricos e militantes que enxergavam a centralidade da questão ambiental na construção da possível nova sociedade que se alardeava (Hannigan, 2009).

Em sua forma embrionária os movimentos ecológicos precisaram se deparar com sua mais imbricada questão, em outras palavras, a epistemologia ecológico precisou estabelecer em quais termos lidaria com o modo de produção vigente e suas óbvias conseqüências naturais. Ainda que pretensamente anticapitalista, a prática ambientalista era recheada de soluções reformistas, em parte pela rejeição de epistemologias revolucionárias condenadas por não serem “verdes” o suficiente, mas principalmente pela abordagem acrítica do papel real do desenvolvimento capitalista nos problemas ambientais.

À medida que os movimentos ecologistas faziam barulho junto aos outros insipientes movimentos *anti establishment* característicos da segunda metade do século XX²⁰, novos modelos de organizações sociais começaram a surgir sob forma das ONGs (Organizações Não Governamentais), essas organizações embebidas do espírito da época potencializavam os discursos *anti establishment*, mas em prática dependiam objetivamente do dinheiro oriundo do objeto de suas críticas. Essa composição bastante contraditória representa o duplo papel que esse tipo de organização constituirá, por um lado pressionará os órgãos internacionais por uma maior proteção ambiental, por outro fará isso subordinada aos interesses econômicos de seus filantropos.

²⁰ Por exemplo: movimentos anti-guerra, pela emancipação feminina e por amplos direitos civis à pessoas gays e pessoas negras. No campo da Ecologia esse é período que as questões de ordem biológica se fundem ao social e os primeiros estudos na área são trabalhados associando as ações antrópicas propriamente a organização sistêmica da sociedade e não apenas a ações particulares de determinados produtos ou indivíduos. Há nesse bolo também as influências marginais que se tornariam grandes para o futuro dessa área de conhecimento, como a contribuição dos antropólogos e das antropólogas culturalistas pós modernos que praticamente dominarão a questão ecológica a partir dos anos 1990 e a postura intransigente dos economistas ortodoxos que enxergavam os movimentos ambientalistas como um misto da histeria “revolução hippie” e sentimento de anti-americanismo.

Tem-se pois de adicionar a essa complicada situação a extraordinária proliferação de organizações não-governamentais (ONGs) internacionais, particularmente a partir de mais ou menos 1970. A maioria dessas organizações se dedica a questões políticas específicas (o meio ambiente, a condição da mulher, os direitos civis, os direitos trabalhistas, a eliminação da pobreza e assim por diante). Embora algumas delas advenham de tradições religiosas e humanistas do Ocidente, outras foram criadas em nome da luta contra a pobreza, mas foram fundadas por grupos que buscam ativamente promover a proliferação das práticas de troca de mercado. É difícil não sentir vertigem diante da abrangência e da diversidade das questões envolvidas ou da gama de objetivos. Uma ativista como Roy o exprime da seguinte maneira: "O que ocorre com nosso mundo é praticamente demasiado colossal para ser assimilado pelo entendimento humano. Trata-se contudo de algo muitíssimo terrível. Contemplar suas dimensões e seu alcance, tentar defini-los, tentar lutar contra todos os seus aspectos ao mesmo tempo é tarefa impossível. A única maneira de combatê-lo consiste em travar guerras específicas de maneiras específicas" (HARVEY, 2003, pag 137-138)

Na década de 70 surgiram grandes organizações desse tipo ligadas aos movimentos ambientais. Para nomear alguns: A WWF (World Wildlife Fund) foi criada em 1961 na Suíça por cientistas e empresários, o Greenpeace foi criado no Canadá em 1971, O WWI (Worldwatch Institute) foi criado em 1974 nos Estados Unidos. Todas essas organizações foram importantíssimas na divulgação de pesquisas científicas que apontavam sérios danos a biodiversidade do planeta e, em especial, demonstravam como o aumento das emissões de GEE's resultavam em desequilíbrios químicos na atmosfera, causando dano à camada de ozônio e desregulando o equilíbrio climático geral do planeta. A divulgação desses estudos juntamente com a influência adquirida por esses grupos através de ações que introduziram a agenda ecológica na disputa política, como primeiro Dia da Terra realizado em 22 de Abril de 1970 com o objetivo de conscientizar a população sobre a preservação ambiental. Tal evento fora idealizado por um senador norte-americano.

É bem verdade que o Ambientalismo insipiente dos movimentos contra cultura rapidamente foi cooptado por uma ideologia liberal, a utilização sistêmica das ONG's para estruturar uma agenda política inicial do tema davam o tom reformista com que a temática seria tratada internacionalmente. A grande virada do Ambientalismo fora realmente a possibilidade de tratar dos problemas ambientais e climáticos em âmbito global. O tom da discussão, no entanto, não tinha pretensões revolucionárias e nem abarcava todo o contexto político ambiental como seu rótulo "globalizado" pretendia dizer. Países da periferia do

capitalismo como Brasil enfrentavam duros regimes políticos impostos pela situação geopolítica capitalista de maneira que os âmbitos e as consequências da questão ambiental específica de suas conjunturas eram radicalmente diferentes da discussão global. Os movimentos ligados ao contexto ambiental nesses países eram, sobretudo, movimentos revolucionários e se ligavam a movimentos agrários, indígenas, do direito das comunidades tradicionais, etc. Enfim, estavam em luta pela Terra e pelo direito de autodeterminação comunitária, visavam não apenas a autonomia política em relação às oligarquias nacionais, mas também em relação ao capital internacional, uma vez que o saque de seus recursos naturais e a expansão grossa e primeva de seus parques produtivos devia absolutamente ao movimento de transferência de capitais da periferia ao centro do capitalismo. (STEDILE, 2012)

Assim, as primeiras movimentações internacionais pela conscientização ambiental iniciadas na década de 70 alçavam ao patamar global uma discussão extremamente importante para o futuro global, mas ainda extremamente frágil. A indexação da pauta ambiental ao mercado nos países centrais potencializou a discussão da necessidade de um desenvolvimento sustentável em âmbito global, embora os critérios específicos da sustentabilidade nunca estivessem de fato esclarecidos. Vejamos Paul Hawken (1993), um dos percussores do Ecocapitalismo e grande entusiasta da perspectiva da Sustentabilidade, escreve:

Um princípio fundamental e prática de qualquer novo negócio deve ser a execução de tarefas e serviços que sejam produzidos de forma sustentável e/ou promovam a sustentabilidade na sociedade como um todo. A palavra "sustentabilidade" pode ser definida em termos de capacidade de carga do ecossistema, e descrita com modelos de entrada-saída de consumo de energia e recursos. A sustentabilidade é um estado econômico onde as exigências impostas ao meio ambiente pelas pessoas e pelo comércio podem ser atendidas sem reduzir a capacidade do meio ambiente de prover às gerações futuras. Ela também pode ser expressa nos termos simples de uma regra de ouro econômica para a economia restauradora: Deixar o mundo melhor do que você o encontrou, não levar mais do que você precisa, tentar não prejudicar a vida ou o meio ambiente, fazer reparações se você o fizer.²¹(HAWKEN, 1993, p. 150, tradução nossa)

²¹Citação original: A cardinal principle and practice of any new business should be to perform tasks and services that are sustainably produced and/or promote sustainability in society as a whole. The word "sustainability" can be defined in terms of carrying capacity of the ecosystem,

No discurso de Hawken tal perspectiva se apresenta como uma alternativa economia de livre mercado (e consequentemente, ao neoliberalismo), apesar da falta gritante de um projeto para além do corporativismo *new age* e dos discursos morais como forma de impor certo limite ao desenvolvimento capitalista. Assim, carece a análise concreta de qualquer contradição do sistema capitalista relativa ao meio ambiente e concentram-se esforços em trabalhar com uma abstração da Natureza a partir da lógica capitalista. Vejamos a consideração de Foster (2021) sobre a sustentabilidade.

No que equivale a uma vitória das noções de sustentabilidade fraca, muitas vezes se argumenta que a contínua destruição da natureza exigida pela acumulação de capital pode ser compensada pela valorização da natureza e sua internalização dentro da própria lógica do capital, de modo que não há perda líquida de capital natural em termos de valor econômico e o aumento exponencial da acumulação de capital em um ambiente limitado é permitido prosseguir. Novos ecossistemas financeiros podem ajudar a suportar todo o sistema. Se a própria natureza é capital, o argumento é válido, simplesmente não há problema. A destruição de uma espécie ou de todo um ecossistema pode ser compensada pelo capital natural que fornece serviços ecossistêmicos para a economia em outro lugar.²²(FOSTER, 2021, s.p., tradução nossa)

Logo, ainda que povoada de cientistas com trabalhos válidos que alarmavam para o futuro de catástrofe climática que vivemos agora as reuniões internacionais pelo clima e meio ambientes visavam a gestão dos recursos naturais do planeta e a mitigação da responsabilidade pelos danos causados pela produção capitalista através do planejamento econômico e da abertura de

and described with input-output models of energy and resource consumption. Sustainability is an economic state where the demands placed upon the environment by people and commerce can be met without reducing the capacity of the environment to provide for future generations. It can also be expressed in the simple terms of an economic golden rule for the restorative economy: Leave the world better than you found it, take no more than you need, try not to harm life or the environment, make amends if you do.

²²Citação original: In what amounts to a victory of notions of weak sustainability, it is often contended that the continual destruction of nature required by capital accumulation can be offset by the valorization of nature and its internalization within the logic of capital itself, so that there is no net loss of natural capital in economic value terms and the exponential increase of capital accumulation in a limited environment is allowed to proceed. New financialized ecosystems can help support the entire system. If nature is itself capital, the argument goes, there is simply no problem. The destruction of one species or of a whole ecosystem can be compensated for by natural capital that provides ecosystem services for the economy elsewhere.

mercados que permitissem o controle dos meios bióticos físicos pela estruturação de agendas ambientais globais. A intervenção planejada, portanto não deveria ser direta a ponto de intervir freando concretamente no processo produtivo mundial, pelo contrário, a intervenção planejada buscava viabilizar ainda mais o processo produtivo, retirando a emergência climática e ambiental do plano material da existência e anexando-a a uma agenda político econômica de ordem liberal.

A primeira COP – Conferência das Partes com o objetivo de discutir a próxima grande questão que o mundo já enfrentava silenciosa e gradualmente desde a massificação da produção inaugurada pelo modo de produção capitalista. Mais do que suas conferências anteriores a criação da COP, como a Rio -92 em que os acordos e instituições de entidades foram severamente rechaçados, a COP 1 representava, pelo menos em tese, a possibilidade de mudança real nas diretrizes produtivas das nações e, conseqüentemente, do mundo capitalista. Não só esse evento seria a primeira grande reunião mundial após o fim e aparente triunfo das nações capitalistas ocidentais no conflito geopolítico de maior duração do século XX, mas também representava a primeira tentativa de estabelecimento de um secretariado mundial capaz de influenciar decisões particulares das nações.

Após sua eleição, a Dra. Merkel disse que o Espírito do Rio voltaria a ser necessário em Berlim. Embora a proteção do clima seja um dos maiores desafios políticos, é imperativo agir de acordo com o princípio da precaução. Ela disse que a COP-1 deve decidir se os compromissos dos países industrializados são "adequados" para alcançar os objetivos da Convenção, observando que as obrigações até o momento não eram adequadas. Ela disse que o processo para um protocolo deve ser posto em marcha. Ela espera que a estrutura para uma fase piloto de implementação conjunta possa ser criada.²³(Fala de Angela Merkel, Earth Negotiation Bulletin, 1995, s. p., tradução nossa)

²³ Citação original: After her election, Dr. Merkel said that the Spirit of Rio would once again be needed in Berlin. Although climate protection is one of the greatest political challenges, it is imperative to act in accordance with the precautionary principle. She said that COP-1 must decide if the commitments of the industrialized countries were "adequate" to achieve the Convention's objectives, noting that the obligations to date were not adequate. She said that the process for a protocol must be set in motion. She hoped that the framework for a pilot phase on joint implementation could be created.

A fala de Angela Merkel, então Ministra do meio ambiente, conservação natural e segurança nuclear da Alemanha, fazia um chamado para esse objetivo. O primeiro esforço da COP foi estabelecer um protocolo de mitigação das ações antrópicas, esse documento deveria servir de guia para as nações na tomada de decisões, principalmente, concernentes ao uso de combustíveis fósseis, ao descarte de resíduos da produção e à criação de políticas públicas para a proteção de biomas e povos tradicionais ameaçados pelo. Além disso, junto ao protocolo deveria ser assinado um tratado de cooperação internacional que garantisse o cumprimento do protocolo e a continuidade e legitimidade do secretariado eleito pela COP. A proposta desse curso de ação, no entanto, não deveria comprometer o crescimento econômico mundial, tal condição foi o tom que absolutamente dominou as negociações entre os envolvidos e fez com que a COP 1 se encerrasse sem diretrizes concretamente estabelecidas²⁴.

A versão final do protocolo, estabelecida finalmente em 1997 na terceira COP realizada em Kyoto no Japão. No entanto, é bem diferente da proposta condenatória das ações antrópicas ensaiada na primeira COP. A versão definitiva assinada junto ao Tratado de Kyoto apelava para o senso da reparação e do desenvolvimento sustentável como vias de regra do desenvolvimento econômico pretensamente ecocentrada, assim a forma com que fora resolvido o dilema acerca da limitação do crescimento econômico mundial fora, em prática, não fazer coisa alguma, mas sim criar mecanismos compensatórios capaz de viabilizar negociações entre as nações pelo “direito de poluir”. O exemplo mais famoso é com certeza a criação dos créditos de carbono que estipula um limite de emissões de Gases poluentes causadores do Efeito Estufa (chamados de GEEs). No sistema de limitação de GEEs as nações desenvolvidas que ultrapassam suas cotas de emissão devem pagar às nações em desenvolvimento pelo direito de emitir GEEs na “conta” do país negociante. Fora então criado um mercado de negociação de uma mercadoria extremamente abstrata (o direito de emissão de gases poluentes) para estancar um problema profundamente concreto. Hoje tal mecanismo de

²⁴ Ironicamente a Cop-27 realizada no Egito em Novembro de 2022 também teve seu encerramento frustrado pela falta de acordo entre os entes internacionais.

compensação em forma madura funciona como um balcão de negócios pelo direito de poluir irreparavelmente o meio ambiente, Foster (2021) considera:

Um ponto decisivo na expropriação financeira da Terra ocorreu de setembro a novembro de 2021, sobrepondo-se às negociações da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática de 2021 em Glasgow. Três grandes desenvolvimentos inter-relacionados ocorreram nessa época: (1) a criação da Aliança Financeira de Glasgow para o Net Zero, abrangendo a maior parte das finanças capitalistas globais; (2) a aprovação dos elementos-chave do Artigo 6 do Acordo de Paris, criando as regras financeiras unificadas para os mercados globais de comércio de carbono; e (3) o anúncio de que a Bolsa de Valores de Nova Iorque, juntamente com o Grupo de Bolsa Intrínseca (IEG) - cujos investidores incluem o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Fundação Rockefeller - estava lançando uma nova classe de títulos associados às empresas de ativos naturais (NACs). Como o IEG disse a seus investidores, enquanto o valor patrimonial da economia mundial é de US\$ 512 trilhões, o valor patrimonial do capital natural da Terra é estimado em US\$ 4 quadrilhões (US\$ 4.000 trilhões), tudo potencialmente para a tomada.²⁵(FOSTER, 2021, s.p., tradução nossa)

A frase usada por Foster a fim de fechar o raciocínio “tudo potencialmente para a tomada” elucida bem a relação criada para com essa Natureza desprovida de suas determinações concretas. Mistificada, a discussão econômica política das conferências ambientais desconsidera boa parte das relações sociais que configuram a categoria Natureza, faz isso ao descartar as relações sociais de produção de inúmeras comunidades tradicionais e trabalhadores agrícolas, ao naturalizar a ordem capitalista como a própria ordem da Natureza. O resultado é a apreciação de uma categoria “Natureza” abstratamente concebida sob valores morais e apaixonadamente capitalistas.

²⁵Citação original: A turning point in the financial expropriation of the earth occurred from September to November 2021, overlapping with the 2021 UN Climate Change Conference negotiations in Glasgow. Three major interrelated developments occurred at this time: (1) the creation of the Glasgow Financial Alliance for Net Zero embracing most of global capitalist finance; (2) approval of key elements of Article 6 of the Paris Agreement, creating the unified financial rules for global carbon trading markets; and (3) the announcement that the New York Stock Exchange together with the Intrinsic Exchange Group (IEG)—whose investors include the Inter-American Development Bank and the Rockefeller Foundation—was launching a new class of securities associated with natural asset companies (NACs). As the IEG told its investors, while the asset value of the world economy is \$512 trillion, the asset value of the earth's natural capital is estimated at \$4 quadrillion (\$4,000 trillion), all potentially for the taking

Esse é o ponto em que as contradições entre a “Natureza” abstratamente capitalista e Natureza absolutamente concreta se encontram. Aos olhos cotidianos, a Natureza aparece por fim como algo afastado a depender de extensas reuniões burocráticas que definirão enfim o que fazer com toda essa maçaroca disforme que os noticiários, os boletins internacionais e os políticos chamam de “Meio Ambiente”. A transmutação da Natureza de meio de subsistência da humanidade em geral em objeto do amplo debate político-econômico da sociedade capitalista soma-se ao processo de artificialização da Natureza que brutalmente solapa a determinação mais concreta da natureza: Sua existência física. Em suma, a Natureza torna-se objetificada, num sentido de que as necessidades e demandas da sociedade de mercado para com o meio natural se desencontram do equilíbrio ecológico real.

E como esse objeto político econômico a Natureza precisa ser gerida, seus recursos naturais necessitam da “mágica” capitalista para ser posto a utilidade. Aquele objeto selvagem precisa ser governável e mediado enquanto objeto infinito renovável ou substituível. E para isso, para a efetivação do abstrato planejamento global de gestão da Natureza, alguma racionalidade precisa ser a executora. Para tanto, as Ciências, naturais e sociais, ocupam um espaço importante nessa relação.

3.2 O papel e o problema da Ciência

Assim como as discussões globais sobre a utilização e proteção dos recursos naturais se transformam num balcão de negócios mundial, confirmando a tese de Pashukanis (2017) a respeito da natureza privada do Estado e da *juris publica*, a discussão científica respeito da gestão desses recursos também está permeada pela objetificação do meio natural.

Afinal, a marcha do desenvolvimento tecnológico progressivo tem sido vital para a continuidade do capitalismo. Em efeito, a progressividade nas técnicas de extração, processamento e finalização é o que condiciona o ritmo e a intensidade do sistema produtivo. Vale lembrar que o desenvolvimento

tecnológico é de maneira alguma uma antítese ao trabalho humano, pelo contrário, é dependente dele em escalas cada vez maiores²⁶, de maneira que a intensificação da exploração do meio natural é dinamicamente a intensificação do ritmo de trabalho, na prática isso se configura numa dupla exploração do gênero humano, exploração de sua força de trabalho e de seus meios de trabalho.

Assim, a determinação da natureza enquanto um objeto de e para produção que necessita de intermédio cada vez mais crítico da tecnologia incorpora os ditames do modo de produção capitalista. O desenvolvimento tecnológico (e concomitantemente, o desenvolvimento das forças produtivas) é a força motriz do desenvolvimento capitalista. Vejamos a passagem em que Marx narra as determinantes mudanças na agricultura pelo capitalismo nascente.

Na esfera da agricultura, a grande indústria atua de modo mais revolucionário à medida que aniquila o baluarte da velha sociedade, o “camponês”, substituindo-o pelo trabalhador assalariado. As necessidades de revolucionamento social e as antíteses do campo são, assim, niveladas às da cidade. No lugar da produção mais rotineira e irracional, surge a aplicação consciente, tecnológica da ciência. A ruptura do laço familiar original de agricultura e manufatura, que envolvia a configuração infantilmente não desenvolvida de ambas, é completada pelo modo de produção capitalista (MARX, 1983, p. 132)

A citação de Marx demonstra sua atenção para a relação entre o desenvolvimento tecnológico sucessivo e as condições de trabalho. Nesse sentido, é impossível que nós nos furtemos da apreciação da categoria do trabalho abstrato. Marx utiliza ao referir-se à totalidade do trabalho na produção de mercadorias. Vejamos o que Marx diz:

²⁶Um exemplo interessante é a produção de semicondutores, nome dado aos microchips e circuitos integrantes de grande parte dos aparelhos eletrônicos, inclusive de robôs e autômatos responsáveis pela produção e montagem de produtos. As principais matérias primas dos semicondutores são os derivados de silício, o silício que, por sua vez, é obtido a partir da redução química de cristais de quartzos extraídos em minas ao redor do planeta, principalmente nos EUA, África e América do Sul. Ou seja, só na obtenção da matéria prima dos semicondutores, um dos mais importantes componentes eletrônicos dentre quase inumeráveis outros, há a necessidade de uma sólida cadeia dependente do trabalho humano em sua forma mais elementar, na extração direta da natureza e em formas mais singulares ou tecnificadas, na redução química e na montagem dos aparelhos.

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos nele representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato (MARX, 1983, p. 47)

Maravilhosa ao capitalista é a ilusão de que a máquina transforma a matéria prima e por si só cospe o produto, como se nesse processo mágico o valor fosse embotado pelo próprio maquinário como a soldagem de um cano, mas, na concepção marxiana o trabalho é a ação humana, mediada pela consciência, produtora de sua subsistência, através do emprego da sua força de produção, portanto há nesse processo, o da máquina, a ocultação do trabalho humano que antecede o funcionamento da máquina (elemento esse não presente na natureza, mas construído pelo homem). O humano na produção capitalista está alienado de sua produção e por sua produção, nesse sentido também se desaparece a Natureza enquanto elemento essencial do trabalho está também está alienada ao processo produtivo, tornando-se, literalmente, maquinada pela operação tecnológica. No ato da produção aparecerá precisamente como coisa física, como combustível e como meio de trabalho, fora desse momento a Natureza é gerida como algo abstratamente capitalista, desprovido de determinações concretas bióticas, entrópicas e sociais.

Se observarmos atentamente veremos que, para a produção capitalista, a importância do trabalho abstrato que determina a importância do trabalhador, desse modo, aos olhos do capitalista o trabalhador só existe enquanto massa, enquanto estoque de força de trabalho explorável. É sob a dinâmica das relações sociais de produção que fica escondida essa relação de desumanização da classe trabalhadora, vejamos o que Marx diz no capítulo 5 d'O Capital:

[...] o produto é propriedade do capitalista, e não do produtor, do trabalhador. O Capitalista paga, por exemplo, o valor de um dia da força de trabalho. A sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria, por

exemplo, a de um cavalo que alugou por um dia, pertence-lhe, portanto, durante o dia. Ao comprador da mercadoria pertence a utilização da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho dá, de fato, apenas o valor de uso que vendeu ao dar seu trabalho. A partir do momento em que ele entrou na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, sua utilização, o trabalho, pertence ao capitalista. O capitalista, mediante a compra da força de trabalho, incorporou o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, que lhe pertencem igualmente. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria, força de trabalho por ele comprada, que só pode, no entanto, consumir ao acrescentar-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo lhe pertence de modo inteiramente igual ao produto de processo de fermentação em sua adega. (MARX, 1983, p. 154)

A citação de Marx nos revela que na relação de produção cotidiana para o capitalista a força de trabalho é uma mera mercadoria a ser consumada a fim de produzir outras mercadorias. Assim, embora seja pujante a peculiaridade da mercadoria força de trabalho na produção capitalista ela existe como mero elemento de trabalho, como qualquer meio de trabalho ou matéria prima e, portanto, aos olhos capitalistas o trabalhador é o mero invólucro que realiza a força de trabalho contratada. É nesse ponto em que o trabalho aparece para o Capital da mesma forma que a natureza: como estoque disponível para apropriação cujo desempenho no processo produtivo pode e deve ser interferida pelo desenvolvimento tecnológico progressivo.

Se ainda considerarmos que todo trabalho tem a natureza como seu meio e objetivos fundamentais, o desenvolvimento tecnológico é diretamente o cinzel que esculpe o meio natural tal qual a produção capitalista assim o demanda, em suma, o desenvolvimento tecnológico é principal elemento de metamorfose da natureza e, conseqüentemente, do trabalho.

Aqui caberia uma análise mais detalhada sobre a mediação do trabalho pelo desenvolvimento tecnológico, inclusive através da comparação entre os modelos organizacionais do trabalho e as novas tecnologias de controle do trabalho, mas nos furtemos a pensar a questão de maneira mais focal, analisando tal relação entre ciência, trabalho e natureza através da chave do desenvolvimento tecnológico progressivo enquanto potencializador das questões ambientais

Especialmente desde a Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento científico e a utilização de forças produtivas a serviço do lucro privado criou uma radical disjunção quantitativa e qualitativa entre a produção humana e as leis que regem a reprodução da riqueza natural. A combinação do crescimento absoluto da produção e da produção material, por um lado, e o desenvolvimento de formas não-biodegradáveis e totalmente venenosas de produção, consumo e disposição, por outro, fez com que o capitalismo global entrasse "em uma nova etapa de crise planetária, na qual as atividades econômicas humanas começam a afetar de maneiras inteiramente novas as condições básicas da vida na Terra"(FORSTER, 1994, 108 *apud* BURKETT, 1999, 219).

Burkett, a essa época um renomado ecossocialista, utiliza-se da citação de Foster ao evidenciar a posição disjuntiva das “forças produtivas a serviço do lucro privado”, alertando que o crescimento absoluto da produção e descarte de materiais poluentes eleva a sociedade capitalista a um “novo estágio de crise planetária”. Nesse sentido, há muito que se conversar com o que Meszaros (1996) chama de “Produção Destrutiva” ao analisar a tendência de diminuição da usabilidade das mercadorias no sistema capitalista, inclusive a força de trabalho. Segundo o autor, essa Taxa de Uso Decrescente – TUD (MESZAROS, 1996) aparece no capitalismo como um mecanismo inevitável que estimula a produção desenfreada de bens a partir da destruição, descarte e obsolescência acelerada. Sua gênese histórica durante o século XX, período de consolidação do Capitalismo Monopolista, as duas guerras mundiais marcaram a história com um conflito de dimensões nunca vistas. Mais que isso, mostrou-se o mundo a capacidade de destruição do próprio planeta pela ação antrópica e a tendência do desenvolvimento capitalista da guerra que consolidaria o complexo militar-industrial.

A contraparte destrutiva da produção de mercadorias é de certo uma condição inescapável de qualquer modo de produção. Afinal, destruição e produção estão em uma relação dialética em que cada etapa se realiza na outra. Assim produção é destruição de matéria prima transformada a partir do consumo de força vital (força de trabalho) e a destruição/consumo, tanto de recursos quanto de força vital, catalisa a produção de bens que, por sua vez serão consumidos para a satisfação das necessidades orgânicas e sociais. Marx (2011) já notara na introdução aos Grundrisse essa tensão dialética:

A produção é também imediatamente consumo. Duplo consumo, subjetivo e objetivo: o indivíduo que desenvolve suas capacidades ao produzir também as despende, consome-as no ato da produção, exatamente como a procriação natural é um consumo de forças vital. Em segundo lugar: consumo dos meios de produção que são usados e desgastados e, em parte (como, por exemplo, na combustão), transformados novamente nos elementos gerais. (MARX, 2011, p. 63).

O consumo também é imediatamente produção, do mesmo modo que na natureza o consumo dos elementos e das substâncias químicas é produção da planta. Por exemplo, na nutrição, que é uma forma de consumo, é claro que o ser humano produz seu próprio corpo. (MARX, 2011, p. 64)

Se essa uma condição comum de qualquer sistema produtivo, resta a apreensão da diferença específica dessa condição no modo de produção capitalista. Nesse mesmo excerto da introdução aos Grundrisse, Marx ressalta o termo empregado pela economia política “consumo produtivo” (MARX, 2011, pag 63), ou seja, a etapa de transformação da matéria prima em produto, quando destruição e produção são imediatamente consumadas. É deste momento na produção que a destruição de matéria prima mediada pelo dispêndio de força vital e pelo consumo dos meios de produção se efetiva como transformação em mercadoria. Assim o cerne do caráter específico e destrutivo da produção capitalista se encontra nesse momento, quando a taxa de destruição, de recursos materiais e do dispêndio de força vital para produção se torna efetivamente maior que a própria produção. Dias e Tostes (2009) resumizam bem o aparecimento desse fenômeno:

Em relação aos bens e serviços, a TUD é aplicada: a) quando se diminui deliberadamente a vida útil dos produtos através da “obsolescência planejada”; b) ao substituir-se um bem ou serviço com um potencial de utilização intrinsecamente maior por outro em que a taxa de uso tende a ser muito menor ou mínima (ex: privilegiar o automóvel particular e não o transporte coletivo); c) quando se impõe tecnologias novas, por exemplo, por meio de um fantástico sistema de propaganda, gerando um crescente desperdício de recursos materiais; d) ao promover a extinção de habilidades e serviços de manutenção, incentivando os “consumidores” a comprar novas mercadorias quando haveria possibilidade de consertar os antigos objetos. Todas essas práticas são mecanismos de aplicação da TUD aos bens e serviços, contribuindo dissipativamente para o decréscimo das taxas de uso reais (DIAS; TOSTES, 2009, p. 3)

Dessa maneira, os exemplos de contextos de degradação ambiental apresentados previamente por Burkett (1999), embora nutridos pelas características particulares locais e pelas especificidades da história fornecem detalhes a respeito da contraditória relação entre desenvolvimento e destruição. E se voltarmos à análise do nosso caso específico conseguiu notar a condição permanente de expropriação atrelada à produção da TUD. Através do diagnóstico dos impactos causados pela operação portuária é perceptível a especificidade da relação imbricada no que concerne à operação de maquinário industrial pesado tecnologicamente desenvolvido para priorizar o embarque e o desembarque em detrimento do melhor manejo do meio em que o porto está instalado ao passo que a produção se esvai do local e nem seus frutos financeiros aqui ficam, mas sua contraparte destrutiva é visível e crescente. Vale mais uma consideração de Dias e Tostes (2009) a respeito dessa manifestação da TUD:

A TUD também se manifesta por meio da subutilização crônica de instalações e maquinário, que leva os capitalistas mais poderosos a substituir suas tecnologias de produção numa velocidade tão grande que impede a utilização completa do potencial produtivo da máquina. Essa subutilização é capitalisticamente racionalizada através da ideologia da “inovação tecnológica”, que necessita cada vez mais do Estado para continuar financiando os investimentos até mesmo das mais ricas empresas transnacionais, promovendo assim o capital monopolista e gerando um imenso desperdício de recursos materiais em nome do “desenvolvimento”. (DIAS, TOSTES, 2009, p. 3)

. A TUD mais do que apenas se manifestar na utilidade das mercadorias se manifesta na própria dinâmica disruptiva da produção destrutiva, ela se torna uma condição da produção capitalista que afeta todos os âmbitos estabelecidos dessa totalidade. Mas como pode elementos como a TUD e o aumento exponencial da Produção Destrutiva coexistirem com o desenvolvimento tecnológico progressivo que deveria supostamente diminuir os impactos sobre o Meio Ambiente e aumentar a durabilidade dos produtos? Podemos encontrar essa resposta novamente na obra de Meszaros, mais precisamente no capítulo 3 de sua obra Teoria da Alienação (2006). Vejamos o

que o autor diz sobre a relação entre o objetivo da ciência e o desenvolvimento capitalista:

A estrutura da produção científica é basicamente a mesma da atividade produtiva fundamental em geral (principalmente porque as duas se fundem em grande medida): uma falta de controle do processo produtivo como um todo; um modo de atividade “inconsciente” e fragmentado, determinado pela inércia da estrutura institucionalizada do modo capitalista de produção; o funcionamento da ciência “abstratamente material” como simples meio para fins predeterminados, externos, alienados. Essa ciência natural alienada se encontra entre a cruz e a espada, entre a sua “autonomia” (isto é, a idealização de seu caráter “inconsciente”, fragmentário) e a sua subordinação como simples meio para fins externos, alheios (por exemplo, programas militares e quasemilitares gigantescos, como os vãos à Lua). Desnecessário dizer que a sujeição da ciência natural como simples meio para fins alheios não é de modo algum accidental, mas está necessariamente ligada ao seu caráter fragmentado, “autônomo” e, evidentemente, à estrutura da atividade produtiva alienada em geral. (MESZAROS, 2006, p. 98-99)

Meszaros é cirúrgico ao apontar que as ciências técnicas, contrária a perspectiva da ciência enquanto solucionadora dos problemas humanos é empregada para a solução dos problemas do capital. O desenvolvimento tecnológico progressivo é, portanto, parte integrante do próprio processo de aumento de extração de lucro e mais-valia que, como Burkett nos mostrou é determinante no processo de aumento das questões climáticas e ambientais. Assim sendo, a ciência técnica está em contradição direta com o ideário da sustentabilidade que domina essa esfera de debate. Essa dissimulação da ordem capitalista sob discursos e ações supostamente ecológicos escancara o problema da ciência em relação às questões ambientais.

Ao retornarmos ao contexto da Barra do Riacho, conseguimos perceber a tensão entre o desenvolvimento tecnológico e a destruição objetiva das condições de vida das comunidades tradicionais. O processo de ampliação da Portocel, que como já vimos, se arrasta por décadas e faz parte de um novo momento de expansão dos empreendimentos portuários em Aracruz.

A já constringida comunidade da Barra do Riacho acaba por ser cada vez mais cercada por empreendimentos em terra e em mar, no entanto, a promessa futura relativa a esses processos de expansão de antigos

empreendimentos e instalação de novos é de modernização e melhoria socioeconômica para região. Um caso raro onde a comunidade pode se defrontar com a empresa em uma consulta pública ocorrida em dezembro de 2016 a respeito da ampliação do Portocel. Em sua argumentação em defesa do projeto a representante da empresa diz:

A Portocel já existe há 32 anos. Fala é a proposta para os próximos 50 anos, a fim que o porto possa suportar navios maiores. Hoje opera navio de 230m. Que pelo projeto estão ocupando uma grande área, e apresenta o que pode mitigar a situação, apresenta a ideia da criação de nova Praia Conchinhas urbanizada, com área de 73.000m², faixa de areia de 200m, com a construção de 02 molhes de proteção na foz do rio, a fim de diminuir o assoreamento. Algo semelhante foi feito no Porto de Roterdã; que tem consciência que a obra vai impactar a natureza, mas que pode, com tecnologias inovadoras e responsabilidade minimizar tais impactos; que a empresa visa compartilhar a riqueza e progresso com os vizinhos, as comunidades. Apresenta uma animação da futura Praia Conchinhas urbanizada. A ideia, dentre outras, visa valorizar as esposas dos pescadores. Hoje tem 260 empregos, 109 indiretos, total de 750, com a implantação do empreendimento: serão, na fase de mão de obra, serão 850 empregos diretos, e indiretos 3.400, na operação, 389 diretos, 300 indiretos, 480 TPAs, total de 1169 empregos. Investimento de R\$ 939 milhões. (Representante do Portocel, Termo de Referência da consulta pública sobre a Portocel II – IEMA,p.2)

A fala da representante ressoa com a idéia de progresso imputada também pelo processo de modernização tecnológico que os avanços no setor portuário da região preconizam. No entanto, a comunidade oferece uma visão distinta acerca do projeto em relação às promessas de benesses a região.

Le-se uma pergunta sem identificação. Se o projeto pode não acontecer, pois Barra do Riacho estará melhor sem ele, que o rio continua poluído. (Relativo a fala de Morador da Barra do Riacho, Termo de Referência da consulta pública sobre a Portocel II – IEMA,p.7)

O Sr. V T, coloca que não acredita que esse empreendimento não acontecerá, considerando o peso da empresa na balança comercial. Que houve quem cooptasse as lideranças no passado. Que após 37 anos, está na hora da Portocel dar sua contrapartida. Sugere que na boca da barra tivesse uma travessia para o outro lado; que as comunidades Pindorama e Chic Chic sofrem com o abalo com as manobras dos trens. Comenta ainda sobre a capacitação e a qualificação. (Relativo a fala de Morador da Barra do Riacho, Termo de Referência da consulta pública sobre a Portocel II – IEMA,p.8)

O Sr. I A, diz que depois dos 37 anos, está na hora do porto dar retorno para a comunidade. Pede atenção aos problemas da comunidade que está carente em muitos aspectos. Que deseja o crescimento da comunidade, que ninguém está acreditando nos empreendimentos. Que aqui se trata de uma comunidade tradicional. Que chegou a hora de fazer diferente, que se construa uma estação de tratamento de esgoto. Que prestem atenção à comunidade e que precisam de emprego. (Relativo a fala de Morador da Barra do Riacho, Termo de Referência da consulta pública sobre a Portocel II – IEMA,p.9)

O Sr. M M G, da Associação de Pescadores, questiona porque já não foram parceiros quando do projeto da Portocel I. Fala dos impactos da Portocel I para os pescadores. Que retira 1,5 milhão/m² do berçário de reprodução, 400 empregos dos pescadores. Não tem vantagem para o pescador; que terá aumento da área de fundeio (Relativo a fala de Morador da Barra do Riacho, Termo de Referência da consulta pública sobre a Portocel II – IEMA,p.10)

Já as falas dos moradores da comunidade apresentam um contraste interessante em relação às projeções que a representação da empresa traz. Na verdade, diferente da potencial melhora econômica e tecnológica que a ampliação do Porto pode vir a trazer a preocupação dos moradores centra-se nas condições imediatas de vida, nas condições concretas de existências.

Ao investigarmos as tensões relativas ao debate da Natureza e das Ciências na sociedade contemporânea e traduzirmos essas questões para um território real, como a Barra do Riacho, é evidente a presença de uma situação paradoxal entre o futuro do desenvolvimento tecnológico-industrial, sempre programaticamente expansivo e mirando períodos cada vez mais longos de planejamento, e a comunidade local que apresenta cada vez mais demandas urgentes que necessitam de pronta intervenção.

3.3 Dos portos às expropriações: fenômenos interligados

A importância de um sistema portuário funcional para a economia brasileira é nítida na história. Darcy Ribeiro (2006) destaca a relação causal entre a construção de portos no Brasil e o avanço do processo de colonização do território brasileiro. Nesse processo a atividade portuária é responsável não só pelo escoamento da produção e recebimento de mercadorias estrangeiras,

como também desembarca mão de obra estrangeira, forçada ou livre, no Brasil. Como colocam Gonçalves e Costa (2020) ao analisar o histórico do Porto do Rio de Janeiro, os portos brasileiros são responsáveis por inserir o Brasil no capitalismo global.

Tal processo como demonstra os autores, é, no entanto, fruto de sucessivo desacoplamento e reintegração dos portos no sistema econômico brasileiro. Hora servindo de espaço pivotal no desenvolvimento capitalista do país, hora sendo subutilizado de acordo com as demandas emergentes do período histórico vigente.

Assim, os portos assumem um papel central no cotidiano das capitais brasileiras como Rio de Janeiro, Maceió, São Luiz, Salvador, Vitória. Representando um importante espaço de atividades econômicas e relações sociais que sobrepõem o processo de consolidação do Brasil enquanto uma nação lançada na concorrência capitalista. Inclusive, a dinâmica instável da atividade portuária no Brasil a mercê do período histórico que o capitalismo mundial comporta evidencia a característica do espaço e da atividade portuária como um elemento de síntese do desenvolvimento capitalista no país.

É por isso que esse trabalho propõe a centralidade do Portocel não só como complexo portuário modelo da exportação de Celulose, mas também como central no desenvolvimento da economia capixaba e profundamente marcante das relações sociohistóricas de seu entorno. Como já vimos anteriormente a viabilidade da rápida operação portuária atingida pelo Portocel escancara as portas para o surgimento de outros empreendimentos portuários na região de Aracruz, agora relacionaremos esse fenômeno com o atual período histórico em que o Portocel se expande, novos empreendimentos são anunciados e a Barra do Riacho continua cada vez mais aceleradamente sendo extenuada.

O desenvolvimento dessa atividade tão importante para a economia brasileira está registrado na trajetória da regulamentação jurídica e burocrática de operação dos portos. Como os autores Gonçalves e Costa a legislação brasileira sobre Portos acompanha o efeito sanfona, hora regressivo e hora expansivo, desse modal viário no país.

A atual composição do sistema portuário brasileiro é fruto de um esforço empreendido a partir dos anos 2000 principalmente através da Lei nº 8.630/93, a chamada Lei de Modernização dos Portos que versa a respeito da desestatização (privatização) dos Portos e companhias de docas, além do incentivo de projetos de tecnologia digital na operação portuária e retorno para a comunidade sob forma de obras de “modernização” das comunidades crescidas em torno de complexos portuários²⁷. Esse é um momento de crescimento histórico dos TUP’s no Brasil, mas na contramão desse processo as comunidades a beira de zonas portuárias foram aceleradamente golpeadas pelos impactos dos portos modernos, privados e consolidados. A histórica relação entre o desenvolvimento do Portocel e o declínio da Barra do Riacho é definitivamente intensificada a partir desse momento.

Os tópicos apresentados nessa introdução aos Portos Modernos e anteriormente no capítulo buscam subscrever historicamente os elementos envolvidos no contexto problematizado. Através do nosso comentário acerca das discussões relativas ao desenvolvimento econômico a primazia da conservação natural e a operacionalização da ciência a serviço da produção capitalista em detrimento de qualquer empecilho biótico. Percebemos que a hoje “industrializada” da Barra do Riacho é precisamente resultado de complexas tendências mundiais desfloradas sobre particularidades locais. O perigoso encontro entre o impetuoso e tecnológico desenvolvimento capitalista com o preciso território abundante em recursos naturais habitado por uma já fragilizada comunidade tradicional.

Essa contradição entre o desenvolvimento econômico e apoucamento das condições concretas de vida dos pescadores é o sumo que se extrai dessa laranja. Apreciando a síntese dos elementos que compõe a região portuária de Aracruz e a comunidade da barra do riacho podemos agora estabelecer as

²⁷O caso analisados pelos autores Gonçalves e Costa é o projeto Porto Maravilha iniciado nos anos 2000 no porto do Rio de Janeiro. O projeto apresentava um alto grau de mudanças tecnológicas na operação do porto carioca, bem como obras em várias instituições socioculturais próximas a zona portuária. Quando em 2014 o Brasil fora assolado por uma nova crise o projeto do Porto Maravilha fora parcialmente abandonado, as obras de devolução à comunidade foram gradualmente paralisadas, enquanto a sobras de modernização portuária continuaram e aumentaram muito o lucro dos acionistas do Porto. Dai o termo “acumulação entrelaçada” uma forma de acumulação que funciona como um sifão, centralizando recursos na mão da alta burguesia enquanto o redor perece ao abandono.

mediações que fundamentalmente permitem a operação de tão complexa e intensiva atividade industrial em um local habitado por pescadores que pescam de forma artesanal e, aos olhos do mundo capitalista moderno, rudimentar. Primeiramente, há algo de imprescindível para a massiva exploração da natureza que permite à humanidade alcançar patamares de velocidade de extração e volume de matéria extraída impossíveis em tempos antigos.

É dessa ocorrência comum herdada e mantida desde os primórdios do modo de produção capitalista que estamos a considerar como o elemento imprescindível do desenvolvimento capitalista. Esse fenômeno, bastante determinante nos processos de constituição da classe trabalhadora é precisamente a desocupação e expulsão de residentes de áreas que configurem algum interesse para a produção capitalista como a quantidade de recursos naturais, a vastidão e localização apropriadas para o desenvolvimento de alguma atividade industrial. Essa ocorrência que efetivamente extirpa os residentes consuetudinários de suas terras pode ser um processo de expulsão violento, assim como pode ser também indireto, tornando as condições de vida das comunidades em questão inviável durante o processo. Pode ser também amparado pelo braço policial e jurídico do Estado Burguês e pode também estar fora do escopo jurídico, inclusive infringido as leis enforcadas pelo Estado. Em suma, os processos de expulsão são cânones do desenvolvimento da sociedade capitalista e, portanto, estão dispostos dos meios que forem necessários desde que sejam realizados.

Por conveniência iremos tratar desse processo sob a categoria de expropriação, utilizando da discussão realizada por Marx (1983) no capítulo 24 d'o Capital acerca dos movimentos iniciais a partir do século XV de expulsão das comunidades camponesas de suas terras comunais pela intencionalidade burguesa que se constituía a época. As expropriações não só lançam uma enorme massa de pessoas ao pauperismo, indicando as massas que se tornarão trabalhadores assalariados, como concentram terras e, conseqüentemente, os meios e combustíveis da produção. Assim, podemos indicar que as expropriações não só são determinantes para a divisão específica da sociedade classista capitalista, mas também são as fagulhas que acendem a pira da acumulação capitalista.

Essa condição originária que Marx nos apresenta no capítulo 24 pode até remeter a um passado doloroso do ilibado capitalismo europeu que ousou desbravar e por a utilidade todo o resto do selvagem e indolente mundo ingovernável, mas está longe de tornar as expropriações uma questão estanque, muito pelo contrário, as expropriações se mantêm como estratégia vital do *modus operandi* do desenvolvimento capitalista e atinge graus de complexidade e amplitude em escala global e cada vez mais voraz. Tal tem sido a preocupação com essa questão que um debate recorrente na literatura marxista têm sido a análise sobre as expropriações contínuas e permanentes e a padrão de acumulação que esses processos evocam. Nessa sessão iremos focar um pouco mais em alguns deles.

Inicialmente consideremos a obra de Rosa Luxemburgo “A Acumulação do Capital”. Publicada pela primeira vez em 1913 essa obra parte do esforço de Rosa Luxemburgo, uma das mais célebres autoras da literatura marxista, em explicar as condições específicas que fomentam o processo de reprodução do Capital. A autora identifica uma necessidade constante do Capital de buscar uma forma de expansão continuada e para isso a é necessário o aumento constante do contingente de Classe Trabalhadora que, conseqüentemente, aumenta o ganho de mais-valia pelo capitalista. Com maior quantidade de mais-valia disponível o capitalista investe na ampliação de escala produtiva através desenvolvimento dos meios de produção e novamente potencializa sua extração de capital, o que é qualificado como reprodução ampliada de capital. A cíclica dessa condição se deve, portanto, a existência de um contingente alheio a sociedade capitalista que simultaneamente possa ser condicionado a ser contingente para a Classe Trabalhadora e cujo local e modo de vida possam ser apropriados de maneira violenta e metódica para o desenvolvimento dos meios de produção, que, por si só, já são essencialmente parte da Natureza. Rosa identifica esse contingente nas sociedades não-capitalistas que tiveram contato e, posteriormente, foram dominadas pelo ainda insipiente capitalismo europeu.

Por isso é que o capitalismo considera, como uma questão vital, a apropriação violenta dos meios de produção mais importantes dos países

coloniais. Como os laços tradicionais dos indígenas constituem a muralha mais forte de sua organização social e a base de suas condições materiais de existência, o método inicial do capital é a destruição e o aniquilamento sistemáticos das estruturas sociais não-capitalistas, com que tropeça em sua expansão. Isso não significa já a própria acumulação primitiva, mas seu processo continua até hoje. Cada nova expansão colonial é acompanhada, naturalmente, dessa luta encarniçada do capital contra a situação social e econômica dos indígenas que compreende a apropriação violenta de seus meios de produção e de suas forças de trabalho. (LUXEMBURGO, 1970, p. 319)

A citação de Rosa nos a dependência da acumulação capitalista por esse elemento externo que possa ser fagocitado e posto a serviço da produção capitalista. É importante denotar essa condição histórica da recorrência dos processos de Expropriação. Significa dizer que a expropriação de terras de uso comum é um catalisador do contingente proletário e apropriação (de terras, recursos hídricos, eólicos, minerais, etc), mas também é uma condição inerente da reprodução do sistema capitalista. Em suma, as expropriações são os processos em que a força de trabalho, calcada na relação direta com meio expropriado, é convertida em mercadoria ou, em outros termos, força de trabalho livre. Condição que Marx astutamente ironiza ao dizer que o trabalhador é “livre” para vender sua força de trabalho ou morrer de fome.

Se as Expropriações constituem um papel determinante na própria expansão do capitalismo há de se aperceber sob quais formas esse fenômeno aparece hoje. É pensando na condição permanente desses fenômenos que David Harvey (2003) busca sistematizar o quadro das expropriações no modelo econômico neoliberal que predomina como forma de organização e prática do capitalismo mundializado contemporâneo.

Harvey (2003), adepto à tese da de Rosa de Luxemburgo de que a expansão capitalista pressupõe a necessidade de expropriar um contingente externo, identifica que a partir dos anos 70 o Capitalismo Industrial que sustentava o modelo econômico à época sofre com dificuldades de expansão²⁸ gerando a necessidade de buscar novos contingentes expropriáveis, bem como a necessidade de novos mercados. É assim que se inicia o período de gestão

²⁸ Crise de superacumulação

neoliberal que o autor qualifica como o mais significativo período de massivas expropriações pontuando que muitos dos fenômenos observados por Marx (no capítulo 24 sobre a acumulação primitiva) e Rosa (em seu célebre trabalho sobre a acumulação capitalista) permanecem como constantes nos processos de Expropriação, metamorfoseados pelas especificidades desse tempo histórico. Em suma, a Expropriação evidente na gestão neoliberal não configura segundo Harvey, um processo destacadamente novo, mas sim que tal dinâmica complexificada concretiza um *modus operandi* de amplo alcance e extensão.

Alguns dos mecanismos da acumulação primitiva que Marx enfatizou foram aprimorados para desempenhar hoje um papel bem mais forte do que no passado. O sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram, como Lenin, Hilferding e Luxemburgo observaram no começo do século XX, grandes trampolins de predação, fraude e roubo. A forte onda de financialização, domínio pelo capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973 foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório. (HARVEY, 2003, p. 122).

A citação do autor discorre apenas sobre um exemplo do arroubo neoliberal, mas nos oferece o contraste entre as velhas formas que sustentaram os processos de expropriação primevos e as novas formas fortalecidas que sustentam os processos contemporâneos. Harvey desenvolve sua argumentação a partir dessas relações identificando o atual período como o período da acumulação por espoliação, cuja dinâmica elementar reside na utilização de práticas históricas aperfeiçoadas pelo modelo de gestão neoliberal. O autor cita algum dos pilares centrais oriundos da síntese entre elementos antigos e modernos, como as privatizações, a financeirização, a gestão e manipulação de crises e a redistribuição de terras pelo Estado.

A tese da acumulação por espoliação de Harvey é bastante perspicaz na atualização do quadro da acumulação capitalista contemporânea e sua subsequente necessidade programática de contingentes expropriáveis, mas ainda não atém diretamente a volatilidade dos processos de expropriação. Fato é que o Capital não apenas lança mão dos processos de expropriação como ato originário de expulsar determinado contingente de suas terras e convertê-lo

em classe trabalhadora, mas também opera no sentido de continuamente criar o contingente “externo” a ser expropriado. De maneira que a condição de Expropriação não apenas existe como uma prática determinante no englobamento de contingentes pré-capitalistas ou menos desenvolvidos pela sociedade capitalista, mas também reconverte elementos já presentes na sociedade capitalista em contingente expropriáveis

As expropriações contemporâneas tornaram-se extremamente agressivas e revelam-se potencialmente ilimitadas, ainda que colocando em risco a existência humana. Evidenciam que a própria dinâmica capitalista impõe converter características humanas, sociais ou elementos diversos da natureza em formas externalizadas à existência humana, erigindo-as em barreira ao capital de maneira a elaborar um discurso da urgência, moldar argumentos de persuasão e, finalmente, consolidar apetrechos coercitivos para destruir/expropriar tais características, apropriando-se de novos elementos, seja para monopolizá-los, ou para produzir novas atividades capazes de produzir valor, resultando numa mercantilização inimaginável de todas as formas da vida social e humana. O fato, porém, de cindir, de externalizar tais características, não significa de forma alguma que tais elementos expropriados não sejam plenamente integrantes das condições sócio-humanas da existência (FONTES, 2010, p. 59)

A citação de Virginia é reveladora, pois evidencia como a Expropriação no sistema capitalista está cotidianamente presente convertendo e reconvertendo elementos da vida concreta em situações de Expropriação. Esse processo que se efetiva tanto objetiva quando subjetivamente sob a classe trabalhadora aumenta drasticamente a pauperização da mesma, além de fomentar sentimentos de desunião e individualidade.

.Através do diagnóstico dos processos de estranhamento da natureza a partir das categorias de Expropriação e Acumulação é possível traçar dois desdobramentos valiosos que nos ajudarão a identificar o desenho da tratativa do Meio Ambiente enquanto um objeto teórico e prático das ciências humanas e naturais. O primeiro o estranhamento do trabalho propriamente resulta no estranhamento do homem de sua própria condição determinante, a capacidade de produzir si próprio seus próprios meio de sobrevivência.

Assim, dado a dinâmica do metabolismo social em que o estranhamento do trabalho é via de regra, a privação do humano da Natureza se manifesta também sobre as relações dos sujeitos sensíveis, isto é, na

relação entre o humano e a natureza enquanto um objeto passível da análise, da afeição e da interação humana de caráter múltiplo (Arte, Ciência, Lazer, etc). Afinal, as atividades humanas estão subsumidas à primazia da produção capitalista. Alienadas suas vontades pela incessante voracidade pelo lucro, alienada sua produção pela inchada economia capitalista, o trabalhador está desconectado de seu meio natural. Suas formas de reconexão com a natureza estranhada apriorística estão fadadas ao grosso gibão da sociedade de mercado. Na sociedade capitalista, a experiência mínima de auto realização está por trás de uma parede de dinheiro e, portanto, configuram um privilégio de classe. Primeiro porque a esmagadora maioria dos humanos enfrenta cotidianamente um “meio natural”, se pudemos conceber o espaço em que vivem e trabalham com tal, profundamente marcado pela ação antrópica da sociedade capitalista ao ponto de tais lugares sejam radicalmente diferentes, por vezes completamente opostos, ao que se compreende popularmente como natureza. Segundo porque aquilo que remotamente remete a uma atividade de conexão com a natureza é vendido pelo mercado como uma experiência aventureira que fetichiza a natureza como uma maravilha remota, longínqua e exotérica, uma verdadeira “experiência natural”. E assim são poucos os horizontes de intervenção nos locais em que a esmagadora maioria da população habita e locais como a Barra do Riacho, dotados de rica biodiversidade, são continuamente explorados, daí o título que Vieira escolhe para um artigo realizado em 2016 sobre a pesca artesanal na região: “Zonas de Sacrifício”.

O segundo desdobramento remete propriamente às formas de controle e gestão que são criadas sobre os recursos naturais. Se uma determinação cabal da relação entre humano e a natureza é a já supracitada condição de alienação, as intervenções gerais causadas pelas sociedades capitalistas industriais e seus modelos organizativos visam propriamente a apropriação de todos e quaisquer recursos naturais com o fim último de servir de meio e combustível para a produção capitalista e, portanto, requerem a necessidade de um aparelho burocrático capaz de legitimar a intervenção nas mais diversas formas e amplitudes sobre o meio natural independente do grau de importância biológica, cultural e social que o local determinado apresenta. Esse poder para

tanto se perpetua através da hegemonia do Estado burguês e da soberania da economia de mercado que transforma as invaluáveis riquezas terrestres em um verdadeiro balcão de negócios. Essa é a pedra angular da relação entre a natureza e o paradigma produtivo da sociedade capitalista, os ciclos de gestão, movimentação, consumo e produção baseado na extração de recursos naturais atingem níveis de complexidade e velocidade incomparáveis e para isso, do outro lado da equação, aumenta-se consideravelmente o ritmo da entropia natural e coloca-nos, reféns de todas as nossas coisas, à possibilidade de extinção.

A discussão em torno desse objeto se torna constantemente tensionada pelo paradigma produtivista, a Natureza aos olhos do mercado acaba por perder qualquer sentido concreto, transforma-se numa grande geléia de recursos, supostamente inesgotáveis se mediados pela tecnologia e pela ciência²⁹ (FOSTER, 2022). Em suma, apropriação privada da natureza gera uma centralização dos recursos naturais gerais sob forma de recursos para produção. Vieira (2006) novamente narra um acontecimento que ressoa em nossa discussão

Um momento de protesto aconteceu durante a festividade anual que ocorre em Barra do Riacho - "Festa dos Pescadores Artesanais". No ano de 2011 a ASPEBR ergueu uma grande faixa na entrada na festa com os dizeres: "Na festa dos pescadores a Fibria não é bem vinda por não respeitar os seus direitos". Nessa festa, a entrada é um quilo de alimento que depois é transformado em cestas básicas para as famílias dos pescadores. A ocasião festiva não impediu também de ser um momento de protesto contra uma empresa que há décadas prejudica sua cultura, inviabilizando seu modo de viver, tentando decretar sua extinção (VIEIRA, 2012, p. 82).

O maior bem coletivo da humanidade, nosso próprio planeta, é gerenciado por uma minoria de capitalistas detentores dos meios de

²⁹Ainda que como Leff (2006) demonstre essa idéia seja anticientífica, pois o paradigma produtivista do sistema capitalista desconsidera leis básicas como por exemplo, a entropia dos recursos naturais. A observação de Leff é interessante, mas incompleta, não se trata de uma rejeição inconsciente do sistema capitalista das assim chamadas leis naturais, mas sim de uma transmutação do meio natural, objetivo e concreto, em uma zona de mercado que deve ser quantificada de acordo com as necessidades supramateriais criadas pela abstração da ideologia capitalista independente de qualquer lastro material.

apropriação e manejo dos recursos naturais. Nessa equação existe um lado especialmente fragilizado, o das comunidades que vivem tradicionalmente da terra. Como na Barra do Riacho, comunidades ao redor do mundo são lançadas num processo contínuo de expropriação que solapa as condições de vida objetiva e desmoraliza o modo de vida singular desses grupos

A distinção entre desenvolvimento capitalista e a situação cada vez mais miserável da população trabalhadora é de certo uma contradição inerente do modo da produção, mas há expoentes desse tipo de processo que necessitam de análises dedicadas justamente pela riqueza de elementos do processo concreto de expropriação e pauperização da população da totalidade do sistema capitalista atuando sob determinados contextos também dotados de conjunturas únicas. Por isso, o próximo e derradeiro capítulo tratará de traduzir as tendências globais apresentadas aqui tais qual elas aparecem no território da Barra do Riacho.

Capítulo 4. DE VOLTA À BARRA

Após apercebermos as tendências gerais acerca de debates importantes para a análise do contexto problematizado concluiremos este trabalho dando ênfase às questões particulares na Barra do Riacho que estão intimamente ligadas aos movimentos globais mencionados no capítulo anterior.

Para a realização dessa tarefa iniciaremos pela discussão das questões imediatas causadas sobre meio biótico, geográfico e social da Barra do Riacho oriundas do impacto da operação industrial e portuária na região. Por fim, discutiremos a emergência de novos projetos marítimos e portuários na região e como essas novas empreitadas, se realizadas, afetarão mais propriamente no modo de vida da comunidade local no que concerne a sua organização política e laboral.

Ao propormos a discussão das particularidades que permeiam o contexto analisado não significa que com isso esse contexto torne-se isolado, descolado das tendências gerais analisadas. Por isso, ao discorrermos sobre os efeitos imediatos e específicos ululantes na Barra do Riacho, sobretudo aos que concernem a impactos ambientais causados sobre a paisagem, não podemos incorrer na sublimação dos efeitos acima das causas. Na verdade, a tentativa de analisar as particularidades correntes na Barra é justamente a tentativa de traduzir as contradições do desenvolvimento capitalista global sobre um território específico. Sobre esse movimento vejamos a posição do geógrafo marxista Ruy Moreira:

Cada ponto da superfície da Terra, assim como cada fenômeno ou cada coisa ou objeto, reúne singularidades e universalidades com outros pontos. A questão resume-se a evidencialidade da particularidade nos espaços geográficos. Como procedê-la? O marxismo responde com a síntese triádica do singular-universal-particular que é próprio do enfoque dialético. Enfoque característico do marxismo, aplica-se igualmente à geografia. Uma vez localizados e distribuídos, e assim definidos para o fim da focalização das singularidades, os objetos da paisagem são comparados, em benefício da universalidade. Isola-se em cada um deles o que têm em comum, dispensando-se neste momento o que cada qual tem de específico. A reunião dos traços comuns leva à universalidade. Produzida a universalidade, volta-se aos aspectos específicos dos objetos individuais, de modo a isolar-se agora o que é peculiar, produzindo-se assim a singularidade. A conjunção da universalidade e da singularidade no objeto leva à particularidade, entendida como a síntese dialética do

Assim sendo, o objetivo desse capítulo derradeiro é conectar as tendências globais aos fenômenos particulares correntes no município de Aracruz, em especial na região da Barra do Riacho. Para tanto, não haverá divisão entre os impactos propriamente bióticos e os impactos que incidem mais socialmente sobre a comunidade, pois avaliamos que a separação desses impactos em duas esferas distintas gera a perda da conexão intrínseca entre eles. A título de facilitação da compreensão dos impactos elencados iremos destacar os casos emblemáticos que, de acordo com sua significância, exprimem a situação paradoxal entre o pleno desenvolvimento industrial da região e a degradação socioambiental cada vez mais rompante.

4.1 Levantamento de Impactos

4.1.1. O Rio Riacho e o Canal Caboclo Bernardo

A primeira grande modificação no meio biótico causada pelos empreendimentos na região foi a captação de recursos hídricos para utilização da Aracruz Celulose em sua planta industrial. Se as grandes matas de eucalipto que renunciavam a operação desse empreendimento e representavam um elemento completamente exógeno ao meio local já mostravam a voracidade dessa atividade industrial que se inaugurava foram as ações de captação hídrica que demonstraram que os empreendimentos da região se limitariam a agir apenas em suas áreas legalmente constituídas.

A captação de alto volume de recursos hídricos é essencial para a produção de celulose, pois esse tipo de mercadoria necessita ser lavado diversas vezes durante seu beneficiamento justamente por conta da quantidade de elementos químicos usados no processo de aglutinação e branqueamento da celulose. Assim, a implantação da fábrica próximo à foz do

Rio Riacho como já antecipamos no primeiro capítulo faz parte da programação estratégica que regeu a concretização desse empreendimento.

Santana (2018) define dois momentos principais na captação de recursos hídricos, outrora de uso comum, para uso privado da empresa. O primeiro momento compreendido entre as duas primeiras décadas de operação da empresa e é marcado pela “criação de barragens e a detenção de vários córregos da região” (SANTANA, 2018, p.63) O segundo momento é justamente através da construção de comportas na foz do Rio Riacho a serem operadas exclusivamente pela empresa controlando o fluxo de água do rio, importante notar que tais obras foram acompanhadas de um desvio do curso natural do rio, construindo um amplo canal que liga o Rio Riacho ao Rio Doce, aumentando a vazão fluvial e possibilitando a construção de um canal interno da empresa que recebe diretamente parte do fluxo desviado. Esse canal que, como já vimos, recebe o nome de canal Caboclo Bernardo passa as margens da comunidade e desemboca na praia das conchinhas, praia que faz divisa com a instalação portuária Portocel.

Como Vieira (2012) demonstra, a construção de um canal que transpusesse as águas do Rio Riacho e seus afluentes mais próximos se tornou uma prioridade para a Aracruz Celulose com a inauguração da “Fábrica C”, sua terceira planta produtiva, no final da década de 90. Tal empreitada seria concretizada com a construção do Canal Caboclo Bernardo em 1999, sendo este um Canal de 22km de extensão que atravessa o Rio Riacho e seus dois afluentes principais, Rio Comboios e rio Gimuhuna (inclusive invertendo o curso natural desse ultimo) rumo ao Rio Doce. A água do Rio Doce é então bombeada através desse canal e armazenada nos reservatórios da empresa. Bem próximo a foz do Rio Riacho fica a estação elevada onde estão presentes quatro comportas mecânicas operadas exclusivamente pela empresa controlando tanto o fluxo de bombeamento da água do Rio Doce quanto o próprio fluxo, não mais tanto natural, do Rio Riacho. A geógrafa Marilda Maccari explica como funciona a operação do Canal:

A Barra do Riacho é vizinha imediata da planta do complexo fabril celulósico e está cercada por grandes extensões de plantio de eucalipto. Encontram-se em estado de degradação os cursos d'água e as nascentes do povoado e de seu entorno. Na foz do rio Riacho, depois da construção do canal

Caboclo Bernardo, verifica-se o que os pescadores chamam de “fechamento da boca da barra”. Essa redução do fluxo de água do rio Riacho (utilizado como canal) em decorrência de seu desvio a partir do sistema de inversão do fluxo do seu afluente, o rio Gimuhuna (nas proximidades do povoado de Barra do Riacho), comprometeu a dinâmica da foz, cujo controle morfológico se dá agora pelo domínio da ação das ondas do mar. No local, é possível observar claramente o intenso desequilíbrio dos processos deposicionais e erosionais entre o rio e o mar na foz do Riacho. Observa-se ainda um movimento de migração rápida dos bancos de areia, motivada pela energia das ondas. Em poucos dias, e, até mesmo em questão de horas, muda-se completamente a configuração da chamada “boca da barra”. Com esses problemas, as embarcações de pesca artesanal (recurso tradicional de sobrevivência da comunidade pesqueira local) não conseguem chegar ao mar, nem retornar de lá nos períodos de maré baixa. Esse fato impõe a diminuição das horas de pesca, agora determinadas pelas marés, isso quando os pescadores não são surpreendidos pelo total fechamento da foz. (MACCARI, 2010, p.16)

Através do controle desse canal a empresa afeta determinante a vida e a prática de trabalho dos moradores da comunidade como a citação de Santana evidencia.

“A ação de captação dos recursos hídricos pela Fibria através do canal Caboclo Bernardo trouxe uma série de problemas para a comunidade pesqueira de Barra do Riacho, considerando que a empresa se apropria da água que deveria passar pelo rio Riacho e desembocar no mar, aprisionando-a em suas comportas. Esse processo gera o fechamento da boca da barra, a foz do rio, quase cotidianamente, o que prejudica diretamente os pescadores, impedindo que eles possam sair de barco para o alto mar na busca de realização das suas atividades” (SANTANA, 2018, p. 73).

O processo de criação do Canal Caboclo Bernardo é outro contundente exemplo da facilitação do Estado para com as forças econômicas dominantes. A necessidade urgente da empresa de sustentar mais uma planta produtiva na região fez com que o processo de criação e construção do canal fosse completamente tratorado. Vieira (2012) comenta que tal processo fora realizado em parceria com a prefeitura de Aracruz e Linhares (município onde o Rio Doce fora intercedido), mas que as obras foram iniciadas sem a confecção de RIMA/EIA ainda que estudos preliminares demonstrassem a possibilidade de impacto direto na Pesca Artesanal.

As evidências que os impactos sobre as comunidades a margem do canal se tornaram imensas a partir do início das operações. A comunidade indígena de Comboios e a comunidade da Barra do Riacho relataram

problemas similares: dificuldade de acesso ao mar, alagamento de áreas atracáveis, resíduos industriais trazidos através do repuxo do canal e desaparecimento de locais de pesca de água doce no Rio Riacho. A empresa chegou a ser obrigada a pagar reparações as comunidades e fazer os relatórios de impacto ambiental propriamente tal como manda a lei, mas essa decisão foi ultimamente revogada.

Nessa última ação movida pelo MPF, a Fibria entrou com um recurso justificando que não havia danos comprovadamente provocados pelo Canal Caboclo Bernardo na bacia do Rio Riacho, que justificasse a elaboração de EIA/RIMA. O Tribunal Regional Federal decretou uma sentença que suspendeu a obrigação da elaboração do EIA/Rima, após pedido da empresa, com isso, atualmente o processo encontra-se pendente. Atualmente, a Fibria não paga nenhum centavo para captar água do Rio Doce, para seu benefício. (VIEIRA, 2012, p. 71)

E assim segue até hoje a situação do controle dos recursos hidrográficos da região. O Canal Caboclo Bernardo que, como já vimos, fora obra na época anunciada inclusive como um benefício para a comunidade e carregando um nome simbolicamente relevante para a cultura norte capixaba acaba por ser uma prova cabal da gestão destruidora de recursos naturais operada por comportas tecnológicas que podem ser abertas remotamente, mas são de controle apenas da empresa, ressaltando ainda o caráter privatista da inovação tecnológica supostamente benéfica a toda sociedade.

Por ironia do destino, foi ainda através do Canal Caboclo Bernardo que, há sete anos, a lama do crime ambiental da Samarco ocorrido com o rompimento da barragem de Fundão em Mariana – MG. Fato derradeiro para que desde então a proibição da pesca fosse decretada na região.

4.1.2. A cultura do Eucalipto

Além do controle estabelecido diretamente sobre o trecho de rio que conecta a comunidade ao mar, outro fator que gera a depleção de recursos hídricos em Aracruz, e esse impacto se expandem para outras regiões do norte capixaba, é a cultura do Eucalipto, considerado um tipo de plantação que

esgota amplamente os recursos minerais e hídricos presentes no subsolo, tornando a região não apenas mais árida como também o solo infértil.

A questão da depleção de recursos naturais causadas pelo eucalipto tem sido tema de debates ferrenhos entre os especialistas e técnicos ambientais. Duarte (2004) produz um resumo sobre essa questão. O autor aponta que os críticos a cultura massificada de eucalipto apresentam suas críticas argumentadas geralmente da seguinte forma:

Em síntese, os efeitos ambientais adversos do plantio de eucalipto mais ressaltados por aqueles que se posicionam contrariamente a ele são: a retirada de água do solo, tornando o balanço hídrico deficitário, com o rebaixamento do lençol freático e até o secamento de nascentes; o empobrecimento de nutrientes no solo, bem como seu ressecamento; a desertificação de amplas áreas, pelos efeitos alelopáticos sobre outras formas de vegetação e a conseqüente extinção da fauna; a ocupação de extensas glebas de terra, que poderiam estar produzindo alimentos; a criação de empregos apenas durante a implantação do plantio, mesmo assim para mão-de-obra desqualificada, com baixos salários, e o estímulo ao êxodo rural e o conseqüente inchaço das metrópoles. (DUARTE, 2004, p. 9)

A produção de eucalipto no município de Aracruz especificamente tem sido amplamente discutida. Tal ocorrência é narrada com preocupação por autores como Gomes (2019), Santana (2018), Vieira (2012), Loureiro (2016), entre outros.

A preocupação com essa questão aponta para a tendência monopolizante de grandes porções de terra para a produção de eucalipto. A dificuldade de alternância de culturas e o estado de depleção do solo, ainda que seja tema de controvérsia, faz com que uma vez encerrada o ciclo produtivo de eucalipto em determinada região esse local fica praticamente abandonado. Não é a toa que a monocultura de árvores de intenso consumo de recursos hídricos e minerais tem sido chamada de “Deserto Verde”.

Para circular essa situação e manter a aparência de um plantio eco consciente pela empresa o artifício utilizado para justificar as grandes áreas férteis conquistadas e mantidas produtoras de eucalipto até seu esgotamento pela antiga Aracruz Celulose fora atrelar a produção dessa matéria prima a

supostos esquemas de reflorestamento. Como Loureiro (2016) narra, umas das primeiras subsidiárias criadas pela Aracruz Celulose fora a Aracruz Florestal, responsável justamente pelo plantio de eucalipto em áreas de “recuperação”. Vieira (2012, p.33) expande:

O discurso do “reflorestamento” é usado até o presente momento pelas empresas e pelo estado, com a pretensão de mascarar os verdadeiros impactos gerados com a introdução do monocultivo de árvores em larga escala, ignorando a diversidade de espécies vegetais e animais que uma floresta possui. O que se constata em meio, por exemplo, a uma área extensa ocupada por uma única espécie de eucalipto é a não presença de diversidade tropical de vida da flora e fauna como da Mata Atlântica, que se pressupõe existir em uma floresta e sim de uma reserva de matéria prima industrial para abastecer um complexo fabril-celulósico.

Face ao egoísmo corporativo que domina e hegemoniza as atividades econômicas na região da Barra do Riacho, a comunidade fica privada inclusive de produzir para sua própria existência. Esse é o grau e a extensão da Expropriação enquanto um mecanismo de reconversão de contingente explorável que Virginia Fontes (2010) aponta.

A comunidade da Barra do Riacho não tem apenas a realização de sua tradicionalidade dificultada pela ação dos megaempreendimentos na região como têm também as possibilidades de emancipação dessa situação estreitadas de maneira que a conversão desses grupamentos em contingentes proletarizados e precarizados torna-se cada vez mais frequente e amplamente realizada. Nesse embate, as comunidades tradicionais extremamente constringidas não são passivamente impactadas, há resistência e luta contrária a completa devastação de seus modos de vida, tal é o caso da luta das mulheres indígenas Guarani, vizinhas da comunidade da Barra do Riacho, no norte capixaba contra a monocultura de eucalipto como demonstra Ferreira e Barcelos

Uma das características essenciais dessas populações é a sua capacidade de resistência. Articuladas a outros movimentos, como a Via Campesina e a Rede Alerta contra o Deserto Verde, são protagonistas do maior movimento socioambiental do Espírito Santo, realizando inúmeras ações de enfrentamento ao agronegócio da monocultura de eucalipto. [...] As

mulheres, por sua vez, buscam assumir, cada vez mais, o seu lugar nesse processo de luta. (BARCELOS, FERREIRA, 2011, p. 72)

A resistência popular organizada permanece como o maior e mais contundente movimento contrário a devastação socioambiental, enquanto os Estados e o alto ecologismo perpetuam essa lógica tacanha de apropriação privada e expropriação das comunidades tradicionais.

4.1.3. A Praia das Conchinhas

Um dos casos mais emblemáticos dos impactos causados pelas empresas na região, sobretudo pelo setor portuário é a degradação das praias da Barra do Riacho. A navegação de grandes embarcações na região revira o mar próximo da costa, afastando as espécies de pescado que as famílias pescadoras, em especial as mulheres e as crianças, pescam através de tarrafas lançadas na beira da praia.

Mas o principal fator de degradação das praias foi a própria expansão ao longo dos anos do complexo portuário da Barra do Riacho. É importante notar que a parte norte da comunidade é banhada pelo Rio Riacho, já as praias se concentram mais ao sul da Barra, onde, por consequência, estão instaladas as dependências do Porto da Barra do Riacho. Com o tempo a expansão dos terminais de uso privado foi acompanhando o contorno da costa de Aracruz expandindo para a região de Santa Cruz. No entanto, o projeto Portocel II destoou dessa tendência e capturou as últimas área de praia com balneabilidade na Barra do Riacho. A primeira parte da expansão do Portocel, a construção de um terminal de barcas que já foi concluída e está em operação marcou a acentuação desse processo, como narra Vieira (2012).

A expansão do Portocel de fato demonstra a total hegemonia do complexo de celulose sobre a região. É uma obra que literalmente expande para um limite ocupado, tomando cada vez mais faixa de areia e locais de pesca da comunidade. O fato de ser um planejamento longo de obras de alto impacto espalhadas em três fases distintas possibilita a adesão de novas estratégias de captura de mais terreno e recursos conforme a obra avança, tal é o caso que o último termo de referência adido ao EIA Portocel II diz:

Neste mesmo sentido, verifica-se que a praia da Conchinha se mostra como a última praia viável na localidade de Barra do Riacho para utilização recreacional, de balneabilidade, contemplativa e de práticas desportivas pela população local. Diante disso, é de nosso entendimento que o PROJETO PORTOCEL II interfere negativamente nestes aspectos e que a praia deve ser mantida em sua íntegra de forma a preservar este local para os diversos usos da população. (IEMA, 2016, p.8)

A preocupação levantada pelo IEMA em relação a praia das Conchinhas aponta no sentido da perda desse ultimo local significativo para a comunidade; Esse termo de referência elaborado para a consulta pública referida no capítulo anterior causou um efeito interessante no planejamento da empresa. A inclusão da Praia das Conchinhas nas obras de reparação de impactos socioambientais causados pela expansão do Portocel. Em citação que vimos anteriormente a responsável pela empresa declara sobre a praia das conchinhas “a ideia da criação de nova Praia Conchinhas urbanizada, com área de 73.000m², faixa de areia de 200m” e também diz “que a empresa visa compartilhar a riqueza e progresso com os vizinhos, as comunidades” (IEMA, 2016, p.2). Nem na fala da representante e nem na fala do IEMA é dito sobre os danos diretos infligidos à pesca de tarrafa na beira da praia, há um apagamento completo desse vínculo de trabalho da região, como se a pesca tradicional não fosse de fato o que confere a tradicionalidade a esses grupos, mais uma etapa da expropriação do sentido do trabalho desses grupamentos.

A situação criada em torno da manutenção da Praia das Conchinhas demonstra a discrepância entre o garantia dos direitos das comunidades tradicionais e a disposição “modernizadora” das empresas de realizar esses processos. Esse local, emblemático por ser território da tradicionalidade de comunidades pesqueiras, é relegado pela empresa a um mero terreno atrasado, murcho, necessitado do crivo da sociedade moderna para ser posto a uso. “Algo semelhante foi feito no Porto de Roterdã” (IEMA, 2016, p.2) diz a representante.

4.1.4 As Áreas de exclusão da Pesca

Outro tipo de impacto muito presente na região da Barra do Riacho e que tange diretamente a atividade portuária e a criação de áreas de exclusão de pesca e navegação. A existência dessas é garantida por lei e, teoricamente, serve tanto para impedir a circulação de embarcações menores que podem ser atingidas por navios e barcas ao redor de instalações marítimas como também para garantir a preservação de espécies impactadas pela instalação dos portos. Não há nada mais irônico que controlar a pesca artesanal, diretamente onerando o pescador, para mitigar o impacto causado pela instalação de um grande empreendimento marítimo industrial.

Esse é o caso que vem acontecendo na região, sobretudo após a implantação do estaleiro Jurong, Nutripetro e TABR. Primeiro por conta da portaria MD nº 30/dpc, de 30 de março de 2005, que determina zona de exclusão de pesca e tráfego de embarcações num raio de 500m de plataformas de petróleo e gás, modal operacional desses terminais. Segundo porque para implantação do Estaleiro Jurong a manutenção e subsídio de duas unidades de conservação por parte da empresa foram colocados como condicionantes do projeto, tais unidades foram criadas sobre áreas de pesca usadas há muito tempo pela comunidade local, são elas: o Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) de Santa Cruz e a Área de Proteção Ambiental (APA) Costa das Algas. Como demonstra Pimenta (2018), A criação das reservas ambientais data de 2010 e suas áreas constituídas se estendem pela costa dos municípios de Fundão, Serra e, majoritariamente, Aracruz, o acordo com a Jurong prevê que a empresa fica responsável pela fiscalização, junto ao IBAMA, e promoção de ações educativas a respeito da importância da reserva biológica.

Do ponto de vista ecológico, a criação desse tipo de reserva é de fato muito importante para a sobrevivência de espécies de fauna e flora ameaçadas na região, mas observemos essa questão por uma perspectiva sistêmica. A legislação a respeito de Unidades de Conservação – UC's versada sobre a lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 diz sobre a presença de comunidades tradicionais

IX - considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais;

X - garantam às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos;

XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente (BRASIL, 2000, online)

A própria lei que regulamenta a criação de UC's diz que as comunidades tradicionais viventes em áreas que se tornarão reservas devem participar da criação e manutenção desses espaços e devem, inclusive, serem reparadas economicamente caso se torne insustentável a realização de práticas tradicionais dentro dos espaços constituídos.

Na prática o que vemos é a criação de UC's como mecanismos compensatórios de impactos de grandes empresas. Acordos públicos-privados costurados a portas fechadas, muito longe dos locais que virão a ser protegidos e sem o pleno envolvimento das comunidades locais. Assim foi o caso da criação dessas duas UCs em Aracruz, como narra Pimenta (2016):

[...] a criação das unidades de conservação não só ajudaria no empenho de ambientalistas em proteger a área da exploração do setor empresarial como também contribuiria para a causa dos pescadores artesanais em restringir a área de pesca apenas para as modalidades tradicionais, impedindo a pesca de grande escala e mecanizada por parte de grandes embarcações provenientes do sul e norte do Espírito Santo, e também de outros estados. No entanto, mesmo depois do entendimento de ambos os lados, pescadores e órgãos ambientais, o processo só foi apoiado e viabilizado pelo governo estadual após mudanças feitas para que ele ficasse compatível com a intenção do empreendimento do Estaleiro Jurong Aracruz (EJA). (PIMENTA, 2018, p. 91)

A ocorrência relatada pela autora elucida o *lobby* que domina a processualidade legal sob as questões referidamente ecológicas. Tal como observamos nas discussões internacionais a respeito dos custos da questão climática e da degradação ambiental no planeta a gestão estatal de recursos ambientais veste o véu da garantia de direitos e da proteção do ambiente e das

comunidades tradicionais enquanto atua ativamente na manutenção da hegemonia econômica promovendo reformas supostamente ecocentradas, mas que na verdade são reformas pró-capital. A implantação da Jurong foi um fato que gerou muita resistência da comunidade pesqueira preocupada com a velocidade e a forma que o empreendimento foi realizado.

O Sr. J P diz que já tem mais de vinte anos com esse mesmo modelo; quanto ao Jurong, a COPALA não funciona porque o lema não faz as reuniões. Que o Governo do Estado não pode alegar falta de dinheiro para não cumprir sua parte. Que mais de 80% dos impostos de Aracruz vem da Orla. Fala da falta de somatização dos impactos dos empreendimentos na orla. Que a Jurong se instalou de qualquer forma, à revelia da parte técnica do lema e da população. Diz que a mão de obra local não é aproveitada. (Relativo a fala de Morador da Barra do Riacho, Termo de Referência da consulta pública sobre a Portocel II – IEMA, p.8)

Para as comunidades o que resta é a promessa de melhora futura, seja por reparações garantidas com muito custo e muita luta política em processos litigiosos³⁰ ou por elevação das condições de vida através da entrada desse contingente na “civilização”, o que, na prática, como propõe a discussão desse trabalho, na verdade se configura numa expropriação de suas terras e de sua tradicionalidade. Pimenta complementa.

Vemos que ambos os projetos se concretizaram e vivem transmitindo uma ilusão de bom convívio. A construção da Jurong nas imediações da Barra do Riacho, mesmo trazendo impactos negativos, se efetivou, e ela ainda não colocou em prática todas as medidas compensatórias previstas em sua instalação. Assim como as duas UC's também se tornaram realidade, porém no entorno de diversos empreendimentos que podem estar gerando impactos negativos ao ambiente que pretensamente seria protegido. (PIMENTA, 2018, p.100)

³⁰Em Novembro de 2022 ainda não havia acordo entre o ministério público de Minas Gerais e Espírito Santo com a junta comercial das empresas Vale/BHP/Samarco a respeito das reparações a sociedade pelo rompimento da barragem de fundão em Mariana. As empresas não aceitam pagar mais do que 70% do valor mínimo estabelecido no processo de levantamento de danos (155 bilhões de reais). Os atingidos sequer sabem a parcela dessa eventual reparação que será destinada a eles, já a perda imaterial é irreparável.

É necessário que reforcemos essa característica paradoxal da relação entre o Estado e o empresariado. Como vimos na discussão proposta anteriormente, a centralidade da garantia de direito da propriedade privada está articulada com a própria natureza do Estado e a partir disso a alta burguesia capaz de acessar a burocracia estatal convertendo esse aparato num ótimo mantenedor da hegemonia social na sociedade capitalista. No entanto, os métodos de exercer poder sobre as classes subalternas através da ação combinada do Estado nem sobre é sob os arquétipos legais da burocracia estatal. O que há é necessariamente um esforço corrosivo das relações sociais não mediadas pelo Capital. É o que Lowy diz ao defender que uma sociedade verdadeiramente ecocentrada deve ser radicalmente ética no sentido das relações humanas, segundo entre a sociedade do Valor e a proposta de uma sociedade democrática, como a democracia liberal “há a antipatia, no sentido antigo, alquímico, do termo: falta de afinidade entre duas substâncias” (LOWY, 2014, -p.63)

4.1.5. O cordão de empresas

Para quem chega a Barra do Riacho vindo do sul do estado, do sentido de Vitória, precisa antes passar pela sede da Suzano para entrar na comunidade. Os grandes portões de ferro da empresa contrastam com o clima pacato da região. A medida que se entra na comunidade e se mira horizonte há duas paisagens possíveis. De um lado, o canal de águas barrentas que se encontra no mar numa faixa de areia que muitos se esforçariam em chamar de praia. Do outro lado, o desenho urbano da Barra cercado ao longe por enormes construções que circulam o espaço. No ar, o cheiro de enxofre, material químico muito usado no beneficiamento de celulose, preenche as narinas. Na torneira a água é turva e o cheiro e o gosto compatíveis com o cheiro no ar³¹.

Esses efeitos, ainda que não sejam tão visuais quanto os outros narrados, são com certeza questões emblemáticas da vida cotidiana da Barra do Riacho. Lidar com a sombra e o rastro dos empreendimentos da região é o

³¹A percepção desses fenômenos é a partir da experiência de trabalho de campo e reconhecimento da região realizados pelo autor desde 2016.

ingrato trabalho da população que não enriquece com essas magnânimas instituições.

4.2 Do presente ao futuro da Barra.

4.2.1 Resistência e Organização Civil

Os impactos levantados na primeira parte desse capítulo demonstram a incomparável situação entre o modo de vida tradicional da comunidade pesqueira e paulatina exploração da região através dos empreendimentos estabelecidos na Barra, mas os impactos por si só não exprimem a totalidade do complexo retrato socioeconômico da Barra do Riacho.

É importante que ressaltemos que as mudanças ocorridas na região são fruto de movimentações dinâmicas resultantes da ação de diferentes forças que ocupam a região. Nesse sentido, seria raso indexar à Barra do Riacho um status de terra arrasada, na verdade, a ação de dominação do Capital sobre uma comunidade tradicional não é efetivado na aniquilação completa desses grupos, embora esse seja uma opção recorrente na história, mas sim na integração sujeitada da comunidade ao poder privado atuante na região.

Na Barra o que vemos é uma síntese entre o tradicional e o moderno. As sucessivas investidas dos empreendimentos aos recursos naturais da região geraram inúmeros processos de reparação que, como já mostramos, ocorrem em descompasso com as necessidades reais e imediatas da comunidade, mas que com certeza “melhoraram” a infraestrutura da região no sentido de obras modernizadoras e na construção de aparelhos públicos através de parcerias público-privadas em que o Estado praticamente transfere a gestão pública para os empreendimentos atuantes na região.

A fundação Renova, criada pela Samarco praticamente para “arrumar a bagunça” causada pelo rompimento da barragem de Mariana – MG, recentemente iniciou os estudos técnicos para reparação dos danos causados concomitante a discussão com os governos estaduais do ES e de MG. Um

acontecimento interessante na efetuação desses estudos presente no Diagnóstico do turismo, cultura, esporte e lazer realizado por essa instituição é que em determinada reunião com a comunidade para a apresentação de propostas mitigadoras fora levantada a seguinte questão: “Nota-se uma preocupação com o maior grupo dos atingidos que são os pescadores. No entanto essa preocupação se restringe a manutenção da indenização por parte da Fundação Renova” (RENOVA, 2017, p.94)

Ainda que ocorra um amplo domínio da esfera privada sobre os recursos naturais da região e uma condição econômica hegemônica que cada vez subjuga mais a população da Barra e das comunidades vizinhas ao aglomerado de empresas, a resistência popular na Barra do Riacho tem sido muito importante na garantia de direitos e na sobrevivência da tradicionalidade da pesca artesanal.

Imersa nesse contexto monopolizado pelos empreendimentos da região, a resistência organizada das comunidades tradicionais tem sido muito importante na continuidade da pesca artesanal e dos modos de vida tradicional no norte capixaba. Na Barra do Riacho especificamente um conjunto de iniciativas marcam esse histórico de resistência frente aos desmandos da alta burguesia capixaba.

Um exemplo é o emprego da estratégia de interrupção da passagem de trens de minério da Vale, notabilizada pelas comunidades após o rompimento da barragem de Fundão, que passam em ferrovia próxima a Barra do Riacho. Esse exemplo é emblemático, pois demonstra a percepção das comunidades locais a respeito da ligação sistemática entre o empresariado capixaba, ou seja, a Vale é uma empresa do pertencente ao alto empresariado brasileiro e intrinsecamente presente na economia capixaba como uma das maiores contribuintes do PIB do estado. Dessa maneira, a ocupação de linhas de trens é diretamente um ato de resistência contra as ações sistemáticas e combinadas de predação pelo Capital e visa atingir, mesmo que de maneira irrisória, o fluxo produtivo desta empresa tão especialmente representativa para o estado do Espírito Santo e quanto a Suzano e diretamente responsável pelos motivos das reivindicações.

Através do pequeno quadro a seguir podemos ver quantas vezes essa estratégia já foi utilizada e suas similares motivações sempre referentes a garantia de algum direito ou compensação por conta do Crime Ambiental ocorrido em 2015 e cujas empresas envolvidas tentam se livrar da responsabilidade. A ocorrência desse fato fora um catalisador de quadros militantes na região, pescadores e membros de comunidades tradicionais que já constringidos pelo entorno se viram impedidos da realização de suas atividades de um dia para o outro

Quadro 3 – Fechamento da Linha de Ferro em Aracruz pelas comunidades tradicionais desde o rompimento da barragem de Fundão.

Ano	Região	Motivo
2022	Próximo a Aldeia de Comboios	Reivindicação indígena pela garantia do acordo firmado entre a Samarco e a comunidade.
2020	Próximo a Aldeia de Comboios	Inclusão de famílias indígenas no cadastro de atingidos pela Lama da Samarco.
2017	Barra do Riacho	Pedindo a retomada do cadastro de pescadores atingidos pela lama e pagamento da reparação.

Fonte: Consultar Anexo II Elaboração do autor.

Mas para, além disso, é interessante que identifiquemos as agendas mais constantes de luta na região, como Vieira (2012) demonstra a resistência organizada dos pescadores através da Colônia de pesca e Associação de Pescadores Artesanais da Barra do Riacho (ASPEBR) historicamente vem atuando contra a expansão das empresas ligadas ao complexo Suzano, sobretudo contra a expansão do Portocel e o Canal Caboclo Bernardo que

assumem essa função de notoriedade dentro das obras do empreendimento na prospecção de novos avanços da Suzano.

Com as faixas erguidas na entrada do Portocel, eles deixam suas vozes excluídas e reivindicações como: “Chega de poluição no mar”; “Chega de mentira e enganação Armando”; “Queremos trabalhar” e “Óleo diesel subsidiado já”. Além desse protesto, a Associação de Pescadores vem fazendo há quase 20 anos diversas denúncias sobre os danos ambientais causados pela Aracruz Celulose, e também sobre os vários dias durante o ano em que os pescadores são impedidos de pescar, devido ao assoreamento da Boca da Barra (VIEIRA, 2012, p. 80)

A existência desses grupos autônomos e organizados é muito importante também na continuidade da pesca artesanal e seus saberes tradicionais. Izoton (2016) demonstra como os vínculos imateriais são perpetuados através ações comunitárias organizadas de maneira espontânea. Outra tendência notada por este autor é o fato de que jovens adultos da comunidade empregados pelas empresas da região não abandonam a pesca, mas ao invés disso dividem seu tempo entre o trabalho na fábrica e o trabalho da pesca, demonstrando a importância singular dessa prática de trabalho. Em certo sentido, a continuidade da pesca artesanal na região por pescadores e filhos de pescadores proletarizados é em si um ato de rebeldia frente à ação predatória dos empreendimentos.

Outro ponto a se considerar no histórico de resistência em Barra do Riacho é atuação de movimentos sociais em defesa do meio ambiente, das comunidades e dos trabalhadores. É necessário ressaltar a atuação histórica do Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB que há anos vem denunciando as atividades predatórias na região e estabelecendo diálogos com órgãos públicos como a defensoria pública e o ministério público.

Em meados desse ano de 2022, por exemplo, o MAB conseguiu junto a comunidade organizar uma assembléia para tratar a questão do assoreamento do Rio Riacho causada pela operação do Canal Caboclo Bernardo. O canal contou com a participação do sindicato estadual de pescadores capixabas e também da defensoria pública estadual (MAB, 2022). Tais ações são

importantes no fortalecimento e integração de agendas de uma luta que necessita ser conjunta de todos atingidos que em coletivo podem fazer peso frente aos desmandos da alta burguesia.

4.2.2 Novas tendências desenvolvimentistas

Se por um lado, a comunidade da Barra do Riacho depende uma agenda de luta progressiva para continuar resistindo e, dessa forma, existindo. O horizonte de expansão das atividades industriais e portuárias na região continua aceleradamente avançando sobre a costa do município. Nessa nova ofensiva a Suzano e o Portocel continuam tendo um papel de destaque, embora a celulose ainda seja a principal mercadoria exportada na região, recentemente é possível notar uma diversificação de cargas embarcadas no Portocel, em especial cargas de pedras preciosas e minerais. Além da expansão do Portocel II que atualmente está na terceira fase de obras, a Suzano quando assumiu o controle do Terminal a partir da fusão com a Fibria em 2018 iniciou uma série de medidas de modernização visando aumentar ainda mais a capacidade exportadora do Portocel e transforma-lo, verdadeiramente, num porto multicargas.

Quadro 4 – Diversificação de atividades do Portocel desde 2018 após fusão Suzano-Fibria.

Quadro 3 – Diversificação de atividades do Portocel desde 2018 após fusão Suzano-Fibria

Data	Ação
Out/2022	Portocel estabelece novo recorde mundial de movimentação de celulose.
Set/2022	Portocel obtém autorização para receber navios de maior capacidade.
Fev/2022	Portocel amplia em 22% a movimentação de cargas gerais em 2021.
Dez/2021	Portocel apresenta ao mercado infraestrutura para movimentar granito.
Out/2020	Codesa autoriza Portocel a mudar norma de navegação no Porto, aumentando o tamanho máximo de navio.

Fonte: Consultar anexo II. Elaboração do autor.

A ação sistemática da Suzano no aumento gradativo da capacidade portuária do Portocel dita o ritmo que as atividades portuárias na Barra do Riacho devem continuar ocorrendo. Além do crescimento próprio da empresa, dado o papel de centralidade da Suzano e do Portocel na região a tendência é que novos TUP's surjam na região na esteira desse bem sucedido empreendimento.

O mais próximo de ser implantado é o TUP da Imetame, terminal que provavelmente será especializado no transporte de mineirais e pedras preciosas, a mesma carga que tem papel principal no plano de diversificação de cargas do Portocel. A Tup Imetame vem sendo alvo de grande rejeição das comunidades de Barra do Riacho e Santa Cruz. Primeiro porque limita ainda mais as zonas de pesca, obrigado os pescadores a se lançarem cada vez mais ao alto mar ou então a abandonarem a pesca artesanal e passar para a condição de funcionário da pesca industrial com barcos maiores, outro fantasma que assombra esse contingente. Segundo porque a construção desse TUP será efetuada justamente sobre um trecho de praia muito famoso entre surfistas em Santa Cruz, esgotando assim não só uma área de recursos naturais mas culturalmente e esportivamente significativa para o município.

Outra tendência de crescimento da atividade portuária na região é o avanço na exploração de petróleo e gás na costa de Aracruz. O município já possui TUP's especializados na armazenagem e subsidio de gás (TABR) e também na construção e movimentação de plataformas de petróleo (EJA). A expectativa desse setor é que Aracruz possa não só existir como uma base de subsídio dessa indústria extrativista, mas que também possa realizar a extração dessas *commodities* em sua costa. Tal atividade, super intensiva e altamente detratória do meio ambiente marítimo por conta das constantes perfurações e risco de vazamento de poluentes, representaria praticamente a impossibilidade de qualquer realização de pesca na região.

Por fim, há de considerarmos os fatores jurídicos que adentram essas questões. A proibição da pesca se mantém e o processo de reparação da Samarco e de recuperação do rio Riacho e do próprio rio Doce se arrasta e não devem ser resolvidos tão cedo, mas nada disso pode aplacar as necessidades

imediatas das comunidades. Assim, a ocorrência da pesca artesanal na região tem sido constantemente um ato de desobediência e, por que não, de resistência frente a uma situação cuja leniência do poder público avilta o modo de vida tradicional das comunidades e não é capaz de mitigar o desbalanço entre a atividade industrial e portuária na região e a sobrevivência de uma comunidade tradicional pesqueira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto apresentado nesse trabalho trata de um ambiente de contrastes. A presença de uma atividade industrial tão intensa quanto a produção e exportação de celulose impulsiona as contradições sociais oriundas desses contrastes marcantes na mesma medida em que economicamente se torna central para a alta burguesia brasileira. Assim sendo, Aracruz é um caso particular de um fenômeno muito recorrente ao longo da história e do território brasileiro. Fenômeno que consiste na apropriação privada dos recursos naturais para utilização quase exclusiva da produção capitalista, na prática, como foi tentando provar nesse trabalho, tal fenômeno se converte na usurpação dos elementos materiais e simbólicos das comunidades presentes nessas áreas de interesse.

A prevalência desse fenômeno se dá através da concentração de terras e recursos naturais para o desenvolvimento de atividades econômicas extrativistas de alto impacto viabilizadas e operacionalizadas através de intensos esforços do Estado em todas suas instâncias (municipal, estadual e federal). Dessa maneira, ao longo desse trabalho, alguns aspectos importantes desse processo foram ressaltados tentando traçar o curso de ação que leva à estabilidade hegemônica de grandes projetos extrativistas como o que vimos em Aracruz com a presença da Suzano e do Portocel. Vimos que a gestão internacional dos recursos naturais toma forma pautada pela racionalidade científica e pelo liberalismo econômico e que a concretização desse somatório de forças é a continua expropriação das classes subalternas, sobretudo aqueles grupos sociais que ainda preservam modos de produção e vivência pré-capitalistas.

O que confere especificidade ao caso da Barra do Riacho é a solidez com que o processo de desenvolvimento da indústria extrativista vem ocorrendo na região. A produção e exportação de celulose de eucalipto em Aracruz é de fato um dos modais produtivos mais eficientes do mundo e, portanto, é por isso que há uma sustentação tão sólida desse empreendimento na região, de maneira que, como tratamos anteriormente, uma série de outros

empreendimentos surge tanto como subsidiários para a produção dessa mercadoria quanto como empreendimentos independentes viabilizados através do precedente que o complexo industrial-portuária Suzano-Portocel representa. Na margem desse magnânimo empreendimento fica a Barra do Riacho violentamente atingida por inúmeros efeitos colaterais e diretos da produção da região.

Gonçalves e Costa (2020) dizem que o porto do rio de janeiro é um “espaço-síntese” das contradições sociais causadas pelo processo histórico brasileiro que articula elementos tipicamente coloniais a economia capitalista madura e financeirizada. Embora não possamos dizer o mesmo a respeito do Portocel, uma vez que esse é um porto moderno e que só alcança seus status de Grande Projeto de fato com a Lei de Modernização dos Portos, é interessante notar que as determinações da relação entre a comunidade da Barra e o Porto estão contidas nessa síntese entre o antigo e o moderno de uma maneira bastante evidente. Na afirmação do “atraso” e da incivilidade das comunidades tradicionais reside o processo de neutralização de suas potências sociais, na afirmação da soberania tecnológica e do progresso econômico reside a continuidade do processo expropriatório da comunidade e dessa maneira a Barra do Riacho deixa de ser gradualmente uma vila de pescadores tradicionais e se torna meio parque produtivo e meio depósito de gente e lixo industrial.

Por isso, esse trabalho buscou fazer um dossiê da centralidade do complexo Suzano-Portocel na tomada de decisões e avanços estratégicos sob os recursos naturais apropriados na região da Barra do Riacho em Aracruz. Na contramão desse processo tratamos de delinear os impactos sofridos pela comunidade pesqueira e atuação intrinsecamente problemática do Estado do Espírito Santo acerca das questões socioambientais na região de Aracruz. Apontamos por fim algumas tendências relativas tanto a organização civil de resistência aos processos desencadeados pelas empresas da região quanto a intensificação e ampliação de atividades industriais extrativistas no município.

Há várias determinantes dessa relação que carecem de análise mais aprofundada e que esse trabalho apenas enseja. A análise mais aprofundada

da degradação das práticas de trabalho artesanal mais propriamente era inclusive o foco principal dessa pesquisa que fora impossibilitada de ser tocada na íntegra por conta da Pandemia de Covid-19 que afetou a realização dos trabalhos de campo de pesquisas do Brasil afora, a própria influência desse evento mundial e a retomada das atividades econômicas pode ser outro fator digno de análise da região. Além disso, o estudo da relação entre a atuação do dito terceiro setor e a intensificação da atividade industrial na região é outro ponto de análise que encontra potencial na região devido ao alto número de ações e instituições supostamente oriundas da sociedade civil realizadas na região. Ainda outra importante possibilidade de pesquisa na região é o aumento de empresas de pesca industrial oriundo principalmente do sul do Brasil que desempenham importante papel no processo de proletarização dos pescadores artesanais

Assim, esse trabalho encontra lugar junto a outras produções acadêmicas e políticas que buscam detalhar e denunciar a atividade industrial indiscriminada no norte capixaba. Longe de representar um objeto fechado, esse trabalho visou também atualizar a situação intrincada da Barra do Riacho e das empresas supracitadas visto que a pouco a Fibria se fundiu com a Suzano, criando a maior produtora de celulose de eucalipto do planeta, e novos empreendimentos são anualmente especulados e, alguns, de fato, implantados em Aracruz.

Por fim, a situação denotada requer atenção e abordagem especialmente pensadas para agir sob esses contextos tão problemáticos. É evidente, por exemplo, a falta de políticas públicas eficazes na mitigação dos danos causados pelas empresas, algo que não seria nem uma proposição de fato revolucionário. Quando falamos de Barra do Riacho estamos falando na conquista e garantia também de direitos mínimos como o direito de beber água inodora ou de poder exercer sua profissão livremente. Portanto, é urgente que o Estado cumpra com seu mínimo papel na mitigação desses efeitos e que a sociedade civil organizada haja também nesse contexto diminuindo as situações em que as empresas acabem por ser interventor máximo nessas comunidades.

Inicialmente, é importante que se faça valer as leis já vigentes que tratam dessa questão, como por exemplo, o Estado deve garantir que as empresas realizem consultas públicas em que a comunidade tenha representação verdadeiramente participativa nos processos decisórios de novos empreendimentos ou reservas naturais na região. Em segundo lugar, é determinante que haja o incentivo à organização popular nas comunidades por parte de setores decisivos da sociedade civil, como os movimentos sociais e a Academia, pois através de qualificação técnica e de formação política as estratégias de resistência de comunidades tradicionais podem ser fortalecidas. Terceiro, é necessário certo grau de institucionalização da questão ambiental, pois reconhecidamente grandes incentivos a sobrevivência de comunidades tradicionais e de biomas ameaçados vêm de lentos passos na garantia de leis ambientais conquistadas a custo de sangue de ativistas e comunidades brasileiras, tal estratégia requer a entrada de pessoas compromissadas com a luta ambiental em espaços decisórios e na disputa de eleições a cargos públicos.

Esse curso de ação é necessário e através dele é que se pode começar a pensar em práticas socialistas ecocentradas como forma de resistência de comunidades tradicionais frente a um contexto cada vez mais ameaçador que tenta incorporar de várias maneiras o modo de vida tradicional à sociedade de mercado, ao mesmo tempo em que vai retirando dessa gente suas terras e suas vidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD Henri (Org.) (2004). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: RelumeDumara. 294 págs.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

ANDRADE, José Célio Silveira. **Formação de estratégias socioambientais corporativas: os jogos Aracruz Celulose-partes interessadas**. Rev. adm. contemp., Curitiba, v. 6, n. 2, p. 75-97, Aug. 2002. Disponível em: <http://ref.scielo.org/34vzbb>

ANTAQ. **Estatístico Aquaviário**. Disponível em: <http://ea.antaq.gov.br/>

BRASIL, LEI Nº 8.630, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993. . In:Código Civil, 1993

BRASIL. DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007. In:Código Civil, 2007.

BRASIL, LEI Nº 12.815, DE 5 DE JUNHO DE 2013.In:Código Civil, 2013.

BRASIL, DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2010. In:Código Civil, 2010.

BURKETT, Paul (1999). **Marx and Nature: A Red and Green Perspective.** *Science and Society* 64 (2):259-261.

COUTINHO, José Maria. **Uma história do povo de Aracruz.** Vol I. Aracruz, ES. Reitem: 2006.

CREADO, Eliana. TRIGUEIRO, Aline. **Introdução. In: Vidas de Rio e de mar: pesca, desenvolvimentismo e ambientalização** – 1ed – Vitória: ProEx, 2018.

DIAS, G.V. TOSTES, J.G.R. **O Sistema do Capital e o Ambiente: Sociedade e natureza a partir da Obra de IstvánMészáros.** In: 6º Colóquio Internacional Marx e Engels, 2009, São Paulo.

DATAPORT. **Sistema integrado de gestão portuária.** Disponível em: <https://www.portosprivados.org.br/publicacoes/data-port>

DIÉGUEZ, Carla Regina Mota Alonso. **Trabalho à deriva: contradições e ambiguidades nas lutas e percepções dos estivadores de Santos (1993-2013).** 2014. 336 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

DE LA CADENA, Marisol. **Earth beings: ecologiesofpractice across Andean worlds.** Durham: Duke University Press, 2015.

EARTH NEGOTIATIONS BULLETIN, **Summary of the first conference of the parties for the framework convention on climate change.** International Institute for Sustainable Development (IISD), 1995.

FAORO, Raymundo. **A questão nacional: a modernização.** "Estudos Avançados", São Paulo, v. 6, n. 14, 1992.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo - teoria e história.** 1. ed. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 2010. v. 1000. 388p .

FILGUEIRAS, Luiz. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico.** Clacso, 2016.

GOMES, H; OVERBEEK, W (Org.). **Aracruz credo: 40 anos de violações e resistência no ES.** Vitória, 2011. (Rede Alerta contra o Deserto Verde e Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais)

GONÇALVES, G. L.; COSTA, S. **Um porto no capitalismo global: desvendando a acumulação entrelaçada no Rio de Janeiro**. São Paulo: Boitempo, 2020.

HARVEY, David **O Novo Imperialismo** São Paulo, Loyola, 2004

HAWKEN, Paul. **The Ecology of Commerce : a Declaration of Sustainability**. New York :HarperCollins Publishers, 1993.

HANNIGAN, John. **Sociologia Ambiental**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Área da unidade territorial**: Área territorial brasileira 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2021
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/aracruz/panorama>

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/aracruz/panorama>

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PIB per capita**, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, Rio de Janeiro: IBGE. 2018. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/aracruz/panorama>

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Fauna Brasileira**, 2018. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/territorio/18309-a-fauna-brasileira.html>

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Flora Brasileira**, 2018. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/territorio/18311-flora-brasileira.html>

IEMA, **Consulta pública do termo de referência da expansão da portocel ii, barra do riacho**, Aracruz-ES. 08 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://iema.es.gov.br/Media/iema/Downloads/Divulga/2016.12.20%20-%20Consulta%20Publica%20-%20ATA%20CP%20PORTOCEL%20II%20FINAL.pdf>

IEMA, Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo. **Relatório de Impacto Ambiental do Projeto Portocel II**. 2017. Disponível em: https://iema.es.gov.br/Media/iema/Downloads/RIMAS/RIMAS_2017/2017.09.29%20-%20RT%20ECV%20188-17%20-%20RIMA.pdf

IZOTON, J. P. L., **Pesca artesanal e industrialização na Barra do Riacho, Aracruz-ES**. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. Disponível em:

KNOX, Winifred. TRIGUEIRO, Aline. Saberes, **Narrativas e Conflitos na pesca artesanal**. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

LABTRANS, Laboratório de Transportes e Logística. **Plano Mestre do Porto da Barra do Riacho**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

LABTRANS, Laboratório de Transportes e Logística. **Plano Mestre do Complexo Portuário de Vitória e Barra do Riachovel 1 e 2**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. São Paulo/Bauru: Edusc, 2004. 412 p

LÖWY, M. **O que é o Ecosocialismo?** São Paulo: Cortez, 2014.

LOUREIRO, K. **A instalação da empresa Aracruz Celulose S/A e a —modernall ocupação das terras indígenas Tupiniquim e Guaraní Mbya**. Revista Ágora, Vitória, n. 3, p.1-32, 2006.

LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012, 440 p

LUXEMBURGO, Rosa **A Acumulação de Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. Tomo II São Paulo, Abril Cultural, 1984^a.

MAB. **MAB PARTICIPA DE MOBILIZAÇÃO DE PESCADORES ATINGIDOS POR BARRAGEM DA SUZANO EM ARACRUZ (ES)**. 2022. Disponível em: <https://mab.org.br/2022/06/08/mab-participa-de-mobilizacao-de-pescadores-em-aracruz-es/>

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011

MARX, Karl. **Os despossuídos: debate sobre a lei referente ao uso da madeira**. São Paulo: Boitempo, 2017. p.108.

MARX, Karl. **O Capital, Livro I**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**. Coleção Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, Livros I e III, 1983 e 1985.

MEDEIROS, M **Desenvolvimento (in)sustentável : o caso da Aracruz celulose (Fibria) no Espírito Santo** / Manaira Santos Medeiros. – 2013.

MERLO Patrícia Maria Silva. **Aracruz: Trajetória Histórica** / Patrícia Maria Silva Merlo; Sebastião Pimentel Franco; Sônia Maria Da Costa Barreto. Vitória: Editora, 2014.

MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1996

PASHUKANIS, E. A teoria geral do direito e o marxismo e ensaios escolhidos (1921-1929). Editora Sundermann, Coleção Ideias Baratas, SP, 2017.

PIMENTA, M. **Projetos de desenvolvimento: o caso da criação de duas unidades de conservação em Aracruz (ES)**. In: Eliana Santos Junqueira Creado; Aline Trigueiro; Clara Crizio de Araujo Torres. (Org.). Vidas de Rio e de Mar: Pesca, Desenvolvimentismo e Ambientalização. 1ed. Vitória: ProEx, 2018, v. 1, p. 81-103.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo, Brasiliense, 2000.

PRADO JR., História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 26ª Ed. 1981.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006

SANTANA, Nayara. **Captação dos recursos hídricos para o uso industrial e impactos na pesca em Barra do Riacho, Aracruz (ES)**. In: Vidas de rio e mar: pesca, desenvolvimentismo e ambientalização – 1ed – Vitória: ProEx, 2018.

SOUZA, I. G.; OVERBEEK, W. (Org.). **Violações socioambientais promovidas pela Veracel Celulose, propriedade da Stora Enso e da Aracruz Celulose: uma história de ilegalidades, descaso e ganância**. São Paulo: Expressão Popular, 2008

VERVLOET, Roberto. **Análise geográfica dos sistemas portuários no espírito santo com repercussões na organização espacial terrestre**. In: Revista da ANPEGE. v. 16. nº. 31, p. 8 - 43, ANO 2020

VIEIRA, L. H. **“Os Impactos Socioambientais Dos Empreendimentos Industriais Na Comunidade De Pescadores Artesanais De Barra Do Riacho - Aracruz-Es,**. Vitoria 2012.

VIEIRA, L. H. **“Zonas de Sacrifício”: Impactos socioambientais e a pesca artesanal em Barra do Riacho, Aracruz (ES)**. In: REVER – Revista de extensão e estudos rurais p 141 - 168. Viçosa, 2018.

ANEXO – MAPA DE ARACRUZ



APÊNDICE – INFOGRAMA DAS MATÉRIAS JORNALÍSTICAS UTILIZADAS

Manchete	Data	Portal	Link
Portocel ampliou em 22% a movimentação de cargas gerais em 2021	18/02/22	Folha litoral	https://folhalitoral.com.br/portocel-ampliou-em-22-a-movimentacao-de-cargas-gerais-em-2021/
Portocel obtém autorização para receber navios de maior capacidade	01/09/22	A Gazeta	https://www.agazeta.com.br/colunas/abdo-filho/portocel-obtem-autorizacao-para-receber-navios-de-maior-capacidade-0922
Portocel realiza primeiro embarque de celulose solúvel	07/07/22	Tissue Online	https://tissueonline.com.br/portocel-realiza-primeiro-embarque-de-celulose-soluvel/
Portocel tem nova norma de tráfego para embarcações em barra do riacho	28/10/20	DatamarNews	https://www.datamarnews.com/pt/noticias/portocel-tem-nova-norma-de-trafego-para-embarcacoes-em-barra-do-riacho/
Espírito Santo: um porto a cada 15 km de litoral?	24/07/21	SeculoDiario	https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/espirito-santo-um-porto-a-cada-15-km-de-litoral
Protesto de indígenas bloqueia linha férrea da Vale em Aracruz, ES	10/09/22	G1	https://g1.globo.com/es/espirito-santo/noticia/2022/09/10/protesto-de-indigenas-bloqueia-linha-ferrea-da-vale-em-aracruz-es.ghtml
Moradores de Barra do Riacho fecham ferrovia da Vale em Aracruz	25/04/2017	ESHOJE	https://eshoje.com.br/2017/04/moradores-de-barra-do-riacho-fecham-ferrovia-da-vale-em-aracruz/
Suzano aplica R\$ 890 mi em terminais portuários	15/03/22	Valor Economico	https://valor.globo.com/empresas/noticia/2022/03/15/suzano-aplica-r-890-mi-em-terminais-portuarios.ghtml

